

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO” UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUACAO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Mariana de Oliveira Lopes

**IMPERIALISMO, PETRÓLEO E “REVOLUÇÃO BOLIVARIANA”:
IMPASSES POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO GOVERNO CHÁVEZ NA VENEZUELA.**

MARÍLIA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mariana de Oliveira Lopes

IMPERIALISMO, PETRÓLEO E “REVOLUÇÃO BOLIVARIANA”: IMPASSES
POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO GOVERNO CHÁVEZ NA VENEZUELA.

Dissertação apresentada à banca examinadora de Defesa, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” UNESP- Marília, como requisito para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani

MARÍLIA

2009

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Lopes, Mariana de Oliveira.

L864i Imperialismo, petróleo e Revolução Bolivariana: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela. / Mariana de Oliveira Lopes. – Marília, 2009.
138 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

Bibliografia: f. 131-137.

Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani.

1. Imperialismo. 2. Petróleo. 3. Governo Chávez. I. Autor. II. Título.

CDD 327.87

Mariana de Oliveira Lopes

IMPERIALISMO, PETRÓLEO E “REVOLUÇÃO BOLIVARIANA”: IMPASSES
POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO GOVERNO CHÁVEZ NA VENEZUELA.

Dissertação apresentada à banca examinadora de
Defesa, no Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências da Universidade Estadual Paulista “Julio
de Mesquita Filho” UNESP- Marília, como
requisito para a obtenção do Título de Mestre.

Data 07/12/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tullo Vigevani – UNESP/Marília

Dr. Jair Pinheiro – UNESP/Marília

Dr. Eliel Ribeiro Machado – UEL/Londrina

Agradecimentos

Existem muitas pessoas às quais preciso demonstrar minha gratidão e agradecimento. Começo pelo Grupo de estudos GEPAL (Grupo de estudos de Política na América Latina), do qual faço parte desde 2006. Foi a partir deste período que comecei a analisar este objeto de estudo. Todas as reuniões, discussões e inserções de estudantes, pesquisadores e professores, quando eram necessárias, ajudaram na elaboração deste trabalho. Guardo especial agradecimento a quem, desde este período até a presente Defesa, contribuiu prática e teoricamente para com a pesquisa; o coordenador do grupo: o professor Eliel Ribeiro Machado.

Não posso deixar de agradecer às pessoas que tornaram a parte empírica desta pesquisa possível, quando fiz a viagem à Venezuela em Julho de 2008. Agradeço à Alejandra, venezuelana que mora em Londrina- PR, e por telefone me apresentou e indicou várias pessoas na Venezuela que contribuíram com este trabalho. Sua mãe Aráguia em Caracas. Sua amiga Isabel Villarte, venezuelana que me recebeu de braços abertos em sua casa, em Caracas e ajudou a tornar parte da pesquisa realizável economicamente. Gostaria de agradecer não só a ela como toda sua família: sua filha, Alba, seu irmão, Francisco, sua mãe, suas irmãs etc.

Ainda por indicação de Alejandra, Leonardo Graterol, engenheiro da PDVSA, que me recebeu muito bem, forneceu dados e entrevista em Caracas, além de proporcionar a visita no setor que trabalha na PDVSA, a Intevep em Los Teques. Com isso realizei entrevista com outro funcionário da Intevep, o Rafael Belisário que também devo agradecimento.

Agradeço também os professores que me receberam tanto em Caracas (UCV), quanto em Mérida (ULA), colaborando com materiais, entrevistas etc. Em especial agradeço, a professora Margarita López Maya que entrevistei em Caracas; o professor Vladimir Aguilar Castro em Mérida, que me recebeu em sua casa juntamente com sua família, cedeu entrevista, materiais e me indicou à outros professores como o professor Vladimir Pérez, também em Mérida. Ainda Eduardo Molina Campano pela entrevista; José Sanz Roz, professor, militante, membro do PSUV.

Agradeço à Vladimir Aguilar Castro, também pela publicação de meu artigo sobre o objeto desta dissertação, na *Revista Venezolana de Ciencia Política* da *Universidad de Los Andes* (UCV, Mérida), pela CEPESAL (*Centro de Estudios Politicos y Sociales de America Latina*).

Agradeço ainda: a contribuição dada por José Escalante, membro do Conselho Comunal em Mérida; os trabalhadores da Radio comunitária em Cátia (Caracas) CatiaTV; os operários da Fábrica de válvulas ocupada, em Miranda, INVEVAL.

Enfim, agradeço a todos os venezuelanos que de maneira direta ou indireta, com depoimentos, conversas, materiais, possibilitaram uma melhor compreensão da conjuntura no país e com isso ajudaram com esta dissertação.

Agradeço à toda minha família, que contribuiu para a realização desta pesquisa. Meus irmãos, meus avós... Meu amor, Fer.....sempre me ouvindo.....discutindo, dividindo as angústias teóricas...ajudando....”agüentando”.

Deixo especial espaço à minha mãe. Não por acaso, mas porque ela foi companheira neste projeto tanto direta quanto indiretamente. Ajudou no empenho, nas palavras de ajuda, nas “preces”, sem contar financeiramente, ao longo dos meus estudos. Não fosse suficiente, ela ainda se dispôs a ajudar na prática. Quando consegui o dinheiro para a viagem à Venezuela, marquei a data e ela decidiu.....iria comigo.....Em todos os quase vinte dias na Venezuela, passando por Caracas, Mérida, Miranda, dentre outras cidades, ela sempre estava pronta para mais umame ajudava nas entrevistas, gravando, tirando fotos etc. Ainda me ajudou muitas vezes, quando nem eu agüentava de cansaço de tanto pegar ônibus e ficarmos horas viajando.....ela sempre me animava para mais uma.....Foi por isso, parte desta pesquisa.

Minha gratidão também especial ao meu orientador Tullo Vigevanni, que me “abriu portas”, me ajudou a tornar possível esta Dissertação e participou do processo até hoje.

Ainda agradeço aos membros desta banca, que contribuíram com seus comentários, críticas, ajudas etc.

À todos os professores que durante o curso de Mestrado contribuíram para diminuir ou construir novas angústias teóricas sobre meu objeto de pesquisa. À Secretaria de Pós-Graduação da UNESP, Marília, principalmente a Aline, sempre resolvendo os “probleminhas” burocráticos.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa concedida.

RESUMO

Esta dissertação busca analisar o imperialismo na Venezuela durante o governo Chávez. Para isso é importante que se entenda a lógica do imperialismo em nível mundial, procurando entender o lugar ocupado pela Venezuela neste processo de acumulação capitalista. Neste sentido a Venezuela está ligada ao petróleo e às empresas monopolistas que no início do século XX entraram no país para explorar a riqueza nacional e a partir deste período o país passa a ser caracterizado por uma economia rentista e importadora de bens manufaturados. Os governos que se seguem buscam uma conciliação entre os interesses nacionais da renda petroleira e os interesses do capital internacional ligado ao petróleo. Busca-se, portanto, entender quais as reais mudanças em relação ao capital internacional imperialista ligado ao petróleo, que o governo Chávez, eleito em 1998, realizou no país. Para realizar esta pesquisa analisamos as diversas políticas implementadas na Nova Constituição e nas Leis Habilitantes, que geraram conflitos entre o governo bolivariano e os EUA. Buscamos entender que frações de classe são beneficiadas no interior do “bloco no poder” durante este período demonstrando os conflitos intraclasse. Com esta pesquisa pretendemos contribuir para uma análise crítica da atual conjuntura venezuelana demonstrando as mudanças durante a chamada “revolução bolivariana”. Com isso demonstrar em que medida o governo Chávez abre espaço de organização e conscientização para as classes trabalhadoras rumo a uma transição socialista.

Palavras-chave: Imperialismo. Petróleo. Governo Chávez. Venezuela.

ABSTRACT

This research seeks to examine imperialism in Venezuela during the Chavez administration. For this it is important to understand the logic of imperialism the world, seeking to understand the place occupied by Venezuela in this process of capitalist accumulation. In this sense Venezuela is linked to oil companies and the monopoly that the beginning of the twentieth century came in the country to explore the national wealth and from this period the country will be characterized by an economy of unearned income and importing manufactured goods. Governments which follow seek a balance between the interests of national oil income and the interests of international capital linked to oil. Search, therefore, understand that the real changes in the international capital imperialist linked to oil, which the Chávez government, elected in 1998, held in the country. To conduct this research we analyze the various policies implemented in the New Constitution and the enabling laws, which created conflict between the Bolivarian government and the U.S.. We understand that fractions of a class are benefited in the "block in power" during this period showing the intraclass conflicts. With this research we intend to contribute to a critical analysis of the current Venezuelan situation showing changes during the "Bolivarian revolution." With that demonstrate the extent to which the Chavez government opens up the organization and awareness for the working classes towards a socialist transition.

Key words: Imperialism. Oil. Chávez government. Venezuela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Produção de petróleo de países da OPEP (2006)	91
Figura 2. Filiais de refino da PDVSA no exterior	93
Figura 3. Reservas de petróleo dos principais países produtores.....	96
Figura 4. Diversificação de mercados. Novos países com acordo com PDVSA	100
Figura 5. Venezuela como fonte de recursos energéticos.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO: O IMPERIALISMO SEGUNDO LÊNIN	14
2 PETRÓLEO E EMPRESAS ESTRANGEIRAS NA VENEZUELA	21
2.1 O Início da expansão do petróleo no sistema capitalista- imperialista	22
2.2 Venezuela: O papel do petróleo e os antecedentes históricos da “Revolução Bolivariana”	25
2.2.1 O Conflito Interno na Força Armada na Venezuela e o surgimento do MBR-200	47
3 IMPERIALISMO HOJE NA VENEZUELA: IMPASSES DO GOVERNO CHÁVEZ	51
3.1 As Influências Ideológicas do Governo de Chávez	52
3.2 Disputa e Reorganização do Bloco no Poder na Venezuela	54
3.3 Classes e frações de classe dominantes sob a “Revolução Bolivariana”	73
3.3.1 Os conflitos imperialistas em torno do Petróleo sob a “Revolução Bolivariana”	90
3.4 As políticas sociais de Estado na Venezuela: o financiamento pelo petróleo	108
3.4.1 Contradições de classes na Venezuela. “Revolução bolivariana”, organização da classe trabalhadora?	118
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE	138

INTRODUÇÃO

O panorama político e ideológico na Venezuela tem possibilitado o surgimento de análises sobre a atual conjuntura no país sob o governo Chávez. Em grande parte, as análises que interpretam esta realidade entendem o governo Chávez como sujeito histórico latino-americano que levaria o país para um processo de transição para o socialismo (MAYA, 2006; LANDER, 2004; CAMPANO, 2006 etc.), sendo seu governo e suas políticas uma alternativa para o imperialismo na atual mundialização do capital. Assim sendo, este trabalho visa contribuir para uma análise crítica do ponto de vista da luta de classes, para compreender a atual situação mundial e a relação com a América Latina, especificamente a Venezuela. A questão que nos colocamos é: O Governo Chávez e suas políticas de Estado denominadas como um conjunto composito a “revolução bolivariana” são de fato uma alternativa ao capital e ao imperialismo na Venezuela e principalmente na América Latina? Esta questão é relevante pelo fato do governo chavista poder vir a ter influência no resto do continente, especialmente em relação a certas políticas e enfoques que podem ser adotados por outros governos.

Nosso objeto de pesquisa é o imperialismo na Venezuela durante o governo Chávez e suas implicações político-ideológicas em relação ao petróleo e à chamada “revolução bolivariana”. Para analisá-lo há necessidade de situar nosso objeto na dinâmica do capitalismo mundial neste período, denominado imperialismo. Sabe-se que na perspectiva materialista histórica, para que haja um processo de transição para o socialismo, primeiro há a necessidade de derrubada do imperialismo, ou seja, desta etapa do capitalismo onde prevalece a concentração e centralização do capital e da produção.

Esta realidade política nos conduz a alguns conceitos teóricos que devem ser problematizados à luz das transformações ocorridas com o capitalismo latino-americano ao longo das últimas décadas do século passado até os dias atuais. Um deles é o conceito de “imperialismo”¹. As análises que pretendem ter como objeto a questão do imperialismo para compreender a política internacional no campo marxista se dividem. Luxemburgo, Kautsky,

¹ Não desconsideramos a existência de outros aparatos teóricos que procuram dar conta da atual fase de desenvolvimento do capitalismo utilizando, por exemplo, termos como “globalização”, de campo teórico distinto. Entretanto não serão abordados neste trabalho. Dentro do campo da teoria das relações internacionais, temos, por exemplo, a Teoria Realista e a Teoria Idealista (ou racionalista-globalista). Para teoria realista, ver MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. São Paulo: UNB, 2003; CARR, H. *Os vinte anos de crise: 1919-1939* Tradução de Luis Alberto Figueiredo Machado, São Paulo: UNB, 1981. Para a teoria globalista ver BOBBIO, N. *Il problema della guerra e le vie della pace*, Ed. Il Molino, 1984. FALK, R. *Human Governace*, Pennsylvania State: University Park, 1995.

Hobson, Hilferding, dentre outros, tratam do tema, mas nos apoiaremos, nesta dissertação, nas contribuições desenvolvidas por Lênin².

Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin (1987) caracteriza o imperialismo como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo em que se estabelece a dominação dos monopólios e do capital financeiro, em que a exportação de capitais adquiriu grande importância, por meio da busca de novas fronteiras, ou seja, mercados exteriores que respondem à dialética do processo capitalista que procura taxas de lucros mais elevadas e mão-de-obra mais barata. Lênin observou que a alta queda da taxa de lucro no país exportador determinava que o capital ultrapassasse as fronteiras nacionais em busca de melhores horizontes para inversão de seus produtos. Além disso, o autor detectou a grande tendência à concentração e centralização do capital; ao aumento dos cartéis e trustes; ao crescimento do papel desempenhado pelos bancos, assim como sua concentração e fusão com a indústria, formando o capital financeiro; além da construção das colônias e a repartição do mundo como expressão do desenvolvimento desigual do capitalismo e da divisão internacional do trabalho associada ao modo de produção vigente.

Com a virada da década de 1970 para a década de 1980, Chesnais observou que os países da OCDE iniciaram um processo de “liberalização, desregulamentação e privatização”³. Estas práticas levaram a alguns aspectos marcantes da década de 90, acentuando o modo de funcionamento do capitalismo predominantemente financeiro: baixas taxas de crescimento do PIB, alta valorização dos ativos financeiros, desemprego estrutural, desenvolvimento de rendimentos de origem financeira, conjuntura econômica instável, expectativa frustrada pela recuperação do crescimento econômico, deflação, aumento na concorrência internacional com a marginalização de regiões inteiras do globo (CHESNAIS, 1997).

Para se compreender o imperialismo, faz-se necessário entender como se constituem a ossatura do Estado capitalista, sua importância vital nesta fase do capitalismo uma vez que instrumentaliza a expansão do mercado de capitais, impondo condições de comércio, financiando recursos, estabelecendo regimes e regras no interior de seu país e de outros.

A questão dos Estados nacionais se torna aqui importante porque é a forma de constituição deste Estado, do “bloco no poder” e a configuração de seus aparelhos, que podem nos mostrar as contradições entre as burguesias nacionais e o capital monopolista. Voltando ao

² As novas configurações que o imperialismo assumiu, sobretudo a partir dos anos 1990, quando praticamente toda a região passou a viver sob regime democrático, impõem a necessidade de atualizar este conceito, o que buscaremos fazer ao longo desta dissertação a partir das análises de Poulantzas.

³ O marco deste início foi a ascensão dos governos neoliberais de Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e de Reagan, em 1980, nos EUA.

caso da Venezuela, nosso objeto de análise, o capital monopolista principalmente norte-americano e sua dominação no seio desta nova relação de dependência seriam garantidos por membros da fração de classe ou por seus representantes no interior do Estado venezuelano. De acordo com esta perspectiva, algumas frações da burguesia local assegurariam que o capital americano e os interesses de suas frações estivessem presentes no “bloco no poder”. No estágio imperialista, há tendência à interpenetração de capitais, o que nos leva a examinar a composição da burguesia, isto é, trata-se de mapear quais classes e frações de classe ocupam o lugar do *capital associado*.

Para realizar esta pesquisa faremos um recorte temporal. Analisaremos a política venezuelana de 1999, ano em que o governo Chávez assina a nova Constituição (novas leis) e este processo gera grandes conflitos entre a burguesia interna e internacional no país, até 2008 tendo como base os dados coletados durante a pesquisa de campo realizada em julho de 2008. Alguns dados atuais relativos a 2009 são inseridos ao longo do texto. Na viagem à Venezuela, onde realizamos o trabalho de campo, fizemos entrevistas, visitas e depoimentos que enriqueceram nossa pesquisa e foram inseridos no capítulo III desta dissertação.

Primeiramente, para entender os conflitos gerados no país durante o governo Chávez, principalmente com o governo dos EUA, que têm vinculação direta com a questão petroléira, vemos a necessidade de entender o lugar ocupado pela Venezuela no processo de acumulação capitalista.

A história do imperialismo norte-americano na América Latina é bem conhecida. Relações de dependência por meio dos grandes monopólios, acordos internacionais⁴, empréstimos, controle, intervenções militares, golpes etc. Na Venezuela, estas relações não foram diferentes, salvo algumas especificidades, como as do petróleo. Partindo da formulação de Lander e Maya (2002), poucas coisas ocorrem no país que não tenham, direta ou indiretamente, a ver com o petróleo. Como em outros países da América Latina, a burguesia local nasceu em ligação direta com o imperialismo e, neste país especificamente, isso se deu por meio do petróleo. No começo do século XX, durante o governo Gómez, possibilitou-se a entrada de empresas estrangeiras petrolíferas (grandes monopólios), que se estabeleceram na região e o governo formulou uma legislação com concessões ao capital estrangeiro. As classes dominantes locais, com isso, se inebriaram com o dinheiro fácil (MARINGONI, 2004).

⁴ Dentre os vários “acordos internacionais”, o denominado “Consenso de Washington”, imposto pelos Estados Unidos (subentende-se dos grandes grupos transnacionais), previa, dentre outras coisas, a abertura econômica, a desregulamentação do Estado e as privatizações de empresas estatais. Na agenda latino-americana, encontramos também os Documentos de Santa Fé I e Santa Fé II.

Fruto da divisão imperialista do mundo, a Venezuela se situa como um dos principais campos dos grandes trustes internacionais do petróleo. Para entender historicamente este processo, analisaremos, no segundo capítulo, qual a relação entre os governos nacionais e as grandes empresas transnacionais vinculadas ao petróleo ao longo do século XX, que possibilitou a entrada de capitais no país.

Este país é um dos principais produtores de hidrocarbonetos do mundo, e seu papel no mercado energético internacional é ainda mais importante. Membro da Opep desde 1960, a Venezuela é a quarta maior fornecedora dos EUA⁵ e é fonte segura de abastecimento para os consumidores do hemisfério ocidental. O petróleo foi e continua sendo a fonte de renda no processo de acumulação venezuelana, correspondendo a 22% do PIB nacional e por 80% da exportação do país.

Para entender o imperialismo na Venezuela, é indispensável avaliar as incidências que o petróleo pode ter com o governo Chávez e sua relação com os Estados Unidos, o que passa por examinar as contradições internas. Realizaremos, portanto, no terceiro capítulo, a análise de nosso objeto específico, o imperialismo durante o governo Chávez na Venezuela. Para isso, tentamos pesquisar as influências ideológicas do governo Chávez, como se dá a organização do bloco no poder neste período, quais as principais políticas implantadas neste governo e quais as principais frações de classe beneficiadas, que demonstram a organização do bloco e principalmente as condições materiais específicas que proporcionaram os conflitos intraclasse no país, para assim entender e mapear as reais mudanças que seu governo está implementando no país e pode servir de abertura para as classes trabalhadoras se organizarem rumo à transição Socialista.

Embora se levando em consideração a premissa poulantzana de que “as instituições ou os aparelhos do Estado não possuem poder próprio e só exprimem e cristalizam os interesses e poderes de classe” (POULANTZAS, 1975, p. 75), consideramos que mapear a presença e/ou atuação do imperialismo na Venezuela implica compreender tanto sua relação com o “bloco no poder” neste país, como a configuração política, social e econômica das classes dominantes, sobretudo no que tange às suas relações com a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.).

No ano em que Chávez assumiu a administração venezuelana, em 1999, o país encontrava-se numa crise econômica e social. Fuga de capitais, queda no preço do petróleo, crise social e descrédito nas instituições políticas. Esta crise começa com o chamado “viernes negro” em 1982 quando o Bolívar (moeda local) se desvalorizou de forma abrupta em relação

⁵ 40% da produção venezuelana se direciona aos EUA, o que faz deste país seu maior comprador de petróleo. Em 2008, esta porcentagem era de 40 a 50%, de acordo com entrevista com Leonardo Graterol, PDVSA.

ao dólar, para não mais se recuperar; também com o princípio do fim do pacto “puntofijista” e com o “*Caracazo*” em 1989.

Como sabemos, a subordinação da América Latina aos ditames do imperialismo norte-americano vem de longa data e, neste sentido, a eleição do governo Chávez, pelo menos do ponto de vista de seus posicionamentos políticos, tem sinalizado uma postura ideológica de maior independência em relação aos Estados Unidos.

Muitos elementos têm nos instigado a querer conhecer a realidade política da Venezuela, principalmente no que se refere à possibilidade de este país estar vivendo um processo de transição socialista. O fio condutor de nossa análise é a complexa relação política entre o governo Chávez e o capital imperialista, principalmente dos EUA. No plano midiático e nos palanques, o governo Chávez tem se posicionado como portador de uma bandeira nacionalista e, por vezes, anti-imperialista. Mas quando nos voltamos mais detalhadamente para a composição política de seu governo, observamos que há alguns membros do alto escalão ligados aos interesses do capital norte-americano. Trata-se, portanto, de uma verdadeira teia de interesses contraditórios que buscaremos analisar sem com isso pretender dar conta de sua totalidade já que este é um processo em aberto.

1 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO: O IMPERIALISMO SEGUNDO LÊNIN

Para se entender o atual processo de acumulação mundial, faz-se necessária uma análise sobre o imperialismo e suas implicações econômico-políticas. Para entender nosso objeto de análise, primeiramente vemos a necessidade de sistematizar neste trabalho o que entendemos por imperialismo de acordo com as formulações marxistas do início do século XX, desenvolvidos por Lênin quando da cisão com o social-chauvinismo (ou oportunismo).

No fim do século XIX e início do século XX, autores, como Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky e Buckarin, vão se debruçar para entender a dinâmica da expansão imperialista mundial (fase monopolista), para contribuir com a revolução socialista.

Com o objetivo de logarmos uma pesquisa concreta sobre o imperialismo e entender o caso venezuelano, do fim do século XX e início do século XXI, analisaremos esta nova fase do capitalismo sob a ótica leninista⁶.

Lênin foi um dos grandes teóricos do marxismo que permaneceu fiel às implicações político-práticas da análise de Marx, partindo da premissa da necessidade de queda do imperialismo para chegada ao socialismo.

Acredita que o imperialismo é uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, onde não há crise de demanda efetiva, como afirmava Luxemburgo (1976), o capitalismo cria, portanto, seus próprios mercados, não precisando de mercados externos para se desenvolver, embora sejam importantes. Além disso, este período se caracterizaria pela formação dos monopólios através da concentração e centralização do capital.

Segundo Lênin, o imperialismo representa a negação, via expansão externa, das contradições internas do modo de produção capitalista nos países centrais. É uma fase de expansão do capitalismo, inerente ao próprio sistema. Conforme Ayerbe, Lênin vê no imperialismo uma fase específica do capitalismo, na qual algumas de suas características fundamentais se transformam em seu contrário (AYERBE, 2002, p.57).

Lênin escreveu sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo* em 1916, resultado de uma síntese sobre os debates anteriores sobre o tema. Neste sentido, primeiramente utiliza a obra do economista inglês John Atkinson Hobson escrita em 1902, intitulada *O imperialismo*,

⁶ O conceito de imperialismo de um ponto de vista leninista será retomado ao longo do texto por meio da teoria de Nicos Poulantzas (1975a, 1975b, 1976, 1977). Poulantzas atualizou o conceito de Lênin, já que do ponto de vista histórico a conjuntura mudou, já não existem ex-colônias e Poulantzas analisou o processo em sociedades capitalistas avançadas.

além da obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding *O capital financeiro* (1910), para com isso fundamentar sua crítica ao Kautskismo da II Internacional.

O imperialismo, como fase particular do capitalismo, é para Lênin resultado do desenvolvimento direto das propriedades essenciais do capitalismo. O capitalismo se transforma em imperialismo num momento elevado de seu desenvolvimento caracterizado pela substituição da livre-concorrência⁷ (traço fundamental do capitalismo e da formação mercantil) pelos monopólios (grande produção elimina a pequena produção e a substituição da grande por uma ainda maior levando à concentração da produção e do capital até surgirem os monopólios, cartéis, trustes, sindicatos patronais, fundindo com eles os capitais de uma dezena de bancos que reúnem bilhões) (LÊNIN, 1982, p.87).

O excedente de capital, afirma Lênin, jamais é investido para elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, mas é exportado para o estrangeiro para obter maiores lucros, sendo que nos países atrasados o lucro é maior porque os capitais são escassos, o preço da terra e dos salários é baixo e a matéria-prima é barata (LÊNIN, 1982, p.60). Portanto, não há crise de demanda efetiva porque os capitalistas acumulam o tempo todo investindo e criando demanda, devido à concorrência e à luta de classes que impele os capitalistas a acumular revolucionando.

Lênin sintetiza os novos fenômenos da economia do capitalismo mundial como a inevitabilidade da acutização no imperialismo de todas as contradições inerentes à sociedade capitalista. Caracterizou o capitalismo como parasitário e revelou a necessidade de sua substituição por um regime novo e progressivo: o socialismo.

Para isso vê a necessidade de se analisar criticamente o imperialismo. Define e divide o imperialismo em cinco caracteres fundamentais:

1. Concentração da produção e do capital até alcançar um grau elevado de desenvolvimento que origine os monopólios;
2. Fusão do capital bancário e do capital industrial, criação do capital financeiro e de uma oligarquia financeira;
3. Importância particular da exportação de capitais;
4. Formações de cartéis, trustes e sindicatos patronais;
5. Partilha do globo entre as principais potências.

⁷ Na literatura marxista, não existe competição pura nem monopólio puro. Conforme Lênin (1982), os monopólios não eliminam a livre-concorrência por inteiro, implicando uma contradição, fricção e conflitos agudos. Conforme Magdoff (1978), a própria essência do imperialismo é reconhecer que existe competição dentro do monopólio como, por exemplo, os gigantes da mesma indústria ou de indústrias diferentes.

Segundo suas próprias palavras, o imperialismo é:

O capitalismo chegou a uma fase de desenvolvimento onde se firma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas (LÊNIN, 1982, p.88).

Afirma Del Roio ([200_?]) que, para Lênin, o fundamento econômico-social e a peculiaridade do imperialismo capitalista estão na concentração da produção em grandes unidades técnico-produtivas (grande indústria) que promovem a socialização do processo produtivo e a concentração, também, da força de trabalho assalariada.

O exemplo que Lênin nos proporciona em seu texto, sobre a Alemanha em 1907, observar como as empresas cada vez maiores concentram uma quantidade enorme de capital-dinheiro em bancos sendo que estes milhões de donos de grandes, pequenas e médias empresas são dominados por uma centena de financistas milionários (S.A.). A concentração da produção e do capital, afirma Lênin, leva ao monopólio.

A concentração também se revela pela formação de empresas mistas (integradas), que recebem proteção de seus países além da formação de uniões monopolistas de patrões: cartéis⁸ e sindicatos etc. Estes cartéis, sindicatos e trustes, ao contrário dos que defendem a “fábula burguesa” não suprimem a crise, ao contrário, o monopólio criado agrava a crise. Um exemplo deste fenômeno é o famoso truste do petróleo norte-americano *Standart Oil* fundado em 1870⁹ (MAGDOFF, 1978). Segundo Hobson (1983), podemos entender este grande truste se observarmos as associações que faz. O truste tinha na época do autor um dividendo que alcançava aproximadamente 45 milhões de dólares ao ano, cerca de 50% de sua capitalização, sendo que 1/3 disso ia para Sr Rockefeller e o restante para o pequeno grupo controlador. Se tomarmos com muita crítica a citação a seguir pode-se entender a concentração do capital e da produção levados até esta forma monopólica. Veremos:

⁸ Segundo Lênin, os cartéis surgiram mais ou menos em 1870 e conquistaram setor por setor. Tornou-se uma das bases da vida econômica. Esta união monopolista estabelece, entre seus membros, acordos sobre condições de venda, trocas, repartem os mercados entre si, determinam quantidade de produtos a fabricar, fixam os preços, repartem os lucros entre as diferentes empresas etc. O domínio dos cartéis se dá onde possa ter a apropriação da totalidade ou maior parte de matéria-prima. A adesão ao cartel tem várias causas, como, por exemplo: privação de matéria-prima, privação de mão-de-obra, privação de meios de transporte, encerramento de mercados, acordos com compradores, baixa sistemática dos preços, privação de créditos, boicote etc. (LÊNIN, 1982).

⁹ Com a introdução do petróleo como combustível, a empresa tinha uma técnica de perfuração a diamante, a mais eficaz na perfuração de formações duras (MAGDOFF, 1978).

Consideremos o que deve ser feito com a parte maior desses 45 milhões de dólares. Deve ser investido. A empresa petrolífera não necessita dela. Existem reservas em grande quantidade para todos os seus empreendimentos. Tem de ir para outras indústrias. Naturalmente, os interesses visados se aliarão aos do petróleo. Será o gás, e veremos os homens da Standart Oil adquirindo invariavelmente os títulos negociáveis das empresas de gás em todo o país. Serão as estradas de ferro, porque todas as indústrias dependem do transporte e, além disso, as ferrovias são um dos grandes consumidores de produtos de óleo e devem ser mantidas como compradoras. E temos diretores da Standart Oil Company como diretores em quase todas as grandes ferrovias do país- na New York Central, na New York, New Haven and Hartford, Chicago, Miltern, Missouri Pacific, Missouri, Kansas & Texas, Boston & Maine e outras estradas de ferro menores. Ingressarão no ramo do cobre, e teremos o plano de fusão aplicado. Irão para o ramo do aço e teremos as enormes aplicações do Sr. Rockefeller no truste siderúrgico. Ingressarão no ramo bancário e eis o National City Bank e suas instituições coligadas, nas cidades de Nova York e Boston, como também uma ampla rede que se estende em todo o país. (MISS TARBELL, apud HOBSON, 1983).¹⁰

À parte a legitimação burguesa da autora, de naturalização do imperialismo, esta citação nos proporciona o funcionamento da rede imperialista, principalmente a participação e o papel dos bancos nesta fase. De intermediário de pagamentos, os bancos passam a ser um monopólio dispondo de quase a totalidade do capital-dinheiro do conjunto de capitalistas e pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países. Os bancos aceleram e reforçam o processo de concentração de capital e de formação de monopólio.

Segundo Lênin (1982), as grandes empresas, sobretudo bancos¹¹, não se limitam a absorver as pequenas que se ligam e se submetem, mas a incorporam no seu agrupamento (no seu consórcio) graças à participação no seu capital (compra e troca de ações) ao sistema de créditos etc.

Del Roio escreve que o monopólio concentra a riqueza social porque é produto da fusão do capital industrial produtivo com o capital bancário usuário. Além da concentração produtiva, ocorre a concentração bancária, produto de uma especulação sem freios, que promove a fusão e a subordinação da indústria e do comércio. Assim, o monopólio deriva da dominação do capital financeiro, produto este da fusão do capital industrial com o capital bancário, fazendo com que ocorra uma diferenciação no seio da burguesia com a emergência de uma oligarquia financeira crescentemente parasitária (DEL ROIO, ([200_?])).

¹⁰ Miss Tarbell, "History of the Standart Oil Trust". In: Maclure. Outubro de 1904.

¹¹ Os maiores trustes de bancos na América são 9, mas os dois maiores são os dos milionários Rockefeller e Morgan.

A fusão dos bancos com a indústria, explica Lênin (1982, p. 44), acontece quando um banco desconta duplicatas, abre contas correntes ou outras operações repetidas regularmente. Assim, os bancos concentram enormes capitais, resultando na dependência do industrial ao banco, e ao mesmo tempo pela união pessoal pela compra de ações, entrada de diretores dos bancos nos conselhos fiscais das empresas industriais e comerciais e vice-versa. Esta união é completada pela união de uns com o governo (geralmente no conselho fiscal de um grande banco encontra-se um membro do parlamento).

A grande contribuição sobre esta temática foi a análise sobre a função do Estado¹². Para o autor, a vinculação pessoal entre os bancos e a indústria, (característica deste período e que forma uma oligarquia financeira), se completa com a vinculação pessoal entre estes e o Estado, que reforça a dominação desta oligarquia.

Na teoria leninista, a oligarquia não é só a manifestação mais notável do monopólio bancário, mas a forma em que o predomínio do capital monopolista se expressa na imposição da burguesia, ou fração dessa burguesia, como classe hegemônica, na estrutura e na luta de classes.

Conforme Hilferding, esta fusão e concentração de capitais no banco derivam de porções de capitais individuais reunidos e concentrados nos bancos para vender. Os bancos medeiam as vendas ao capitalista monetário, além de assegurarem ao menor capital próprio o domínio sobre o maior capital alheio, por meio desta técnica financeira do sistema acionário. Este capitalista monetário é o credor, não tem controle no processo de produção, apenas cede seu capital e o espera revertido em forma de juros, assim como o acionista¹³ (HILFERDING, 1985, p.114).

Ao capital dinheiro investido em compra de ações (capital fictício) e que em parte se transforma em capital industrial (porque outra parte é do lucro fundador - bancos pela emissão das ações etc.), Lênin vai chamar de capital financeiro. Assim sendo, parte do capital industrial é do capital financeiro que o tem por meio dos bancos - canal para a compra e representação deste capital.

O sistema de participações em Sociedades anônimas, não só aumenta o poderio dos monopolistas como favorece a possibilidade de corrupção. Além disso, proporciona uma favorável entrada de capitais internacionais nas empresas, desempenhando por meio da

¹² Mesmo com poucas citações sobre o Estado em seu texto *Imperialismo fase superior do capitalismo*, este trabalho procura enfatizar através desta citação o papel do Estado para Lênin neste período.

¹³ Nesta nova fase, o autor coloca a emergência das empresas convertidas em Sociedade Anônimas (S.A.).

exportação de capital uma rede internacional de dependência. O capital financeiro lança suas redes em todos os países do mundo.

Nenhum dos mercados financeiros ousa recusar os empréstimos estrangeiros, temendo que o vizinho, consentindo o empréstimo, se antecipe e assegure, assim, serviços em troca de serviços. Com efeito, em operações internacionais deste gênero o mutuante obtém, quase sempre, qualquer coisa: uma vantagem quando da conclusão de um tratado de comércio, uma mina de carvão, a construção de um porto, uma lucrativa concessão, uma encomenda de canhões. (LÊNIN, 1982, p.63).

Estes investidores, acionistas ou capitalistas monetários, estranhos à participação na produção, fazem parte da camada dos rentistas (pessoas que vivem dos cortes de cupões de títulos), têm um rendimento cinco vezes mais elevado que aquele que provém do comércio externo, uma camada parasitária do imperialismo.

Outro círculo de concentração se forma sob o imperialismo, o dos cartéis internacionais, grandes grupos monopolistas partilhando o mundo:

Se os capitalistas partilham o mundo [...] é porque o grau de concentração já atingido os obriga a se comprometerem nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no proporcionalmente aos capitais, segundo as forças de cada um porque em regime de produção mercantil e de capitalismo não poderia existir qualquer outro modo de partilha. (LÊNIN, 1982, p.74).

Nesta partilha do mundo, o capital financeiro, hegemônico, é fator tão poderoso e decisivo que é capaz de subordinar até Estados independentes juridicamente, como, por exemplo, as semicolônias, que apesar de terem independência política estão presas nas redes de dependência financeira e diplomática.¹⁴ Segundo Hilferding (1985), o capital financeiro quer, não a liberdade, mas o domínio. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso em face de todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado.

Até porque conforme Lênin, na época do capital financeiro, os monopólios privados e os monopólios de Estado se interpenetram, não sendo mais do que elos da luta imperialista entre os maiores monopólios. Diferentemente do que pensava Kautsky e seus seguidores, os cartéis e monopólios internacionais não levam à paz no regime capitalista, pelo contrário, acutizam a luta na partilha do mundo.

¹⁴ Segundo Lênin (1982, p. 84), a Argentina na época era um exemplo de semicolônia da Inglaterra.

Na época que Lênin escreve, a divisão do mundo e do mercado mundial está concluída, e de maneira profundamente desigual, como é próprio da maneira de o capital organizar a produção e os espaços. Isso fazia antever um acirramento da competição inter-imperialista que resultaria em guerras pela redivisão da riqueza acumulada e dos espaços coloniais, que servem de garantia de suprimento de matéria-prima (DEL ROIO, ([200_?])).

Lênin, em seu pequeno texto, conseguiu sintetizar economicamente esta nova fase, o imperialismo. Formação dos monopólios pela alta concentração e centralização do capital e da produção, conseqüente fusão do capital bancário com capital industrial, criação do capital financeiro através das sociedades de participações (S.A.), ações, títulos etc., criação de uma oligarquia financeira que participa da gestão deste capital, fase específica de exportações de capital favorecido pela hegemonia do capital financeiro, partilha do mundo entre os principais trustes internacionais e partilha do mundo entre as principais potências.

Além disso, procurou demonstrar como o imperialismo chegaria a uma fase de inevitabilidade de sua acutização, por ser parasitário e estar em decomposição até chegar ao socialismo. O imperialismo é parasitário porque proporciona a formação de uma camada de rentistas alheios à produção, que se ocupam apenas de investir e esperar seus lucros. Além disso, o monopólio gera uma tendência, segundo o autor, para a estagnação e decomposição quando se estabelecem, ainda que por tempo limitado, os preços. Isso fará desaparecer, aos poucos, o progresso técnico e, por consequência, qualquer outro progresso.

Com este breve capítulo buscamos entender as relações específicas e as contradições inerentes a esta nova fase do capitalismo que é o imperialismo, a fim de compreender o atual processo de acumulação mundial, no fim do século XX, começo século XXI. Para explicar a Venezuela hoje, principalmente, precisamos nos ater às análises e contribuições dos clássicos do marxismo, aqui nesta dissertação, de Lênin.

2 PETRÓLEO E EMPRESAS ESTRANGEIRAS NA VENEZUELA

Neste capítulo analisaremos o lugar ocupado pela Venezuela no desenvolvimento do capitalismo mundial. Depois de analisadas as principais características desta nova etapa do capitalismo, que se inicia no fim do século XIX e começo do século XX, denominada imperialismo, analisaremos quais as incidências que este processo teve na Venezuela em começos do século XX, quando as primeiras empresas internacionais de extração de petróleo chegaram ao país. Ao longo do século XX, principalmente entre os anos aqui analisados, o petróleo predominava na renda do país, responsável por grande parte do PIB nacional e por quase a totalidade da exportação e fonte segura de abastecimento para os países europeus e principalmente para os EUA.

O início da exploração petrolífera venezuelana se deu com a entrada das grandes corporações internacionais do petróleo, por meio das políticas de Estado de concessões de campos. Primeiramente a Shell Corporation, consórcio britânico-holandês, e em seguida, após a primeira Guerra Mundial, a Standard Oil dos EUA. Fruto da divisão imperialista do mundo¹⁵, a Venezuela se situa como um dos principais campos de exploração, tornando-se durante a década de 1940 o maior produtor de petróleo do mundo¹⁶.

Buscaremos demonstrar, ao longo do texto, que em total ligação com o imperialismo, o país desenvolve um campo industrial restrito vinculado ao petróleo, uma burguesia rentista, parasitária e uma política de importação, beneficiando uma pequena parcela da burguesia local e a grande burguesia imperialista ligada aos negócios do petróleo.

Para iniciarmos, vemos a necessidade de analisar a perspectiva mundial do desenvolvimento capitalista, onde se situa o petróleo, para assim compreendermos o desenvolvimento econômico venezuelano.

Qualquer cientista social que pretenda realizar uma pesquisa crítica, como afirma o próprio cientista venezuelano Franz Lee (2006), deve se remeter às enfermidades infecciosas que acompanham as revoluções sociais e as pragas capitalistas em nível global que fizeram e continuam fazendo estragos na construção do socialismo mundial. Portanto, este trabalho buscará realizar esta análise por meio do papel do petróleo na época imperialista e principalmente onde entra a Venezuela neste contexto.

¹⁵ Para isso, ver Lênin, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

¹⁶ Atualmente, o maior produtor de petróleo do mundo é a Arábia Saudita, país membro da Opep, com uma produção de 10,7 milhões de barris/diários.

2.1 O início da expansão do petróleo no sistema capitalista- imperialista

O petróleo precedeu, no sistema energético capitalista, o gás de iluminação e o carvão. Primeiramente foi extraído e utilizado como meio de iluminação (assim como o gás). Para a exploração do petróleo, assim como o carvão, se fazia necessário extraí-lo do subsolo e transportá-lo para longe de seu local de produção.

Foi em 1850, conforme Amorim (2006), com a mudança nas relações de produção, durante a Revolução Industrial, que o petróleo se torna fonte energética, devido à maior demanda de iluminação. Os ritmos de produção industrial não poderiam condicionar-se à disponibilidade exclusiva da luz solar, do óleo de baleia e do carvão mineral (liquefeito), disponíveis à época, que eram caros e precários.

Conforme Hémerly, Debeir e Deleage, (1993), o petróleo foi originalmente uma fonte de energia complementar e concorrente do gás de iluminação. Era uma energia do campo e dos países não-industrializados. Com o aumento das perfurações, o mercado torna-se saturado e baixam-se os preços. Em 1859, o barril estava em torno de dois dólares, em 1862 vai para 0,10 centavos de dólar.

O petróleo era produzido também para outros tipos de refinação, como a gasolina, até então difícil de vender. O mercado petrolífero era de substituição por outros minerais¹⁷.

Na Europa, o petróleo foi industrializado já em 1850 por meio de rudimentares refinarias que manufacturavam e comercializavam lampiões. Em 1853, estudos identificaram que o óleo extraído da Pensilvânia fornecia querosene de alta qualidade, o que fomentou investimentos para a fundação em 1854 da primeira companhia petrolífera dos Estados Unidos: a Pennsylvania Rock Oil Company of New York. Já em 1858, também se descobre uma região no Canadá de alta qualidade em petróleo ao perfurar poços, criando para isso a Canadá Oil Company (AMORIM, 2006, p.16).

Neste período, aparece John D. Rockefeller, magnata norte-americano que busca manter o controle do mercado petrolífero, concentrando domínios sobre os transportes, ou seja, sobre os pontos estratégicos de passagem obrigatórios do circuito de produção (desde a extração do bruto até venda de derivados). Tenta controlar a etapa intermediária porque percebe o quanto isto determinava o custo do petróleo. Com tarifas preferenciais para os grandes clientes, Rockefeller obrigava produtores e refinadores independentes a pagarem tarifas normais,

¹⁷ Segundo Hemery (1993), a descoberta em 1859 da jazida de Titusville, na Pensilvânia EUA, marcou o início da história contemporânea desta fonte de energia que se caracteriza desde o início pela tendência à superprodução. Nesta época, a gasolina era tão difícil de ser comercializada que era despejada em rios.

aproveitando a concorrência para fazer papel de repartidor do petróleo às grandes companhias (HEMERY; DEBEIR; DELÉAGE, 1993).

A política adotada por Rockefeller estava voltada para a integração e monopólio, já que visava a unir atividades de refino e transporte de petróleo e seus derivados. Isso foi facilitado pelos diversos acordos com empresas ferroviárias. Sua estratégia estava centrada nos descontos dados nos preços do transporte. Isso levou Rockefeller a controlar, em 1879, 90% do mercado de querosene nos EUA (AMORIM, 2006).

Isso porque em 1865 Rockefeller lança-se no ramo da refinação comprando diferentes pequenas empresas, fundando em 1870 a Standart Oil, estendendo seu controle ao novo sistema de transporte, os oleodutos (sistema moderno de transporte de um fluido).

Até 1900, o consumo do petróleo ainda era limitado por ser utilizado em iluminação e como alimento de alguns pequenos aquecedores. Porém, para manterem a energia difusa e inverter a relação oferta e demanda que caracterizava os meios de industrialização em escala mundial, as grandes companhias produtoras de gás e petróleo, caso da Standart, acima mencionado, tornam-se também empresas de transporte de energia, constituindo, assim, vastas redes centralizadas de distribuição.

A partir deste período, a Standart controlava sozinha mais da metade das vendas de petróleo do mundo por meio da primeira rede petrolífera mundial que para ela “o céu era o limite”¹⁸.

Sua maior concorrente fundada pelo holandês Henri Deterding era a Royal Dutch Company, que explorava poços nas Índias. A Royal tinha maior vantagem sob a Standart, pois não concentrava produção num só país, mas em todo mundo para assim distribuí-lo favoravelmente. Visando a um ataque ao petróleo norte-americano e ao monopólio, a Royal (especialista em produção) se funde com a Shell (empresa inglesa especializada em transportes), criando a Asiatic Petroleum.

Ainda aqui o petróleo estruturava as redes comerciais por suas vantagens financeiras, não tecnológicas como o carvão, que continuou dominante. A partir das duas últimas décadas do século XIX, o petróleo foi mais utilizado devido ao uso de conversores que desempenhariam formas de energia mais eficientes que outrora (HEMERY; DEBEIR; DELÉAGE, 1993, p.182).

O início do século XX significou para o petróleo um avanço devido aos automóveis, que elevaram o mercado petrolífero. O preço da gasolina aumentou, o que para os autores Hemery, Debeir, Deléage (1985, p. 195) significa o desenvolvimento da mais-valia associada

¹⁸ Neste período, a Standart distribuía gratuitamente para Europa, China, Índia, lâmpadas a base de petróleo criando uma demanda até então inexistente.

ao petróleo. Maior volume de carros e aumento no preço da gasolina levam à realização da mais-valia, gerando maiores lucros.

Os EUA, por meio da exportação para a Europa do excedente de sua produção, bem como com a expansão de sua indústria automobilística em ambos os lados do Atlântico Norte, passaram a influenciar na expansão da indústria do petróleo no mercado mundial (AMORIM, 2006).

Este período marcou as mudanças no mercado mundial do petróleo. Houve por parte da Standart um maior controle do petróleo bruto. No pós Primeira Guerra Mundial, o imperativo vital tornou-se a corrida aos campos de petróleo, “cujas implicações geopolíticas passaram a comandar a política dos Estados” (HEMERY; DEBEIR; DELÉAGE, p.197). Por exemplo, a relação entre a Standart (truste do petróleo) e o governo federal dos Estados Unidos para comandar os poços no Oriente Médio.

O Oriente Médio era foco principal desta corrida pelo “ouro negro”. Corrida esta de disputa pelos campos de petróleo persa (alemães, russos, ingleses e americanos)¹⁹. A busca por novos poços de petróleo se dirigiu para o Oriente Médio, mas também para a América Latina, primeiramente para o México e em seguida Venezuela.

Conforme Lênin (1916, p. 72), a partilha do mundo entre estes grupos monopolistas gerou um novo grau de concentração do capital e da produção. A luta pelo mercado mundial se deu, por um lado, pelos EUA com a Standart, por outro, pelos russos de Baku e ainda os holandeses ligados ao Deutch Bank (financiando a indústria do petróleo) e ingleses pela Shell. A Standart aspirando hegemonia adquire fontes na Holanda atingindo seu truste inimigo, a Shell. O Deutch Bank se une com fontes da Romênia e Rússia contra Rockefeller. A luta terminou em 1907 com a derrota total do Deutch Bank, que se submeteu a um contrato desvantajoso para si, com a Standart.

Até 1928 não houve acordos a nível mundial sobre o mercado de petróleo, mas a livre concorrência foi uma exceção. O que houve foi o domínio imperialista dos grandes trustes.

O mercado petrolífero encontrava-se desorganizado depois da Primeira Guerra e após 1925, graças à exploração de novos campos na Venezuela, México e Oriente Médio, a capacidade de produção mundial cresceu e os fluxos mundiais de comércio passaram a efetuar-se sem dificuldades já que foram reconstruídas e expandidas as frotas de petróleo e as vias de transporte. O aumento da oferta pressionou o mercado e a batalha por novos poços pelas duas principais companhias a Standart Oil e a Shell.

¹⁹ A pressão norte-americana pelo controle na região persa fez com que a Standart entrasse em 1928 para a Turkish Petroleum Company.

2.2 Venezuela: o papel do petróleo e os antecedentes históricos da “Revolução Bolivariana”.

A batalha por novos poços levou os grandes trustes às novas regiões, como vimos no tópico anterior. A Venezuela desempenhou papel específico nesta nova divisão imperialista do mundo. Para analisar o caso específico venezuelano, temos que, conforme o venezuelano Asdrúbal Baptista (2005, p. 97):

[...] En primer lugar, hay que resaltar la súbita interrupción, en torno a 1920, del curso de la actividad económica que viene del siglo XIX. Cesa así un patrón de comportamiento económico con un ritmo muy poco expansivo, y su lugar pasa a ocuparlo un marco de cosas que fue capaz de provocar un vertiginoso crecimiento de la economía. E segundo lugar, hay que indicar también la no menos súbita interrupción de la expansión económica, que ocurre hacia los años finales de la década de los setenta. Finalmente, sobresale el deterioro o parálisis que continúa, y que se prolonga por casi treinta años hasta el cercano presente.

Com isso em mente, cabe então perguntar-nos - pergunta guiadora dos trabalhos científicos que pretendem estudar a economia política venezuelana no século XX - o que aconteceu especificamente com o desenvolvimento venezuelano e, principalmente, qual o papel do petróleo neste processo.

Partindo da formulação de Lander e Maya (2002), poucas coisas ocorrem no país que não tenham, direta ou indiretamente, a ver com o petróleo. Como em outros países da América Latina, a burguesia local nasceu em ligação direta com o imperialismo e, neste país especificamente, isso se deu por meio do petróleo. Antes da exploração do petróleo, o país era agrícola (principalmente café e açúcar), despovoado e empobrecido, com reduzida importância no cenário internacional. Conforme Maringoni (2004 p.86), o país passava por uma crise interna, já que a dívida pública era quatro vezes maior que o orçamento nacional. A concentração da riqueza estava nas mãos dos poucos latifundiários, o que condenava a maioria da população à miséria²⁰.

Independente da Espanha em 1811, a Venezuela passou por um período de instabilidade, que se acentuou com a morte, em 1830, de Simon Bolívar²¹. Neste período de disputas pelo controle estatal e de interesses, o que houve foi uma acomodação entre os caudilhos regionais. Após a Guerra Federal em 1859/1863, instalou-se uma total guerra civil camponesa e antioligárquica (MARINGONI, 2004, p.86).

²⁰ 85% da população vivia na zona rural (MARINGONI, 2004, p.86).

²¹ “O Libertador”, por ter libertado a América espanhola do domínio espanhol no século XIX.

A história petroleira²² na Venezuela se inicia durante o governo do general Cipriano Castro por volta de 1907. Concessões de milhares de hectares foram feitas para os grandes trustes do petróleo. Primeiramente para o consórcio britânico-holandês Royal Dutch Shell, na região do lago Maracaibo em Zulía²³.

Com o poder centralizado a ferro e fogo pela ditadura de Castro, Gómez, seu general de confiança, assume em 1908, por meio de um golpe, a presidência. Este general transformou a Venezuela em um feudo privado abrindo o país para o capital estrangeiro e o mundo do petróleo. Seu primeiro ato foi pedir a proteção dos Estados Unidos para estabilizar seu governo.

A primeira Guerra Mundial interferiu também na Venezuela em relação à exploração. A Shell inicia a construção de refinarias para necessidades locais. Em 1915, a Shell não devolve ao Estado, como previa, a *Concessão de Vigas* e os espaços até o momento não-explorados. De outro lado, os Estados Unidos, com medo de ficarem para trás²⁴ na corrida pelo ouro negro, foram buscar concessões convenientes em todo o mundo, inclusive Venezuela. Em 1919, os EUA recebem por parte do governo Gómez favorecimento em detrimento dos ingleses. Foram cedidas cinco concessões no Lago Maracaibo à Standart Oil, região com um dos maiores campos da Venezuela (O'CONNOR, 1962, p.145).

Este período marca o início da luta entre a Standart²⁵ e a Shell pela hegemonia no mundo do petróleo.

As empresas estrangeiras lograram do general Gómez uma legislação assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal, além de condições favoráveis às concessões, royalties e cobrança de impostos e, em contrapartida, o Estado seria o proprietário das jazidas, além de receber 15% do total produzido (MARINGONI, 2004, p.87).

Segundo O'Connor (1962), a primeira legislação petrolífera na Venezuela data de 1918. Esta legislação impedia futuras concessões de um milhão de hectares e estabelecia os impostos e os royalties oscilantes entre 8 e 15%. As concessões, se não exploradas em três anos, deveriam ser devolvidas. Logo em 1922 criou-se uma nova legislação, limitando as concessões para dez mil hectares, com validade estendida para quarenta anos, com royalty de 10%²⁶. Esta nova legislação com royalties baixos, arrendamentos baixos, isenção de tarifas aduaneiras para

²² Em 1878 já existia uma exploração de petróleo quase artesanal na província de Tachira.

²³ Como não havia uma legislação específica do petróleo, o governo utilizou a legislação das concessões de asfalto para o petróleo. Foi dado um prazo de 50 anos para as companhias petroleiras explorarem o petróleo na região.

²⁴ Os EUA tinham explorado todos seus campos para atender às necessidades bélicas de seus aliados durante a Guerra, sem com isso descobrir mais campos para exploração de petróleo (O'CONNOR, 1962, p.144).

²⁵ A subsidiária da Standart Oil na Venezuela é a Creole.

²⁶ Esta nova legislação não atingia a Shell que ainda pagava os antigos 0,38 centavos de dólar por hectare.

importação de equipamentos e material e garantia de isenção de impostos, foi aplaudida pelas companhias estrangeiras.

Neste período, um poço perfurado pela Shell²⁷ no campo de La Rosa, bacia do Maracaibo, jorrando uma média de 100 mil barris diários e a descoberta do gigantesco campo de *Mene Grande*, fez com que a produção se expandisse e a corrida pelo óleo negro na Venezuela se acentuasse. Gómez, maior proprietário individual de terras na época, vê nisso uma oportunidade de enriquecer e o fez por meio da criação de uma empresa de fachada.

Gómez organiza então a Companhia Venezuelana de Petróleo, com isso, as companhias ao invés de negociar com o Estado, deveriam, a partir deste momento, negociar com ela. A consequência disto foram, como nos diz O'Connor (1962, p.148), fraudes, subornos e corrupção envolvendo a família de Gómez, além de fortes especulações em torno do preço da venda e arrendamento das terras.

Em oito anos o negócio explodiu: de modestos 1,4 milhão de barris por ano, a Venezuela produzia, no final da década de 1920, 137 milhões de barris. Já era o segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia rentista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil. A duríssima repressão gomezista, por sua vez, era tudo o que as empresas estrangeiras queriam. (MARINGONI, 2004, p.87).

Conforme afirma o autor, em 1928²⁸ a Venezuela tinha superado a Rússia e o México tornando-se o segundo maior produtor mundial. A Shell, a Gulf e a Standart detinham 99% da produção de petróleo. Além da Shell, as companhias norte-americanas Standart Oil of New Jersey, Gulf e Standart de Indiana obtiveram rentosas concessões com a criação da companhia venezuelana de petróleo. Esta empresa proporcionou à Standart Oil of New Jersey concessões fraudulentas, em que a Maracaibo Oil Company (companhia norte-americana) adquiria concessões e as vendia para outras companhias favorecendo a família do ditador Gómez.

[...] o regime de latifúndio, que dominava 80% das terras privadas, não se enfraqueceu, mas conviveu e complementou a nova fonte de riquezas. A sólida aliança entre as classes dominantes internas - burguesia comercial, bancária e latifundiária - e os monopólios estrangeiros dedicados ao negócio do petróleo, materializada na política de concessões, perdurou até a morte natural do ditador, em dezembro de 1935. (MARINGONI, 2004, p.87).

²⁷ A empresa da Shell na Venezuela era a Caribbean Petroleum.

²⁸ Neste período, segundo o censo (apud MARINGONI, 2004, p.87), a Venezuela possuía três milhões de habitantes e houve uma migração dos trabalhadores rurais para os campos petrolíferos.

Esta política petroleira rentista caracteriza-se por circunstâncias já analisadas por Marx em *A Miséria da Filosofia*. A citação abaixo nos proporcionará um entendimento sobre tal fenômeno:

O representante da terra como capital não é o proprietário fundiário, mas o arrendatário. O rendimento que a terra dá como capital são o juro e o lucro industrial e não a renda. Há terras que produzem esse juro a esse lucro e que não produzem renda. Em resumo, a terra, enquanto dá um juro, é a terra-capital e, como terra-capital, não dá uma renda, não constitui propriedade fundiária. A renda resulta das relações sociais nas quais se faz a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos dura, mais ou menos duradoura da terra. A renda provém da sociedade e não do solo. (MARX, 2007, p.147).

Isso significa dizer que a aliança na sociedade capitalista monopolista entre o proprietário fundiário e o industrial é fundamental. Na Venezuela isso não foi diferente e se deu por meio da indústria petrolífera, com as concessões, arrendamentos etc., intermediados pelo Estado, e quem lucrava principalmente eram as companhias petroleiras internacionais.

Em contrapartida, assim como relata O'Connor, nenhum governo proprietário do petróleo tinha independência de ação e decisão na política energética. Todas as decisões eram tomadas em Manhattan pelo magnata Rockefeller.

Com a morte de Gómez, o país girava em torno da indústria petrolífera e com o desenvolvimento econômico, novas classes sociais se formavam: o proletariado petroleiro e urbano, uma incipiente burguesia industrial e pequenos e médios proprietários rurais. Em 1936, houve uma greve geral dos trabalhadores²⁹ em resistência às companhias estrangeiras e à “dança das concessões”³⁰.

Este período foi marcado por fortes lutas entre os trustes imperialistas do petróleo, tanto que em 1937 a Standart Oil juntamente com a Shell eliminaram a Gulf como grande empresa no país. Por cem milhões de dólares, a Standart adquiriu metade da participação na Mene Grande, subsidiária da Gulf e vendeu metade desta parte à Shell, conservando controle e monopólio no país. A renda petroleira fez elevar os royalties e as companhias se comprometeram a criar refinarias em solo venezuelano. Com isso, em 1938 as receitas estatais do petróleo haviam crescido e as companhias reagiram debatendo mais uma vez a política petroleira venezuelana fora deste país, pelos futuros líderes políticos.

O petróleo representava 90% da exportação do país, sendo a principal indústria nacional. Em 1940, durante o governo do general López Contreras, houve uma queda nas

²⁹ Esta greve que reivindicava reajuste salarial, assistência médica, moradia digna etc., colocou a classe operária venezuelana na cena política e gerou, por outro lado, uma onda repressiva sobre dirigentes políticos e sindicais, além do banimento de partidos de esquerda e entidades populares. (MARINGONI, 2004, p.91).

³⁰ Termo utilizado por O'Connor (1962, p. 111).

receitas de petróleo que fizeram o governo, junto com as companhias estrangeiras, elaborar uma nova legislação, baseada no *New Deal*. Os lucros do petróleo seriam divididos meio a meio entre as companhias e o governo. Esta divisão em metades iguais foi aceita pelas companhias porque neste período surgiram novas forças políticas, além do que o governo venezuelano oferecia compensações sedutoras às companhias. Estas novas forças políticas eram compostas por setores do proletariado ligados à indústria do petróleo, novos partidos políticos e setores do empresariado que reivindicavam a defesa dos interesses nacionais em detrimento das indústrias estrangeiras de exploração de petróleo no país.

Os títulos da maioria das concessões e arrendamentos eram viciados, e o partido *Acción Democrática* (AD) pedia seu cancelamento, alegando fraudes. O governo, dada esta nova legislação, ficava do lado das companhias alegando validade nos contratos se as companhias aceitassem novos contratos de exploração com prazo de 40 anos. Como a maioria dos contratos terminava em 1961, estes novos contratos seriam muito vantajosos tanto para as companhias como para o governo (O'CONNOR, 1962, p.156).

Estes novos contratos aumentaram a receita petrolífera em 80% e estabelecia royalty mínimo de 16,5%. Para minimizar os conflitos que se instauraram no país, o ministério do desenvolvimento baixou a gasolina na Venezuela, sendo esta a mais baixa do mundo.

A esta altura, a importância do petróleo venezuelano³¹ mundialmente era incontestável. Mais de 60% do produto que abastecia as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial provinha da região do lago Maracaibo. Nos anos seguintes, a vinculação com os Estados Unidos levou o país a ser o maior beneficiário do Plano Marshall de reconstrução da Europa, e o petróleo venezuelano mais uma vez teve papel central na crescente demanda por energia das economias em recuperação (MARINGONI, 2004, p.93).

O controle estatal nas negociações com o produto se dava por meio de um imposto que não valia para a beneficiária Standart que ainda pagava menos imposto.

Por mais estáveis que estivessem as relações entre as grandes corporações e a Venezuela, Trinkunas afirma que ainda assim havia conflitos, fricções. A verdadeira importância estratégica da Venezuela para os EUA emergiu só depois do descobrimento de enormes jazidas de petróleo naquele país em 1914, e até certo modo, os EUA estiveram presentes na criação da indústria petrolífera venezuelana. As companhias petrolíferas norte-americanas e a *Royal Dutch Shell Corporation* criaram a infraestrutura física para que a

³¹ Na década de 1940, foram iniciados na Venezuela um rápido processo de urbanização e uma tentativa de diversificar o produto nacional, sendo criado o Banco Central da Venezuela (BCV). A população urbana ultrapassava o número de habitantes rurais devido à migração, criando problemas sociais semelhantes ao do resto da América Latina (MARINGONI, 2004).

Venezuela se convertesse no maior exportador de petróleo no Hemisfério Ocidental. Também foram importantes influenciadoras na formulação das leis petrolíferas no país e no papel que este recurso natural teria em suas políticas (TRINKUNAS, 2005, p.32).

A importância estratégica do petróleo venezuelano para os Estados Unidos foi confirmada durante a II Guerra Mundial e em cada crise política ou militar na Guerra Fria. Apesar desses vínculos íntimos havia fricção entre a Venezuela e os EUA. O governo norte-americano apoia uma indústria petroleira privada, liderada por corporações internacionais. O governo local, por outro lado, prefere as políticas que priorizem o controle nacional sobre estes recursos estratégicos. No início dos anos 40, os governos democráticos venezuelanos tentaram obter uma percentagem maior dos benefícios do petróleo, por meio de royalties e impostos muito elevados (TRINKUNAS, 2005).

Em 1945, a AD assume o governo com Rômulo Betancourt e apesar de no plano político aparentemente eliminar o que restava do regime gomezista, as bases econômicas da sociedade não foram alteradas. A concentração na propriedade fundiária permaneceu e aumentou a dependência externa do país. Neste contexto, as companhias estrangeiras e o governo norte-americano não tinham do que reclamar. De outro lado, o ingresso petroleiro proporcionou uma melhoria na situação socioeconômica dos trabalhadores, fruto da política social-democrata que a AD (*Acción Democrática*) se esforçava por apresentar (TRINKUNAS, 2005). Alguns anos depois, em 1948, uma comissão formada por representantes dos principais partidos - AD, Copei, PC e URD - foi encarregada de pensar a criação de uma companhia petroleira nacional³².

Neste mesmo ano, militares praticam um novo golpe. As forças armadas acusavam Betancourt de crimes e manobras, enquanto este acusava os oficiais³³ de trabalhar em prol da Standard Oil. Os Estados Unidos nesta mesma época mandaram tropas militares para a Venezuela. Para O'Connor (1962), o governo social-democrata colocou algumas barreiras à total abertura dada às grandes empresas internacionais do petróleo nos governos anteriores: altos encargos, aumento de impostos, pressão na fiscalização e pagamentos onerosos aos trabalhadores.

A ditadura instaurada pelos militares e Perez Jimenez (P.J.)³⁴ beneficiou em muito os magnatas do petróleo, durou até 1958 e deixou o país numa bancarrota financeira, social e

³² Neste ano, a receita petrolífera havia aumentado duas vezes a renda total dos últimos anos.

³³ Neste período, os soldados das forças armadas vinham em sua grande maioria de famílias latifundiárias (O'CONNOR, 1962).

³⁴ Marcos Pérez Jimenez, tenente eleito pelo golpe de 1948.

econômica³⁵. As classes dominantes e os monopólios do petróleo mais uma vez optaram pela via segura da política, a ditadura militar. O capital financeiro expandiu suas atividades e o governo investiu pesado nas áreas de infraestrutura de siderurgia, de hidroeletricidade e da indústria petroquímica, ou seja, um projeto de desenvolvimento acelerado. Por outro lado, o país não deixou de enfrentar uma crise fiscal afetando os vários setores da iniciativa privada ligados aos negócios do Estado (MARINGONI, 2004, p.99).

Para as companhias petroleiras, os últimos anos de Pérez Jimenez (1956-57) foram muito bons. Aumentaram suas reservas nacionais com aquisição de todos os campos restantes (do Lago Maracaibo, do estado de Barinas) em um leilão. No último ano de P.J., as companhias tiveram um lucro de 829 milhões de dólares ou mais, segundo O'Connor (1962).

Em 1958, os dirigentes dos partidos dominantes AD, URD (União Democrática Republicana), COPEI (católico) e PC (partido comunista) concordaram em juntar-se e convocar uma greve geral que derrubou a ditadura no país. Novamente Rômulo Betancourt assume em eleições diretas a presidência.

Com diversas opiniões acerca da “nova” política petroleira, a comissão composta por estes principais partidos (AD, Copei, URD e PC) não deixou de beneficiar o imperialismo. A AD defendia a organização de uma companhia que se encarregaria das reservas nacionais e estabeleceria o monopólio sobre o mercado interno, sem novas concessões e arrendamentos. A URD desejava que representantes do governo dirigissem as companhias estrangeiras de petróleo para controlá-las. O COPEI acredita que o país deveria agir como “os donos do petróleo”. Os comunistas defendiam a nacionalização e divisão dos lucros em 75-25, com participação do capital privado venezuelano nas indústrias nacionais e uma nova legislação trabalhista. A fedecámaras (organismo patronal) pedia a liberação da fórmula meio a meio nos lucros petroleiros (O'CONNOR, 1962).

Com as dívidas herdadas do governo militar, o Estado faz empréstimo das companhias petroleiras (como adiantamento dos lucros), de cem milhões de dólares, além de mais duzentos milhões em créditos com banqueiros de Nova York (O'CONNOR, 1962).

A nova comissão, dirigida principalmente pela AD e COPEI, decidiu por um pacto que acomodaria a partilha do poder às diversas frações da burguesia. O pacto acordado em 1958 recebeu o nome de Pacto Punto Fijo e foi uma tentativa de definir uma democracia liberal pró Estados Unidos e uma economia baseada no petróleo. Foi também um pacto de alternância de poder entre os dois principais partidos políticos: AD (Ação Democrática) e COPEI (Comitê de

³⁵ Grandes monumentos foram construídos. Caracas foi coroada com grandes edifícios em mármore dignos dos césares romanos.

Organização Política eleitoral independente). Este pacto visava principalmente a conter as lutas sociais e eliminar qualquer foco de contestação integrando para isso a CTV (Central sindical) ao bloco no poder durante este período (por meio de cargos burocráticos) (BORGES, 2005).

Mais uma vez o recurso petrolífero determinou a economia e a política venezuelana. Rafael Duarte Villa afirma que, a partir de 1958, não foi possível compreender a vida econômica do país sem compreender o papel protagônico do Estado, que, em última instância, apresenta-se como o único proprietário do recurso petrolífero (VILLA, 2005).

O atual presidente da Venezuela, Hugo Chávez (2004) denomina este pacto como sendo um “pacto político cupular-partidista”, que acelerou o modelo de crescimento por substituição de importação, um modelo de desenvolvimentismo³⁶ típico dos países latino-americanos deste período. A industrialização tardia da Venezuela a partir da década de 1950 marcou algumas especificidades, como o desenvolvimento associado, ou seja, com o aumento das divisas, o governo optou por uma política de substituição de importação, mas adquirindo tecnologia de empresas estrangeiras mediante o pagamento de royalties.

Por outro lado, segundo Villa (2005), a democracia no país se inicia neste mesmo período em que o pacto de conciliação aproveitou a base material da renda petrolífera para distribuí-la de forma clientelista. O petróleo, ainda relata o autor, condicionou a forma de intervenção do Estado na economia e a forma de relação com os atores políticos (partidos, sindicatos, movimentos sociais, forças armadas, setor privado etc.).

Conforme Maringoni (2004, p.102), o pacto,

Punto Fijo, de saída, tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses, tendo como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado [...]. O pacto, na verdade, representou uma maneira de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a igreja e as forças armadas [...]. Este grande acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo. Além de abrigar os interesses das elites, visava a amortecer os conflitos sociais por meio de uma lenta, porém constante melhoria do padrão de vida da maioria da população. Clientelismo, fisiologismo e corrupção eram também as características de um tipo de dominação que, no reverso da medalha, reprimiam duramente qualquer contestação mais consistente.

³⁶ Um nacional-desenvolvimentismo com investimento externo, conforme ideia desenvolvida pela Cepal. Este modelo é uma ideologia de interesse nacional, mas na verdade escamoteia a luta de classes.

Neste novo governo da “doutrina Betancourt”³⁷ do partido AD, procurou-se estabilizar o preço do petróleo para assegurar à Venezuela uma renda estável e ainda se recusar a fazer novas concessões. Trinkunas (2005, p. 32) afirma que este período se caracterizou por um maior controle estatal sobre a indústria petroléira.

O Ministro de Minas e Energia da época, Perez Alfonso, acreditava que as principais nações exportadoras de petróleo³⁸ é que deveriam controlar e coordenar sua política, de forma que o cartel mundial dos grandes trustes não colocasse um país contra outro.

O sucesso do grupo das “sete irmãs”³⁹ durou até este período (1960), até aqui elas dominaram o mercado dada a estabilização nos preços e produtos petroléiros proporcionados pelos diversos contratos obtidos dos Estados produtores (geralmente meio a meio do lucro bruto da exploração, como foi o caso da Venezuela por muito tempo). Dominavam não só a quase totalidade das reservas, mas também $\frac{3}{4}$ da capacidade de refino e comercialização, cerca de $\frac{1}{3}$ da frota de petroleiros, boa parte do tráfego marítimo e 90% do mercado mundial. Para Henry Deterding (apud HÉMERY; DEBEIR; DELÉAGE, 1993, p.200), o objetivo deste cartel era realizar um acordo mútuo incluindo “a produção, o transporte e venda de petróleo a preços pré-fixados [...] submetidos a um controle unificado e bem determinado; [...] e abastecer cada mercado, sempre que possível, a partir da fonte mais próxima”.

Os anos de 1960 significaram uma maior disputa entre as *majors* do petróleo principalmente pelo surgimento de empresas estatais e de independentes. O preço do petróleo oscilou e as grandes corporações Standart e Shell decidem pelo repasse aos Estados produtores, das baixas nos preços⁴⁰.

Para O`Connor (1962), esta conjuntura proporcionou a união dos países exportadores de petróleo para a criação de um instrumento de defesa comum: a Opep⁴¹. Para Trinkunas (2005, p. 32),

A Venezuela também tentou promover suas opiniões a respeito da importância do controle nacional da produção de petróleo nos países em vias de desenvolvimento, valendo-se da sua condição de líder na criação da Opep. Graças às negociações de ambos os governos, os desacordos sobre as políticas petrolíferas sempre foram resolvidos pacificamente. A Venezuela adquiriu uma reputação como um abastecedor confiável de petróleo para o mercado

³⁷ Conforme chamada por Rafael Duarte Villa (2005).

³⁸ Venezuela, Arábia, Kuwait, Irã, Qatar entre si representavam 94% da exportação mundial.

³⁹ Principais corporações monopolísticas do petróleo mundial: Standart Oil of New Jersey, Shell, Gulf, Texaco, Standart Oil of California e Móbil.

⁴⁰ A primeira redução de 0,18 dólares custou aos países exportadores 476 milhões de dólares beneficiando os EUA e Europa Ocidental (O`CONNOR, 1962).

⁴¹ Organização dos países exportadores de petróleo. Para saber mais ver www.opec.org

norte-americano, particularmente nos momentos de crises internacionais. Pela perspectiva venezuelana, perdeu-se uma oportunidade histórica, pois os EUA nunca demonstraram interesse na institucionalização de um relacionamento especial entre os dois países, no que concerne ao petróleo. Os venezuelanos culpavam as companhias petrolíferas norte-americanas pela sua oposição a tal procedimento.

O maior controle estatal no setor energético (especificamente petroleiro) levou os Estados produtores cada vez mais, nos anos que se seguiram, a participar das rendas petrolíferas. As *majors* para não se prejudicarem e manterem seus lucros aumentaram em muito os preços do petróleo.

A decisão das cotas de importação do petróleo venezuelano praticado pelas companhias estrangeiras era realizada em Washington, EUA. A partir deste momento foi argumentada por setores da classe dominante local que estavam no bloco, como dissemos acima, como sendo uma violação da soberania nacional. Como há muito tempo, os partidos predominantes da Venezuela insistiam na criação de uma corporação nacional que decidisse os royalties e cotas, e neste período puderam levar a cabo seus ideais.

A CPV (Corporação Venezuelana de Petróleo) foi criada com participação estrangeira, sendo que metade da renda era do Estado. As reservas nacionais ao longo do Lago Maracaibo e outras áreas produtoras foram entregues ao Estado. Os sindicatos, por sua vez, se comprometeram em investir seus fundos em ações da corporação nacional.

A renda do petróleo serviu mais uma vez para suprir as necessidades internas e para o desenvolvimento nacional. Em 1960, a exploração do petróleo caiu e o desemprego aumentou no país⁴². Para Maringoni, Betancourt fez uma administração (1959-1964) voltada para formar uma burguesia interna, com uma política de substituição de importações e vultosas concessões ao capital estrangeiro do petróleo. Seu governo conciliou conflitos e concessões. Para isso, fornecia subsídios ao setor industrial e facilidades para as grandes companhias petroleiras. Conforme Maringoni (2004), a burguesia venezuelana nasceu em total ligação com o imperialismo.

Já para O'Connor (1962), o Banco Mundial não via com bons olhos as dificuldades financeiras do país, e a pressão sobre a desvalorização da sua moeda fez, conforme divulgava os bancos internacionais, com que o Bolívar caísse. Para reaver o equilíbrio nas contas do

⁴² O setor petroleiro na Venezuela era o sustentáculo do setor trabalhista. Os sindicatos acreditavam num aumento de salários devido a este período considerado "social-democrático", na verdade o governo custeou uma parte do aumento dos custos de mão-de-obra pelos descontos que isso provocara no imposto de renda (O'CONNOR, 1962).okay

Estado, o BM pressionara para que a Venezuela aumentasse sua produção com a reabertura dos poços, com a redução dos ônus para a iniciativa privada etc.

A nova Constituição de 1961 fez acirrar a luta de classes no país. De um lado as massas inquietantes⁴³ e de outro o comércio e indústria contra o presidente Betancourt, lembrando que a Fedecámaras⁴⁴ defendia as ideias do BM.

As companhias pressionaram mais uma vez pela derrubada de Perez Alfonso, segundo elas, o criador das ideias contrárias às companhias internacionais.

A ansiedade das companhias estrangeiras pela estabilidade política que lhe proporciona o dólar fácil havia imposto a coroa de espinhos da ditadura ao povo venezuelano, nos últimos 50 anos. Quando um governo representativo surge dessas trevas, enfrenta uma economia desesperadamente deformada, responsável pelo mais alto nível de preços no mundo, uma burocracia insaciável, forças armadas inflacionadas, que exigem até mesmo submarinos nucleares como brinquedos. Forçado a voltar-se para Wall Street e para o Fundo Monetário Internacional em busca de créditos para manter essa estrutura anormal, o governo se vê condenado à estagnação social e econômica. (O'CONNOR, 1962, p.185).

Mais uma vez a Venezuela fica à mercê dos grandes bancos internacionais e na situação de dependência em que se encontrava, busca novos créditos num ciclo vicioso.

A criação da CPV na verdade servia de ponte para os chamados “contratos de serviços” (exploração, transporte, comercialização etc.) com as companhias estrangeiras e foi a primeira estatal a participar diretamente de todas as etapas da indústria do setor, da exploração à comercialização. Estes contratos se davam com a formação de “empresas mistas”, segundo o economista venezuelano Maza Zavala (apud MARANGONI, 2004).

Conforme Pablo Hernandez (2006), as empresas mistas têm sido a solução que o capital petrolero internacional utiliza em todo o mundo, como mecanismo de penetração, onde existem estados donos do petróleo. Desde este período, com a criação da CPV, com a política de não mais concessões, as empresas mistas têm sido o cavalo de troia do capital internacional em sua penetração e controle do negócio petrolero.

Nos anos seguintes, criaram-se novas leis estendendo o controle estatal à produção e derivados de hidrocarbúntes (MARANGONI, 2004, p.103). O auge da bonança petrolera

⁴³ As classes populares e os partidos foram reprimidos e em 1963/64 foi iniciado um processo de repressão com torturas, desaparecimentos etc. “A ampla legitimidade alcançada pelo modelo político *{do puntofijismo}* vai permitir uma prática contrarrevolucionária mais agressiva, dirigida à destruição das vanguardas” (CARQUEZ, 1998, p.89).

⁴⁴ Fedecámaras é uma organização patronal que representa a cúpula do setor empresarial venezuelano. Seus objetivos são: fortalecer a posição do empresariado, desenvolver o processo de mudança e o programa de ajuste estrutural, defendendo a abertura econômica. Afiliados a esta organização encontramos: agricultura, comércio, energia, meios de comunicação, pecuária, transporte, serviços de telecomunicação, associações bancárias e serviços de cartões de créditos, construção, indústria, minérios seguros, turismo.

durou dez anos. Começou em 1973, quando os países da Opep pressionaram os preços, que quase quadruplicaram ao longo deste ano e triplicaram até o final da década, após a revolução iraniana em 1979.

Os países produtores lucravam muito com a alta dos preços. No caso venezuelano, havia a sensação de que ninguém precisava pagar imposto para fazer o país funcionar. O fluxo de petrodólares foi maior que a capacidade da economia de absorver capital. Segundo Daniel Hellinger (2003), a corrupção era endêmica.

Antes do primeiro choque de preços, a Venezuela produzia 215 milhões de m³ e o restante da América Latina, 90. Com o choque, os países não membros da Opep tentam reagir diminuindo o consumo e aumentando a produção (CANO, 2002, p.114).

Este período coincidiu com o primeiro governo de Carlos Andrés Perez (1974-1979), lembrado como “bons tempos”. Em seu governo, o Estado tomou novos direcionamentos, expandindo o papel de agente produtivo e permitindo que o país aumentasse sua presença política no cenário internacional, por meio da participação decidida no movimento dos países não-alinhados e no chamado terceiro-mundismo (MARINGONI, 2004).

Outro grande marco, depois da criação da Opep, foi a nacionalização do petróleo em 1 de janeiro de 1976. Resultado de um jogo político entre as diferentes frações do bloco pela divisão dos lucros da empresa petroleira, como dissemos anteriormente, sobre os interesses específicos e conflitantes entre os principais partidos, as Forças Armadas e as empresas estrangeiras de petróleo, a nacionalização na Venezuela teve como objetivo aumentar a participação estatal na receita fiscal da indústria, colocando ponto final na política de concessões. Em 1975 criou-se a *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA⁴⁵) pela união da CPV com as 13 concessionárias nacionais, entre as quais estão Lagoven, Corpoven e Maraven, tendo o controle das atividades petroleiras, depois da nacionalização do petróleo, gerado mais de 70% do ingresso de divisas.

As 15 concessionárias privadas existentes no país, dentre elas a Exxon, a Shell e a Mobil, se integraram no organograma tornando-se filiais da estatal no negócio. Para não gerar grandes abalos, o governo decide manter a mesma estrutura administrativa existente.

⁴⁵ A PDVSA abarca diversas instâncias pelas filiais: Corporação Venezuelana de Petróleo (CPV) negocia com terceiros; Palmaven adianta a s políticas sociais; Deltaven vende produtos e serviços tanto na Venezuela como no exterior; PDVSA Gás comercializa hidrocarbonetos gasosos nos mercados nacionais e internacionais; PDV Marina transporta e distribui hidrocarbonetos e seus derivados; Intevp desenvolve investigação científica e tecnológica; Bariven para aquisição de materiais e equipes das demais áreas (*PETRÓLEO INTERNACIONAL Investigación para la industria de los hidrocarburos en America Latina*, 2008. Disponível em: <http://www.petroleo.com/pi/secciones/PI/ES/MAIN/IN/ARTICULOSREPORTAJESHOME/doc_60351_HTML.html?idDocumento=60351>. Acesso em: 26 nov.2008.

Formalmente, a empresa estaria subordinada ao Ministério de Minas e Energia (MARINGONI, 2004, p.106, p. 31).

Segundo Hernandez (2006), desde Cipriano Castro até a nacionalização, as companhias petrolíferas nunca foram donas formais do petróleo extraído do subsolo, mas através dos contratos de exploração (concessões às companhias petrolíferas), elas se tornavam donas de fato do petróleo. Para uma companhia (como para qualquer capitalista), o petróleo que interessa é o que se tira do subsolo e não o que fica. As empresas mistas não são mais que vulgares concessões petrolíferas, mediante o processo pelo qual as companhias aumentam suas reservas petrolíferas sem necessidade de serem donas formais dela.

Com o tempo, foi havendo um deslocamento de hegemonia, a estatal foi perdendo seus objetivos iniciais, embora formalmente pública, a PDVSA tratou de limitar seus deveres fiscais por meio de uma agenda cada vez mais divorciada do Estado e cada vez mais aberta ao capital internacional. Este momento ficou conhecido como *Apertura Petrolera*. Isso porque as companhias transnacionais estabeleceram as estratégias de mercado da gigantesca companhia venezuelana (MARINGONI, 2004, p.106).

Por outro lado,

A Venezuela tem se defrontado, nos últimos 25 anos, com essa “volatilidade” fiscal, com a inflação e com as alterações dos preços relativos. A não-desvalorização nominal do câmbio, na década de 1970, não foi fruto de uma decisão política, e sim da maior inflação norte-americana em relação à do país, notadamente entre 1973 e 1978. Com isso, a economia teve dois efeitos contidos: a inflação mantida em níveis baixos (4% anuais no primeiro quinquênio e 9% no segundo) e a receita fiscal (real) petrolífera aumentada impulsionando a carga fiscal total de 22% do PIB em 1970/73 para 38% em 1974/75, permanecendo em 26,5% na média de 1978/79. Isso não só permitiu a expansão do gasto público (crescendo o investimento público à média anual de 22% na década) como também, via expansão do financiamento público, fez o investimento privado crescer à taxa anual de 15%. O PIB cresceu à taxa média anual de 4,5% em 1970/80 (6,1% em 1971/77), desacelerando fortemente em 1977/79 (média de 2%). (CANO, 2002, p.100).

A tranquilidade econômica destes anos solidificou um forte apoio popular ao *puntofijismo*. Baseado nisso, o governo forma uma comissão tripartite composta por empresários, governo e trabalhadores, com papel de parceiros nas decisões governamentais, como modificação nas leis trabalhistas e na seguridade social. A Fedecámaras e a CTV⁴⁶ assumem monopólio da representação social, deixando de fora outros setores da sociedade.

⁴⁶ Central de Trabalhadores da Venezuela, principal sindicato de trabalhadores do país. Em toda a história deste sindicato, ele teve fortes ligações com o governo.

Conforme Cano (2002), a aceleração do petróleo nos anos de 1970 fez com que o Estado criasse um ambicioso programa de investimento, dada a possibilidade de o petróleo terminar. Este programa foi o *Plan de Desarrollo Nacional 1973-74* com o intuito de criar uma alternativa futura, centrada na infraestrutura e indústrias básicas (siderurgia, alumínio, carvão, eletricidade, petroquímica, cimento e outras). Algumas das metas foram alcançadas, outras não. Isso se deu porque as fontes de financiamento se mostraram insuficientes e porque o balanço das transações correntes se tornou deficitário a partir de 1976, impelindo o endividamento externo crescente, que passou de 6 bilhões de dólares, para 23 bilhões entre 1975-1979 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2008).

O preço do petróleo na década de 1980 começa a cair. O petróleo atingiu US\$ 38/barril em 1981; US\$ 33 em 1984, com a guerra entre Irã e Iraque; caindo muito a partir daí US\$ 12 em 1986 e US\$16 em 1989 (CANO, 2002).

O governo neste período não conseguia mais controlar os preços internacionais do petróleo e a partir de 1980, com a queda na demanda, fruto da desaceleração econômica mundial, “a Opep aprofundou sua política de aumentos dos preços, com o estabelecimento de cotas mais rígidas de produção para cada associado, de modo a evitar a concorrência predatória. Buscando fazer frente a dificuldades de caixa, resultante das oscilações do mercado, a partir de 1982 a PDVSA começou a tentar escapar, por meio de inúmeros subterfúgios, da política da Opep” (MARINGONI, 2004, p.106).

O governo de 1979-84 (Campins) iniciou um processo de desaceleração do PIB com características neoliberais, mas procura então fazer uma política de valorização cambial para conter a inflação, o que ocasionou grande fuga de capitais, que piorou devido ao aumento da dívida externa por causa da política de altos juros dos EUA. O corte nos gastos públicos para conter a inflação resultou na queda do PIB, no aumento da massa de desempregados e na redução do salário real (CANO, 2002). Em 1983, a moeda nacional (Bolívar) se desvaloriza, resultado da queda substancial dos preços do petróleo, disparando a dívida pública. Este acontecimento ficou conhecido como “*viernes negro*”.

Segundo Hernandez (2006), foi no meio dos anos oitenta que se confirmou a denúncia da *Asociacion para el estudio Del pico Del petróleo* (ASPO. Crisis energética.org), sobre a falsificação que fizeram todos os países da Opep quando adulteraram suas reservas de petróleo em cumplicidade com as companhias petroleiras e os bancos internacionais, para renegociar a dívida externa e convertê-la em dívida interna. Afirma ele: “Todos recordamos a Lusinchi ⁴⁷

⁴⁷ Presidente da República entre 1984-1989.

anunciando el mejor refinanciamiento del mundo y un año después cínicamente declaraba que la banca lo había engañado” (HERNANDEZ, 2006, p.46).

Todos os governos da Opep, segundo o autor, sem nenhuma exploração real, duplicaram e até triplicaram suas reservas de petróleo em uma confabulação com o banco internacional e os trustes do petróleo.

Em dezembro de 1988, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente pela segunda vez com 56,4% dos votos. O líder adeco (da *Acción Democrática*) personalizava a prosperidade petroleira da década anterior com grande prestígio internacional, seguindo com seu lema do primeiro mandato: *Democracia com energia*.

Com a promessa de dias melhores, Pérez encontra as finanças em queda. Consequência da acentuada queda nos preços internacionais do petróleo, ocorrida nos anos anteriores, as reservas do Banco Central despencaram, a inflação alcançou 40,3% ao ano e o desemprego estava altíssimo. Por último, uma fuga de capitais completava o quadro econômico do país.

Em seguida apresentou sua proposta de ação: um acordo com o Fundo Monetário Internacional para, segundo o presidente, tornar a “economia mais produtiva e competitiva”. Na verdade o objetivo era a liberação de mais um empréstimo no valor de US\$ 4,5 bilhões. Como resultado da política neoliberal imposta por Washington, a contrapartida ao empréstimo foi desvalorização da moeda nacional; redução do gasto público e do crédito; liberação de preços; congelamento de salários; e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. Com isso a gasolina sofreu um reajuste imediato de 100%, aumentando em 30% o transporte coletivo.⁴⁸

Mais uma vez os EUA determinaram a realidade venezuelana. A crise gerada pelo fim do pacto *puntofijista*, com a abertura neoliberal do país, vai se desenvolver nos anos seguintes. A conjuntura aqui descrita vai influenciar a política e a economia do Estado venezuelano dos próximos anos.

Na Venezuela este processo foi também chave na política e economia nacional. Com uma economia essencialmente voltada para exportação de petróleo, a Venezuela não construiu um parque industrial muito desenvolvido, passando para uma economia de importação de bens. Ao longo do século XX, percebemos que o petróleo será o grande responsável pelas finanças e investimentos do país, sendo o grande determinante do PIB nacional.

Com base nos dados de Heméry, Deleage e Debeir (1993), podemos perceber o quanto representou o setor energético do petróleo ao longo do século XX e principalmente no último

⁴⁸ Este fato e também as políticas de reajuste do governo Pérez foram uma das causas de uma rebelião no país denominada Caracazo em 27 de fevereiro de 1989, que deixou grande quantidade de mortos. Em sua maioria praticada pelos oficiais do Estado (MAYA, M. L. Venezuela, la rebelion popular del 27 de febrero de 1989, resistencia a la modernidad? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, n.5. p. 177-199, 1999.

quartel deste século. O mundo consumiu no ano de 1985, 7,5 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP) de energia primária, entretanto este consumo teve uma repartição desigual que se origina na metade do século XIX quando da invenção e emprego de conversores que permitiam aos países europeus e norte-americanos, mobilizar o parque industrial destas energias fósseis.

Segundo os dados, o chamado “terceiro mundo” consumia 0,4 tep (Toneladas equivalentes de petróleo) enquanto os chamados “primeiro mundo” 3 a 4 tep em média. Os EUA consumiam 7 tep em média.

Esta desigualdade se acentuou devido à dominação política, financeira, comercial e técnica de continentes pelo imperialismo europeu que impedia assim aos países dominados a passagem ao sistema energético industrial, que era controlado por algumas empresas monopolistas do petróleo. Em grande medida, as bacias carboníferas e petrolíferas destes países dominados na América Latina, (Venezuela e México) só foram exploradas na medida em que foram dominadas pelos grupos financeiros britânicos, holandeses, alemães, franceses, belgas, russos e posteriormente norte-americanos.

Isso se deu, conforme os dados históricos e políticos fornecidos aqui, principalmente após a primeira Guerra Mundial quando as companhias petroleiras se apropriaram de quase toda a reserva de petróleo mundial. Na Venezuela, mesmo que iniciado o processo de exploração no fim século XIX e início século XX, o processo se desenrolou de fato durante o governo do general Gómez com as concessões de exploração do petróleo ao capital estrangeiro, primeiramente britânico, depois norte-americano.

Hémery, Debeir e Deleage (1993) afirmam que o sistema energético tem duas faces: a dominação financeira e a comercial e tecnológica que geram e permitem moldar o consumo aos seus interesses e à dependência em relação aos recursos petrolíferos que devem ser buscados em outras regiões do mundo.

Para Ayerbe (2002 p.47), o fenômeno da dependência, com o surgimento da fase monopolista do capitalismo a partir do último quartel do século XIX representa um amplo processo de mudanças na economia internacional. Nesse período, ao mesmo tempo em que crescem o comércio mundial de produtos primários e as áreas destinadas à sua produção, aumenta também o fluxo de capitais em direção aos países periféricos, por exemplo, a América Latina. Até o final do século XIX, a exportação se efetivou principalmente por meio de empréstimos, destinados a fortalecer as finanças dos Estados recém construídos (para obras de infraestrutura etc.). Desta forma, a América Latina se torna importante não apenas como fornecedora de matérias-primas, mas também como compradora de produtos manufaturados.

Desta dependência percebemos o surgimento de uma burguesia parasitária interligada ao imperialismo e de partidos políticos com diferentes interesses defendidos, mas que se uniu em um pacto para harmonizá-los. O chamado pacto *punto fijo*, ao mesmo tempo em que deu uma fachada democrática para o governo nacional, proporcionou uma política do continuísmo, desenvolvimento da indústria petroleira e benefício dos grandes grupos monopolistas do petróleo: o grupo de Rockefeller e a Shell Corporation.

A crise do mercado mundial de petróleo em 1973, para Hémerly, Debeir e Deleage (1993), teve suas raízes no longo período de energia barata por ser este um subproduto da conjuntura política e econômica e pela desestocagem de combustível fóssil ao longo do século XX. Por outro lado, o monopólio das companhias e sua organização oligopolística determinaram os preços baixos e as poucas taxas até a década de 1960, pois os países produtores tinham medo de represálias econômicas e ou intervenções militares.

Ainda com os autores, a imposição dos Estados produtores e das companhias independentes na década de 1960 por um maior controle estatal vai prejudicar de certo modo o poder das 7 irmãs. Apesar disso, as companhias privadas e as estatais constituídas neste período convivem em elos de contratos de serviços e comercialização e permanecem até hoje como as maiores do mundo. As 7 irmãs controlam 70% da produção mundial.

O pico da crise de 1973 foi devido ao aumento da produção petroleira estimulada pela política do cartel que trazia contradições profundas e se estancara nesta década de 1970. A solução de Washington (EUA) para o choque do petróleo foi pressionar o mercado mundial para aumentar os preços do petróleo bruto e encorajar a exploração petrolífera para desenvolver novas fontes de energia.

A intervenção feita pelos EUA no mercado de preço da energia foi a melhor maneira de resolver o dilema da crise. A renda petroleira veio a socorrer o lucro. O lucro das grandes companhias é obtido em troca de uma perda de controle sobre a produção, quando o Estado produtor administra a empresa nacional, na Venezuela, a PDVSA.

A década de 1980 foi de crise no mercado petroleiro venezuelano, mas também mundial, fruto da superprodução, problema não mais enfrentado desde 1928. Entre os anos 1982 e 1986, os preços internacionais do petróleo caem, desestabilizando o mercado petroleiro, resultado da porcentagem de controle do cartel (Opep) que em 1973 era de 50% e em 1985 não mais que 29% (HÉMERY; DEBEIR; DELEAGE, 1993).

O desequilíbrio que estes fatores causaram nos países produtores foi enorme: desaceleração do PIB, desvalorização da moeda nacional, inflação e dívida externa. A fachada industrial que as receitas de petróleo proporcionavam na Venezuela não foi suficiente para tirar

o país de mais um acordo com o FMI para refinar a dívida e fazer mais empréstimos. Já durante o governo de Lusinchi, observamos características neoliberais que serão realmente implantadas durante o segundo governo de Carlos Andrés Pérez em 1988, com o acordo com o FMI e com a estreita relação ao Consenso de Washington.

Chesnais (1997), analisando o imperialismo na virada da década de 1970 para a década de 1980, observou que os países da OCDE iniciaram, neste período, o processo de “liberalização, desregulamentação e privatização”⁴⁹. Estas práticas levaram a aspectos marcantes para a década de 90, com o modo de funcionamento do capitalismo predominantemente financeiro: baixas taxas de crescimento do PIB, alta valorização dos ativos financeiros, desemprego estrutural, desenvolvimento de rendimentos de origem financeira, conjuntura econômica instável, expectativa frustrada pela recuperação do crescimento econômico, deflação, aumento na concorrência internacional com a marginalização de regiões inteiras do globo.

Nesta fase imperialista, os Estados não perdem força nem se diluem, pelo contrário, sua função aumenta. Esta fase requer um processo ao mesmo tempo político, econômico e ideológico e, por isso, não se encerram as relações de dominação e dependência política entre eles (POULANTZAS, 1975a; PETRAS, 1986). Neste sentido, as relações interestatais servem de suporte para que o capital se desenvolva no processo de acumulação mundializado. O triunfo desta relação não teria sido possível sem as repetidas intervenções de instâncias políticas do Estado. É a articulação estreita entre o político e o econômico que possibilita as condições dos mecanismos e configurações dominantes desse regime (CHESNAIS, 1997).⁵⁰

Assim podemos entender que é a estreita relação entre o Estado nacional e as grandes corporações do petróleo por meio do bloco no poder que torna possível o processo de acumulação imperialista.

Tudo no país está relacionado ao petróleo. A alta ou a baixa deste produto afeta as finanças, a política, a sociedade etc. Entretanto, sabemos que o petróleo não é dirigido apenas no âmbito interno das políticas nacionais, mas também no externo, como nossa análise sobre as decisões em Manhattan, das políticas nacionais venezuelanas.

Poulantzas (1975a) afirma que neste período, entre a década de 1970 e 80, a dominação do imperialismo não se dá mais apenas do exterior, mas estabelece sua dominância em seu

⁴⁹ O marco deste início foi a ascensão dos governos neoliberais de Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e de Reagan, em 1980, nos EUA.

⁵⁰ Existe ainda outra abordagem teórica como a de David Harvey, mas que não desenvolveremos nesta dissertação. Harvey afirma que este período se singulariza pela importância das regiões externas, os “novos espaços” que criam condições materiais ao processo de acumulação capitalista. É o novo perfil da exportação de capitais que incentivam as políticas neoliberais e geram espaços para acumulação (HARVEY, 2005).

próprio seio. O domínio é reproduzido, muitas vezes, por meio do aparelho de Estado e de suas formas ideológicas. No imperialismo, principalmente neste período em específico, o externo só se concretiza no interno, seja por meio das inversões, das fusões, do uso da mão-de-obra dada pela nova divisão internacional do trabalho, da formação dos grandes monopólios, seja por meio da constituição do bloco no poder de determinado país.

Na Venezuela percebemos que, durante este período analisado, o bloco no poder⁵¹ agia na maioria das vezes em total conexão com o imperialismo. As classes dominantes locais equilibravam o domínio do país por meio de contratos, concessões ao capital estrangeiro e corrupção, beneficiando as empresas petroleiras e vivendo como uma burguesia parasitária⁵² devido aos lucros que este setor lhes fornecia.

Durante o segundo governo Perez, isso não foi diferente. Mesmo sem maioria absoluta, em 1988, Carlos Andrés Pérez vence as eleições. Logo no início de seu mandato, em 1989, o presidente Pérez firma acordo com FMI e onze dias depois as massas populares de Caracas e de outras cidades importantes saem às ruas protestando contra o pacote de medidas.

O mesmo presidente Pérez, que em 1976 nacionalizou a PDVSA, agora em 1989, com o fracasso do desenvolvimentismo, assina este pacote neoliberal do FMI.

As medidas impostas pelo FMI foram aquelas já acordadas no chamado “Consenso de Washington”, que eram a desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos direitos sociais, abertura econômica e desregulamentação financeira (política de juros elevada), e privatização de empresas e serviços públicos⁵³ (BOITO JR., 2003). Tais políticas beneficiariam frações do capital, mas especificamente em todas as políticas beneficiaria o capital financeiro, hegemônico nesta etapa do capitalismo contemporâneo, conforme vimos no primeiro capítulo.

Tais políticas levaram ao que se chamou de *Caracazo*, rebelião das classes populares, fruto da crise social e descontentamento político dada a alta no preço da gasolina, antes de muito fácil acesso, e dos acordos com o FMI feitos pelo governo Carlos André Pérez, que aumentaram o desemprego e pioraram as condições de vida da população (aumento no preço das mercadorias de primeira necessidade). Foi o que se convencionou chamar de a “parada da Venezuela na situação da América Latina”.

⁵¹ Conceito poulantzano, que se refere ao aspecto político “unidade contraditória particular das classes e frações de classes politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular de Estado capitalista”, que será desenvolvido no capítulo 3(POULANTZAS, 1977, p.229).

⁵² Para isso, ver Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, São Paulo: Global, 1982.

⁵³ As empresas privatizadas são: VIASA (Transporte aéreo), CANTV (Companhia de Telefones), SIDOR (Siderúrgica do Orinoco), seis bancos nacionais, sete centrais açucareiras, empresas alimentícias e de construção etc.

O *Caracazo* teve ampla repercussão internacional pela gravidade dos acontecimentos e também pela mobilização das classes populares⁵⁴ em relação às políticas do FMI. As ações foram incêndios de veículos, saques nos comércios, ocupação de vias públicas, enfrentamento das classes populares com a força estatal etc. Deste enfrentamento saiu um saldo de mais de duas mil mortes causadas pela repressão das Forças Armadas da Venezuela (MEDINA, 2001 p. 61).

Os anos de 1990/1991 representaram um auge econômico com o aumento da indústria manufatureira e do setor financeiro, mas a melhoria econômica não atingiu, como era de se esperar, as condições de vida dos trabalhadores. O desemprego e a inflação aumentaram, fruto da política neoliberal do segundo governo Pérez.

Em 1992 houve um movimento conspirativo nas Forças Armadas⁵⁵, que culminou numa tentativa de golpe de estado por alguns militares, dentre eles o tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías⁵⁶. Não funcionou, segundo Medina (2001), porque houve delação e porque apesar de ter tido contato com alguns setores civis, na última hora apenas os militares se organizaram. As palavras de Chávez na TV, quando assume a direção do golpe, deram a ele grande popularidade. Deste levante os golpistas saíram presos.

Além disso, o acordo do *Punto Fijo* garantiu algo particular na Venezuela, excluiu militares da vida política, desenvolveu uma política de profissionalização dos militares nos EUA, submeteu os militares ao comando civil e proporcionou um canal de ascensão de camadas populares como, por exemplo, Hugo Chávez Frías.

O governo que se segue é o de Rafael Caldera que rompeu com antigos partidos hegemônicos, AD e COPEI (*Punto Fijo*), agora em crise, fruto das pressões alternativas e manifestações de descontentamento popular além de perder força política no Congresso. Caldera se organiza com partidos *Convergencia* e MAS e vence eleições em 1993. Assume a presidência de um país em crise devido à baixa no preço do petróleo e da crise bancária. As condições de vida das massas pioraram e o presidente Caldera decide soltar os ex-golpistas, para retornar seu antigo ideal de pacificador, que caracterizou seu governo na década de 1960.

Entre 1993 e 1996 o MBR-200 (movimento bolivariano revolucionário-200) se projetou como um partido forte, com grande potencial de ameaça e chantagem. As massas buscavam

⁵⁴ Os atores desta manifestação popular foram as massas populares de Caracas e de outras cidades importantes da Venezuela.

⁵⁵ Primeiramente sob o nome EB-200 (Exército bolivariano), depois MBR-200 (Movimento bolivariano revolucionário).

⁵⁶ Hugo Rafael Chávez Frías nasceu em Sabaneta no estado de Barinas. Filho de Hugo de Los Reyes Chávez e Elena Frías de Chávez.

mudanças, a última Constituição do país era de 1961, e acreditavam que apenas o MBR-200 seria capaz de realizar uma nova Constituição. Em 1995, o MBR-200 lança uma campanha de abstencionismo nas eleições para prefeitos e governadores com o lema: “por ahora, por ninguno. Constituyente ya!” (MEDINA, 2001).

Em 1996 com a *Agenda Venezuela*, projeto de governo, Caldera dá continuidade ao projeto neoliberal iniciado por Carlos Andrés Pérez, no país. Em 1998 há uma nova crise econômica com a queda no preço do petróleo. Era então, ano de eleições para presidente e Hugo Chávez Frias e seu partido decidem, pela via eleitoral, buscar as transformações que seu partido defendia.

Conforme analisamos ao longo deste tópico, o governo venezuelano sempre conciliou os interesses da burguesia local e do capital internacional. Seja em governos militares, ou no período denominado “democrático”, com o chamado *Punto Fijo*. Observamos que a burocracia, como categoria específica, sempre teve papel essencial neste processo. Para compreendermos a relação existente entre o capital interno e o capital internacional na Venezuela e o papel do Estado neste período e no período específico do nosso objeto de análise, que é o governo Chávez⁵⁷, vemos a necessidade de delimitar teoricamente o que entendemos por burocracia e qual o papel desta categoria no Estado capitalista.

Poulantzas (1977), quando analisou o papel da burocracia⁵⁸, percebeu seu caráter especificamente político. As suas funções vão desde cobrança de impostos e da extensão do orçamento estatal, até sua intervenção no econômico, manifestada no capitalismo monopolista de Estado.

Conforme Saes, o Estado burguês também é um conjunto de recursos materiais/humanos, que são utilizados na conservação do processo de extorsão do sobretrabalho, na conservação da dominação de classe. Isso é possível por meio de seu aparelho específico: forças armadas (homens, armas, conhecimento da arte militar), forças coletoras (agentes arrecadadores).

A burocracia exprime um caráter constitutivo do aparelho de estado. Assim, conforme Poulantzas, quando Marx⁵⁹ faz a crítica da burocracia como “corpo parasitário”, ele não quer dizer com isso que se caracteriza algo excepcional, em uma situação concreta desse aparelho, mas na verdade “propõe-se referenciar toda uma série de contradições entre essa categoria

⁵⁷ Avançaremos esta análise do papel da burocracia no Estado capitalista, no capítulo 3.

⁵⁸ Para analisar a burocracia, Poulantzas buscou inspiração nas contribuições de Marx e Engels e na análise de Weber sobre o Estado Moderno, apesar de fazer uma crítica a este último teórico.

⁵⁹ Marx, em *18 de Brumário de Luis Bonaparte* (1978), examina o problema da burocracia, de acordo com o fenômeno do bonapartismo francês, demonstrando a autonomia relativa da burocracia bonapartista face às classes dominantes.

específica do aparelho de Estado e uma formação capitalista, corpo parasitário absolutamente necessário ao seu funcionamento e cuja existência se relaciona com o tipo capitalista de Estado” (POULANTZAS, 1977, p.339).

A burocracia não compõe uma classe ou fração de classe, na verdade, como categoria específica, uma classe ou mais pode fazer parte deste “corpo” administrativo e militar de Estado. Na maioria das vezes, a classe que compõe a burocracia é a chamada pequena burguesia.

Neste período em específico que estamos analisando, fim da democracia *puntofijista*, observamos uma crise no sistema partidário, da alternância por quase 40 anos entre AD e COPEI; e na crença de um Estado representativo do Povo-Nação, resultado disso foi o *Caracazo*, como vimos anteriormente. Com este momento de crise interna, as classes populares acreditavam que somente os militares seriam capazes de melhorar as condições de vida da população e levar adiante a antiga promessa da Nova Constituição.

Conforme Poulantzas, em dados momentos históricos da luta de classes, a burocracia pode exercer uma função social: assume um papel próprio na ação política. Isso depende, segundo o autor:

Do papel dominante ou não, do Estado no conjunto das instâncias: o que se verificou, sobretudo na Alemanha, e em grau menor na França, quando a burocracia constituiu uma força social no quadro geral do papel dominante que frequentemente incumbiu o Estado. Depende também da situação concreta da luta de classes, por exemplo, as situações, assinaladas, de um equilíbrio geral das forças presentes, ou, sobretudo as de um equilíbrio catastrófico, operando no quadro de um Estado capitalista, criam circunstâncias favoráveis para a constituição da burocracia como força social. O mesmo se passa nos casos de desorganização política particular das classes dominantes - crise de representatividade partidária na cena política-, [...] ou ainda, nos casos de crise geral de legitimidade em uma formação [...] (POULANTZAS, 1977, p.354).

Nestes casos, conforme Poulantzas (1977), a burocracia, como categoria específica com unidade própria e autonomia relativa, pode funcionar como força social efetiva. Neste sentido, a Venezuela, no fim dos anos 1990, demonstrava germes deste processo em formação, em que a crise do sistema partidário, a pressão popular, a crise de legitimidade, causadas pela luta de classes neste período, vão proporcionar espaço para a burocracia assumir um papel não só político como social, resultado disso, veremos, foi a eleição vitoriosa do ex-tenente militar da Força Armada da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías.

No próximo subtópico, analisaremos brevemente como ascendeu um movimento conspirativo militar nos anos 90, que proporcionou as bases para a vitória de Chávez à

presidência da República em 1998 e de um governo cuja burocracia desempenha papel fundamental.

2.2.1 O conflito interno na Força Armada na Venezuela e o surgimento do MBR-200

Neste tópico, desenvolveremos brevemente que papel os militares desempenharam na política venezuelana no século XX, que propiciou o surgimento de um movimento conspiratório no interior da Força Armada⁶⁰ e a criação de um partido que agregasse a ideologia de uma parcela dos militares, como o MBR-200, do qual Hugo Rafael Chávez Frías foi seu grande expoente.

No século XIX, os militares não alcançaram um lugar ativo na política venezuelana. Somente com a união dos militares com um banqueiro, apoiado por inversionistas estrangeiros, resultando na *Revolução Restauradora* de 1899 (encabeçado pelo General Cipriano Castro), houve a derrota do caudilhismo na Venezuela e a consolidação do monopólio da força pelo fortalecimento e modernização da Força Armada.

O governo militar que se seguiu foi o do general Gómez, como já analisamos no início do capítulo desta dissertação. Um governo composto por uma burocracia estatal e um exército profissional encarregado de reprimir qualquer ato oposicionista. Com a morte do ditador, seguiu-se uma gradual abertura do Estado, guiada pelos militares.

Em 1945 houve um golpe de Estado cívico-militar, sob a liderança do partido Acción Democrática, e seu líder, Romulo Betancourt. Como os militares não estavam dispostos a deixar de ser os protagonistas da cena política, e devido aos conflitos políticos e econômicos em torno dos benefícios às grandes companhias estrangeiras do petróleo, em 1948 há um novo golpe encabeçado por um militar, o Capitão Marco Perez Jiménez.

Segundo Medina (2001), o governo de Perez Jimenez durou quase dez anos. Pérez Jimenez encabeçou a *Junta Militar de Governo* e dissolveu o partido AD e a Confederação dos Trabalhadores (CTV). Segundo Manuel Caballero (2000), a Força Armada não era unânime em relação ao apoio a Perez Jimenez. Com o fim do governo Jimenez, houve um mal-estar entre a oficialidade das três armas. O exército estava dividido, e surge então, um processo de intranquilidade militar.

⁶⁰ A Força Armada na Venezuela é composta pelo Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Nacional. A apresentação dos jovens à F.A. é obrigatória, aos dezoito anos de idade. Os homens entram para a chamada Escola Militar, que, a partir da década de 1970, foi denominada Academia militar.

Pérez Jimenez foi derrotado em 1958, como consequência do descontentamento dos quartéis e do repúdio de amplos setores da sociedade ao seu governo, principalmente devido à ação clandestina dos partidos.

Uma *Junta Provisional* foi criada para desenvolver as bases políticas da democracia representativa, liderada pelo Contra-Almirante Wolfgang Larrazabal. Desta junta se constituiu o *Pacto Punto Fijo*, composto pelos principais partidos, AD, COPEI, URD e PCV, do qual Rômulo Betancourt, considerado “pai da democracia venezuelana” e líder da AD, não participou. Conforme Peixoto (2007), o almirante Wolfgang caracteriza algo específico dentro da Força Armada na Venezuela:

[...] em 1958, contra Rômulo Betancourt, o Partido Comunista lança a candidatura de um almirante reformado chamado Wolfgang Larrazábal [chefe da junta militar que assumiu o poder na derrubada de Pérez Jiménez] [...]. E, mais grave do que isso, o governo do Betancourt enfrenta as FALN, quer dizer, a luta armada, mas ele enfrenta também duas rebeliões militares. Desconfia-se, talvez um historiador venezuelano possa dizer isso, ou um cientista político, que a força do PC venezuelano dentro das Forças Armadas era grande, porque Betancourt enfrenta duas rebeliões em duas grandes bases militares. Foram dois levantes militares pesados que estão, obviamente, ligados à candidatura do Wolfgang Larrazábal, em 1958. Mas isso tudo está controlado, de modo que quando Caldera deixa o poder as coisas estão mais tranquilas. (PEIXOTO, 2007).

Com o *Pacto Punto Fijo*, o governo eleito democraticamente é o de Betancourt. Entretanto, este presidente é detestado pelo exército pela sua defesa da substituição do exército profissional por milícias de partido. Para assegurar uma base política dentro da Força Armada, Betancourt melhora nível de vida dos oficiais, aumenta os salários, moderniza os equipamentos, além de reincorporar oficiais que haviam sido expulsos durante a ditadura de Jimenez. Ainda assim, conforme Caballero, houve movimentos conspiratórios militares. Somente em 1962, os quartéis recuam devido ao medo de um levantamento comunista (CABALLERO, 2000, p. 26).

Em todo o governo alternado entre COPEI e AD, que caracterizou o *Punto Fijo*, os militares ficaram “fora” da cena política, por outro lado, o governo puntofijista desenvolveu o armamento militar, profissionalizou os militares que se formavam nos EUA etc. Em 1970, a chamada Escola Militar transformou-se em Academia Militar, dando grau universitário aos membros da Força Armada.

Na Academia Militar, os militares puderam se aproximar de obras científicas de ciência política, sociologia e economia. Além disso, houve uma aproximação dos oficiais formandos às obras de Simon Bolívar e Ezequiel Zamora.

Um destes militares foi Hugo Rafael Chávez Frías, que teve esta formação técnica e teórica. Além desta formação, Chávez obteve contato com os governos do general Velasco e Torrijos quando em 1974, viajou para o Peru num ato de celebração dos 150 anos da Batalha de Ayacucho, encontrando o general Juan Velasco Alvarado e o general Torrijos, conhecendo assim, o processo peruano e do Panamá. Em 1975, Chávez termina o curso e se torna subtenente assumindo batalhão em Barinas, com objetivo de reprimir as guerrilhas colombianas na região.

Em 1982, realizou-se o juramento de “*Samán de Guere*” pelos capitães da Força Armada: Jesus Ernesto Urdaneta Hernández, Felipe Acosta Carles e Hugo Chávez Frías. No começo usaram o nome EB-200 (Exército Bolivariano-200). O objetivo era mais interno à F.A., que político. Seus esforços estavam em estudar a história militar venezuelana, como fonte de uma Doutrina Militar própria, inexistente até então, e enfrentar a problemática dos estudos analíticos e recomendações do exército (MEDINA, 2001, p.70). A questão política ainda era embrionária, apenas no nome: “exército bolivariano”.

Nos primeiros quatro anos do EB-200, foram criados os grupos de base do movimento, os chamados CAR (Comandos de áreas revolucionárias). Os encontros eram clandestinos e em forma de “*congresos*” (reuniões), realizados em recintos militares, aos quais o acesso de civis era quase impossível. Neste momento, o oficial Francisco Árias Cardenas se incorpora ao partido e se torna a segunda figura de importância no partido.

Em 1986, acentua-se a orientação político-conspirativa do partido, agora chamado de MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário). Apesar de ser um movimento conspirativo dentro da Força Armada, o alto mando reage com relativa tolerância a este movimento.

Dos membros do MBR-200, apenas Árias Cárdenas ainda era líder de tropa, o resto foi enviado a cargos burocráticos, como Chávez, que foi condecorado como Tenente Coronel, mas enviado a Cunamá em uma função burocrática. Com esta política, o alto mando tentava desmobilizar e impedir a influência deste movimento conspirativo, dentro da Força Armada.

Entretanto, em 1991, esta situação muda. Em média, oito membros do MBR-200 tornam-se comandantes de batalhões. Medina afirma que neste momento Chávez é nomeado Primeiro Comandante do Batalhão de paraquedistas, na cidade de Maracay.

[...] Esas luchas, que se intensificaron de manera extraordinária en el segundo semestre de 1991, obraron como catalizadoras de los preparativos del golpe de Estado. Particular significación alcanzaron las protestas estudiantiles que fueron sometidas a violenta represión policial (MEDINA, 2001, p.74).

Destas ondas de lutas sociais, inclusive do resultado do *Caracazo* em 1989, os membros do MBR-200 se preparavam para o levantamento militar. Capitães como Ronald Blanco La Cruz, que gozava de grande prestígio entre os rebeldes, oficiais jovens e alguns suboficiais, pressionavam para que o levantamento fosse aceito e realizado. Sabiam que o descontentamento estava evidente entre os comandantes intermediários, mas não havia fissuras entre os rebeldes da alta oficialidade (MEDINA, 2001, p.75).

Em 4 fevereiro de 1992, inicia-se o levante militar. Primeiramente em Maracay onde estavam os principais membros do partido: Comandante Jesus Urdaneta, Yoel Acosta Chirinos, Jesus Ortiz Contreras e Hugo Chávez, em seguida em Zúlia com Árias Cárdenas. Todos em direção ao *Forte Tiuna*. O golpe não triunfou, segundo Medina (2001), porque houve delação. Além disso, apesar de ser considerado um levante “cívico-militar”, o golpe foi composto apenas por militares, deixando os setores sociais longe do ato.

Os militares que praticaram este golpe foram presos na cidade de Miranda. Na ocasião da prisão, Chávez assume o golpe e diz as seguintes palavras que o popularizaram na Venezuela:

[...] Compañeros, lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital [...] Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentia, su desprendimiento, y yo, ante el país, y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano [...] (CHÁVEZ, 1992 apud MEDINA, 2001, p.84).

Com a soltura dos militares membros do MBR-200 durante o governo Caldera, o partido entre 1993 e 1996 se projetou politicamente e apesar de num primeiro momento defender o abstencionismo, num segundo vai formar as bases para as eleições à presidência da Venezuela em 1998, no qual o ex-tenente coronel Hugo Chávez Frías seria o seu candidato.

3 IMPERIALISMO HOJE NA VENEZUELA: IMPASSES DO GOVERNO CHÁVEZ

O contexto político e econômico anterior a Chávez era de descontentamento popular, resultado do fim da democracia representativa “*puntofijista*” e das políticas do governo Carlos Andrés Perez, que levaram ao *Caracazo*. Neste contexto, a eleição de Chávez significou o início de um período com um novo regime político, tendo como ápice o conflito no interior do bloco no poder. A Constituição deste bloco revela a tentativa de se estabelecer uma nova composição política das frações que compõem as classes dominantes venezuelanas. Uma das principais características deste novo bloco foi o papel desempenhado pela burocracia de Estado, como categoria específica e como força social, levando a uma abertura e benefício, em parte, das classes populares, por meio de políticas de Estado.

O governo Chávez é marcado, ao longo destes onze anos (1998-2009), por conflitos e conciliação de classes e frações de classe. Observaremos ao longo deste capítulo, como durante estes anos, que o governo Chávez sofreu mudanças em seu aparato burocrático, dificultando, desta forma, generalizações e comparações de seu governo com outros existentes atualmente.

Apesar de beneficiar frações da burguesia interna durante seu governo, o governo Chávez é composto por uma pequena burguesia, que controla o governo⁶¹. Por outro lado, a fração da burguesia bancária e financeira ainda é a hegemônica.

Durante os primeiros anos do governo Chávez, devido à sua posição ideológica de confronto com os EUA, muitos teóricos se dividiram quanto à sua interpretação em relação à política econômica do país. Segundo Ellner (2006), seus adversários afirmavam que Chávez era um neoliberal devido às suas conservadoras políticas fiscais. Mas os esforços de não-privatização das indústrias de alumínio e petróleo e do sistema de segurança social deram o espaço para o chamarem de antineoliberal, conforme Blanco (2002). Ellner (2005, p. 47-51) explica este fenômeno dizendo que assim como a situação em que se encontravam os governos de centro-esquerda de Caldera em 1994 (Venezuela), Fernando de La Rúa (Argentina), Ricardo Lagos (Chile), Chávez não conseguiu definir seu antineoliberalismo em específico, nem diferenciar suas políticas daquelas da substituição de importação que aplicavam no passado.

Para outros autores, em contrapartida, como Edgard Lander, Alan Woods, Franz Lee, Eduardo Molina etc., teóricos venezuelanos, a Venezuela estaria passando por um processo de transição, revolucionário, direcionando-se para o Socialismo. Prova disso seriam as políticas de Estado em direção às classes populares. Outros autores, como Marta Harnecker, acreditam que

⁶¹ Mais adiante, analisaremos a diferença entre controle de Estado (que pode ser realizado por qualquer classe, mesmo não sendo a dominante) e poder de estado (que é da classe dominante).

as mudanças na Venezuela devem vir de baixo, nas comunidades de forma horizontal, como por exemplo, através das cooperativas ou dos Conselhos Comunais.

Enfim, foram diversos os debates sobre o rumo da política chavista desde sua eleição, se ele se definia como revolucionário (Woods, Molina, Franz Lee) ou reformista neoliberal etc. Para Rafael Pinheiro de Araújo (2008), a Venezuela neste período assume papel destacado, não apenas pelo fato da ascensão de Chávez à presidência com seu caráter polêmico e carismático, mas também por ter sido a pioneira a ter uma liderança que adotasse um discurso anti-imperialista e antineoliberal, contrapondo-se diretamente à hegemonia do capital vigente após queda da União Soviética em 1991.

Para tentarmos entender seu governo e as contradições que o compõem, em seguida demonstraremos algumas ideologias que definem a base de seu programa de governo.

3.1 As influências ideológicas do Governo de Chávez.

As influências que definem as ideologias do governo de Chávez são diversas. Aqui colocaremos algumas delas que nos auxiliarão na análise e compreensão de seu governo e políticas. Chávez quando estudou na Academia militar entrou em contato com teóricos diversos, dentre estes, os que mais o influenciaram foram Simon Bolívar, Ezequiel Zamora e Simon Rodrigues. Conforme Marta Harnecker em *Venezuela uma revolução sui generis* (2003), estas figuras montam um ideário enraizado de tradições nacionais.

De Bolívar, segundo Medofilo Medina⁶² (2001), Chávez apreende a ideia de “poder moral” contra a corrupção, facilitada pelo controle estatal da renda do petróleo, ideal que vai adentrar o MBR-200. Além disso, também é influenciado pelo papel de Bolívar na luta pela igualdade e liberdade (MEDINA, 2001 p.34). Para Harnecker (2003), a contribuição de Bolívar vai ao sentido de abolir a escravatura, não deixando de lado as classes populares; da necessidade de integração da América Latina e da democracia como sistema político.

Segundo Medina (2001, p. 32),

Desde los gobiernos autocráticos del general Guzman Blanco (1870/1888) se instauró el culto a Bolívar como especie de religión civil de los venezolanos. Desde entonces todos los gobiernos, independientemente del régimen político que representaran, han sido bolivarianos. Los partidos políticos modernos formalizados entre 1936 e 1948 y los surgidos posteriormente han hecho desde sus respectivas orientaciones ideológicas su aporte a la construcción del mito bolivariano.

⁶² O autor se baseia no documento da Direção Nacional de formação e doutrina do Movimento V República 30/31 out. 1999, p.1.

As influências de Zamora se dão pela influência deste general liberal na luta de morte contra a oligarquia e entrega de terras aos camponeses (HARNECKER, 2003). Conforme Medina (2001), as influências estão na estreita relação que o militar deve ter com o povo, na rejeição dos interesses da oligarquia pelo exército, que deveria ser integrado com homens de baixo estrato social, na abertura de espaço para o protagonismo popular (como o exército comandado por Zamora).

De Rodrigues, a proposta chavista se influencia no sentido de buscar soluções originais devido à peculiaridade latino-americana “Ou inventamos ou erramos”, assim como Bolívar “Originais devem ser seu governo e suas instituições”. Para Harnecker, Rodrigues, mestre e amigo de Bolívar, defendeu a originalidade e pluralidade étnica latino-americana, insistindo na necessidade de criar instituições originais adaptadas à nossa realidade, além disso, influenciou o programa de Chávez na educação popular, com a premissa de liberdade republicana.

Segundo Medina, além deste piso ideológico, Chávez teve a influência de correntes e tendências, uma delas é o nacionalismo militar que recorre às bandeiras de reformas políticas e sociais como as do general Alvarado no Peru e do Torrijos no Panamá. Também é influenciado pelo argentino Norberto Ceresole no sentido de que na América Latina as Forças Armadas estão corrompidas pela guerra suja dos EUA (MEDINA, 2001, p.38). Outra influência é a de Rousseau. Segundo suas próprias palavras em entrevista com Marta Harnecker (2004, p. 42) em *Um Homem um povo*, sua base teórica contemporânea passa por Toni Negri, Rousseau e pelas experiências da América Latina.

Este núcleo ideológico demonstra o caráter democrático liberal, que reivindica a soberania nacional, anti-imperialismo e antioligarquismo que de alguma forma vai caracterizar o governo de Chávez conforme veremos ao longo desta dissertação. Chávez por estar ligado a esta ideologia não se reivindica marxista nem antimarxista, pois segundo ele esta análise estaria longe da realidade latino-americana. Para Medina (2001), sua influência e de seu partido MVR é de um nacionalismo popular de esquerda, em que defende a liberdade e igualdade, mas do ponto de vista jurídico.

Para Alan Woods⁶³, teórico marxista venezuelano, defensor da Revolução Bolivariana, “germe da revolução mundial”, o movimento bolivariano é uma mobilização de massas que se originou como um movimento em defesa da revolução nacional- democrática, mas não abalou as bases do capitalismo, mas com o tempo demonstrou conflito e resistência às frações do

⁶³ Allan Woods escreveu vários textos sobre o processo atual na Venezuela. Foi fundador do movimento “*Manos fuera de Venezuela*”, é dirigente da *Corrente Marxista Internacional* e diretor da CMI.

capital como os latifundiários e capitalistas ligados diretamente ao imperialismo (WOODS, 2005).

Com este panorama teórico, acreditamos que ao longo da análise sobre a Venezuela sob o governo Chávez poderemos entender as nuances e características de suas políticas e ações na Venezuela e, principalmente, sua relação complexa com o imperialismo.

3.2 Disputa e reorganização do Bloco no Poder na Venezuela

Antes de iniciarmos a análise sobre a nova composição de classes⁶⁴ do Estado venezuelano sob o governo Chávez, cabe-nos demonstrar melhor o que entendemos por “bloco no poder”. Segundo Nicos Poulantzas (1977, p. 227), em *Poder Político e Classes sociais*, bloco no poder é a “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”, ou seja, da burguesia organizada em classe dominante. Segundo o autor:

O Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude de sua estrutura específica, e nas suas relações com as classes e frações dominantes, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do “bloco no poder” [...] Devemos ainda recordar-nos que a linha de demarcação política de dominação - subordinação não pode ser traçada como o desejaria uma concepção instrumentalista e historicista do Estado, segundo a perspectiva de uma luta dualista das classes dominantes/dominadas-, isto é, a partir de uma relação entre Estado e uma classe dominante. Sabemos que uma formação social é constituída por uma superposição de vários modos de produção, implicando assim a coexistência, no campo da luta de classe, de várias classes e frações de classe, portanto, eventualmente, de várias classes e frações dominantes. (POULANTZAS, 1977, p.224).

Uma característica que ilustra esta possibilidade de constituição de bloco no poder é, segundo Poulantzas, o sufrágio universal. Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, (1978)⁶⁵, afirma que esta instituição seria de “participação” ou “posse” no poder político, onde o “conjunto da burguesia iria reinar em nome do povo”, diferente daquele Estado em que

⁶⁴ Para entendermos a composição de classes, os conflitos e contradições do governo Chávez com as classes populares, vemos a necessidade de demonstrar o que entendemos por classes sociais desde um ponto de vista teórico-metodológico. Marx e Engels desenvolveram análises das classes sociais que nos possibilitam entender as relações sociais capitalistas de modo crítico, histórico e dialético. Segundo BOITO Jr., Marx e Engels têm dois usos do conceito de classe social. O primeiro se refere ao texto *O manifesto do Partido Comunista*, em que as classes sociais se definem pelo lugar ocupado no processo de produção, conceito amplo. O segundo se encontra nos textos *18 de Brumário*, *Luta de Classes na França*, etc. em que as classes se definem na ação e na luta. Assim também afirma Poulantzas (1975a), “as classes não podem ser definidas fora da luta de classes”.

⁶⁵ Marx, em *18 de Brumário de Luis Bonaparte* (1978), trata do termo “fusão, coalizão, aliança” e não bloco no poder quando se refere às diferentes frações burguesas durante o monopólio do poder político da burguesia financeira e burguesia industrial na Monarquia Constitucional, das frações dos grandes proprietários de terra, legitimistas, da burguesia financeira e da burguesia industrial na República parlamentar.

consagra a dominação exclusiva de uma classe ou fração. Esta instituição alarga, portanto, a relação do Estado capitalista com a coexistência particular de dominação de várias classes e frações de classes dominantes (POULANTZAS, 1977, p.225).

Conforme a análise feita por Boito Jr. (2006) do texto de Poulantzas, a unidade da classe dominante existe porque o conjunto dos capitalistas tem interesse em assegurar as condições gerais de reprodução do capitalismo, e porque o Estado burguês defende os interesses comuns de todos os capitalistas, ou seja, manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Entretanto, esta unidade é contraditória na medida em que, para além desta unidade geral, os capitalistas defendem interesses específicos de acordo com o lugar que ocupam no processo de produção, num momento e país determinados, em setores econômicos diferenciados que poderão constituir-se em frações de classe. Segundo Boito Jr., alguns elementos essenciais de divisão da burguesia em frações são: ciclo de reprodução do capital, poderio econômico das empresas (pequeno, médio e grande capital, capital monopolista), relações variadas das empresas com a economia internacional.

Portanto, o conflito em relação à política econômica praticada pelo Estado não deve ser visto como uma disputa sobre a política econômica correta e adequada aos interesses nacionais, mas sim uma disputa entre interesses contraditórios, em que a resistência de certos ramos e instituições do Estado a uma determinada política são manifestações de resistências de certas frações de classe subordinadas à fração hegemônica (BOITO JR., 2006).

Neste sentido, as frações agem e podem agir movidas pelos interesses particulares de sua empresa, ou pelos interesses particulares do ramo ou setor no qual a sua empresa está inserida (BOITO JR., 2003, p.243). Esse é o fenômeno da formação das frações burguesas grande e média burguesia, burguesia industrial, comercial e financeira.

Marx (1978) observou as diferentes frações no bloco quando analisou os casos da Restauração dos Bourbons, a Monarquia Constitucional de Louis-Philippe e a República Parlamentar ao golpe de Estado bonapartista. Na Restauração, a fração hegemônica⁶⁶ era a fundiária, na monarquia constitucional, as frações no bloco eram da burguesia financeira e da burguesia industrial. Já na República Parlamentar, a unidade particular das frações era entre os legitimistas (grandes proprietários de terras) e orleanistas (burguesia financeira e industrial). Segundo Poulantzas (1977), esta forma de Estado era a única que poderia fazer coexistir estas

⁶⁶ Poulantzas (1977), quando analisa o bloco no poder nos mostra que apesar de diferentes frações coexistirem na dominação política, uma delas se aparece como fração “exclusivamente dominante”, mas na verdade são várias frações dominantes, mas uma única hegemônica.

diferentes frações, em que o interesse geral de classe podia subordinar as pretensões destas diferentes frações e todas as outras classes. Entretanto, conforme o autor, uma das frações é hegemônica no interior deste bloco, neste momento, da República Parlamentar, a hegemonia era da fração financeira.

Veremos que o governo Chávez, desde sua vitória eleitoral em 1998, é perpassado por estes conflitos de classes e frações de classe defendendo seus interesses específicos no interior do bloco, seja em cargos burocráticos, seja na defesa de seus interesses por meio de políticas específicas, contidas nas novas leis da Nova Constituição.

Em 1998, ano de eleições para presidência da Venezuela, o país contava com três candidatos que defendiam os ideais neoliberais abertamente e um candidato não. Este último era Hugo Chávez. Os outros três eram: Irene Saez Conde, pelo COPEI; Henrique Salas Romer ex-governador de Carabobo ligado ao grupo Mendoza⁶⁷ e aos meios empresariais e Claudio Firmim, ex-dirigente da AD, mas então, candidato independente.

Chávez se candidatava pelo então recente partido MVR (Movimento V República), agora legítimo no *CSE (Consejo Nacional Electoral venezolano)*. A escolha pela via institucional foi feita por achar ser este o caminho para ascensão ao “poder”. Dentre as bandeiras do partido estavam a Reforma da Constituição, que desde Caldera não havia sido realizada. Esta foi uma marca para as classes populares que na época acreditavam que apenas os ex-militares rebeldes poderiam ser a força política capaz de implantar uma nova Constituição com reais mudanças.

O MVR contava não só com estes “ex-militares rebeldes”, mas também com outros militares e com quadros civis. Chávez, desde a criação do partido e o processo da sua candidatura, já foi desenhando e se articulando com os quadros que comporiam seu governo. Alguns civis vinham da velha esquerda venezuelana com grande experiência política, como Luis Miquilena, Jose Rafael Nuñez Tenorio, Omar Mezza Ramirez, Willian Lara, José Vicente Rangel.

Luis Miquilena contactou Chávez já durante sua prisão em Yare. Desde lá, Miquilena servia de ponte com setores empresariais médios, que estavam atraídos pela crítica feita por Chávez ao desmonte de todo protecionismo do Estado. Miquilena tinha a função chave para busca de finanças na campanha e na direção do movimento como coordenador geral do Comitê Tático Nacional (CNT) (MEDINA, 2001).

⁶⁷ O grupo Mendoza é o maior conglomerado industrial do país. Começou na cidade de Zúlia. O grupo atua nas áreas de cimento, construção, manufatura, maquinaria, tintas, papel, alimentação, animal, banco/seguros e é dona da *General Motors* da Venezuela.

Nuñez era assessor político de Chávez, Mezza ajudou na formalização jurídica do MVR e na direção da campanha. Willian Lara, politólogo, ajudou nos assuntos de organização e por último, Vicente Rangel, jornalista, trabalhava na orientação política de alianças do chavismo em particular com o MAS (Movimento ao Socialismo).

Além do MAS, outros partidos compunham alianças com o MVR, formando o Polo Patriótico. São eles: PPT (Pátria para Todos), MEP (Movimento Eleitoral do povo), PCV (Partido comunista venezuelano), Gente Emergente, SI, PST, Acción Agropecuaria e Nuevo Régimen Democrático. O termo “Polo Patriótico” foi designado para expressar a contradição entre os interesses internos e os fatores internacionais que estrangulavam a vida econômica e política do país e do continente, e a necessidade de se resolver esta contradição para solucionar o problema da pobreza.

Para Medina (2001), os componentes ideológicos desta aliança entre diferentes partidos eram o antineoliberalismo (por meio da oposição à abertura petroleira e privatizações), construção de uma nova constituição (por meio da convocação de uma nova Constituinte), luta contra a corrupção, ajuste de contas com o sistema político, superação do sindicalismo dirigido pelos líderes operários adecos.

Durante as eleições, conforme os dados de Medina (2001), a situação social na Venezuela era precária: 1.109.002 pessoas estavam desempregadas e 48.6% da força de trabalho do país eram informais. Com este quadro social e político (como demonstramos no capítulo anterior), Chávez vence as eleições com 56,2%.

O Polo Patriótico, comandado pelo presidente Chávez, não tinha maioria no Congresso, ficando a fração majoritária com a AD, o que dificultava a convocação da Constituinte, principal política defendida pelo Polo.

A Constituição do país datava de 1961 e a criação de uma nova Constituição era objetivo primordial, mas para isso, primeiro seria necessário criar uma Assembleia Nacional, à qual todos os organismos do poder público ficariam subordinados. “Em 2 de fevereiro de 1999 foi realizado o primeiro plebiscito na história venezuelana para perguntar ao povo se estava de acordo em convocar uma Assembleia Constituinte” (CHÁVEZ, 2004, p.52). A resposta ao referendo foi favorável, e o passo seguinte seriam as eleições para os constituintes.

Num primeiro momento, houve uma abertura à participação popular através do plebiscito, da Assembleia Nacional na criação da nova Constituição, mas, como afirmou o próprio presidente Chávez, o Estado não poderia deixar que esta abertura se concretizasse. Afinal havia um limite:

“Acho que houve bastante participação. O que acontece é que havia que estabelecer um limite de tempo nesse processo. Um debate muito longo seria contraditório...”

Conforme Poulantzas (1977), o Estado capitalista conta com uma especificidade: apresenta-se como encarnando o interesse geral de toda a sociedade. Conforme o autor,

O traço distintivo fundamental a este respeito parece consistir, com efeito, no fato de estar ausente a determinação de sujeitos (fixados, neste Estado, como indivíduos, cidadãos, pessoas políticas) enquanto agentes da produção, o que não acontecia com os outros tipos de Estado. Este Estado de classe apresenta de específico o fato de a dominação política de classe estar constantemente ausente das instituições. Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. As suas instituições estão organizadas em torno dos princípios de liberdade e igualdade dos indivíduos ou pessoas políticas. (POULANTZAS, 1977, p.133).

Assim sendo, a legitimidade deste Estado está fundado no conjunto de indivíduos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo. Estas características, ainda com o autor, são expressas no sistema jurídico moderno, que, diferentemente da regulamentação feudal que era fundada nos privilégios, é fundado num conjunto de leis sistematizadas a partir do princípio de liberdade e igualdade. Entretanto, a este respeito, estas características fundamentais não podem ser reduzidas ao plano ideológico, porque dizem respeito à instância jurídico-política do Estado, ou seja, à representatividade parlamentar, liberdades políticas, sufrágio universal, soberania popular etc.

Esta representação do interesse geral possui um limite estrutural, que é o limite do Estado capitalista. Este Estado cede aos interesses das diferentes classes num dado momento da luta de classes, mas em última instância quem determina é o econômico⁶⁸. Ou seja, este aparato jurídico-político que possibilita concretamente que o Estado capitalista represente formalmente o interesse geral, tem certo grau de autonomia frente ao econômico, por condensar a luta de classes. Mas esta autonomia é relativa. Quando esta autonomia afeta os interesses vitais da classe fundamental (a burguesia), esta por sua vez reage de forma violenta e brutal⁶⁹.

Lênin, em sua conferência *Sobre o Estado* em 1919, afirmou que:

⁶⁸ Esta pesquisa compreende o Estado nas relações de produção capitalistas, como um Estado capitalista. Para Marx em *O Manifesto do Partido Comunista* (1988), o Estado é o comitê de organização dos interesses da burguesia. Poulantzas (1975a), por sua vez, amplia o conceito, pois entende que o Estado capitalista não é somente um comitê para gerir os interesses comuns das diversas frações burguesas, mas também um instrumento que desorganiza os interesses das classes populares. O Estado é um aparato jurídico-político não só mero reflexo das relações de produção, o Estado possui uma autonomia relativa. As classes em um determinado grau de luta podem usufruir certa autonomia em relação às relações de produção, no campo jurídico político.

⁶⁹ Por exemplo: no governo militar do Brasil em 1964, no Chile com golpe ao governo de Salvador Allende, Uruguai, e com a própria Venezuela quando houve o *Caracazo* e os militares reprimiram violentamente as manifestações populares.

Todo Estado em que existe a propriedade privada da terra e dos meios de produção, em que domina o capital, por democrático que for um Estado capitalista, será uma máquina nas mãos dos capitalistas para subjugar a classe operária e os camponeses pobres. E o sufrágio universal, a Assembleia Constituinte ou o Parlamento são meramente uma forma [...] que não mudam a essência do assunto. (LÊNIN, 1929).

O limite ao qual se referiu o presidente Chávez quando participou da entrevista com Marta Harnecker, é o limite de abertura que o Estado capitalista proporciona aos interesses que podem ser incorporados pelo domínio do capital, na região jurídico-política. Mas, como o próprio presidente afirma, há um limite nesta abertura, é quando o Estado deve retroceder e se fechar. Assim se processou com a nova Constituição na Venezuela aprovada em um referendo popular em 15 de dezembro de 1999.

O debate sobre as novas leis se abriu num primeiro momento, fez-se um plebiscito sobre sua legalidade e em seguida o Estado se fechou para a elaboração das diferentes leis. O próprio presidente Chávez se afastou e delegou Luis Miquilena para trabalhar na Constituinte em seu lugar. Além disso, Miquilena foi nomeado Ministro do Interior, um cargo essencialmente político já que na época não existia o cargo de vice-presidente. Segundo Chávez, Miquilena se transformou em um articulador tanto no plano político como empresarial, inclusive com os ministros de Caldera. Preparou a primeira reunião de Chávez com a Fedecámaras em sua casa, articulava alianças com setores de esquerda como La Causa R, com setores do MAS e outros partidos como o MEP. Segundo ele, nas “reuniões com empresários, quase sempre estava presente a figura de Luis Miquilena, fazendo lobby, fazendo contatos [...]” (HARNERKER, 2004, p.68).

Com o trabalho na Constituinte, Miquilena “se transformou no regente da orquestra de toda a campanha constituinte, buscando recursos, elaborando listas. Teve muita influência” na composição da atual Assembleia Nacional, foi artífice da aliança com o MAS e na composição do Tribunal Supremo de Justiça e no Tribunal de Contas (HARNERKER, 2004, p.69).

Desta maneira, Chávez foi desenhando seu novo governo e novas alianças com setores do empresariado. Apesar do grande trabalho para obter a maioria dos quadros da Assembleia, isso não foi determinante e Chávez fez “acordos transitórios” com AD, COPEI e Projeto Venezuela. Estes partidos colocaram seus representantes no poder judiciário e em outros órgãos, todos estes ligados à IV República, à grande burguesia interna monopolista, capitais estrangeiros e latifundiários.

A aliança entre o MVR com partidos de centro, de direita, pequenos grupos e pequena burguesia (camadas médias) levou a críticas quanto ao caráter liberal do governo Chávez ao

escolher sua equipe. Segundo o presidente Chávez (2004), “dizem que fui muito liberal”. Chávez afirmou isso quando comentava a nomeação de Alfredo Peña, adversário político, para Ministro da Secretaria, com objetivo de aliar a pequena burguesia ao governo. Isso porque Peña era jornalista com bastante conexão com setores das classes médias.

No Ministério das Finanças, Chávez preservou no cargo de ministra [por alguns meses] uma antiga servidora do governo neoliberal de Rafael Caldera, Maritza Izaguirre. Desta maneira delineava alguns objetivos que eram a manutenção da política cambial, a introdução de duras medidas de ajuste fiscal e reforço da autonomia funcional e financeira e administrativa do Banco Central, o que significa o benefício do capital bancário e financeiro, característicos desta etapa do capitalismo contemporâneo (BORGES, 2005, p.24).

Para compor seu governo, chamou ainda professores como Hector Navarro, Maria Harrison, Jorge Giordani, economista, para Ministro do Planejamento e Desenvolvimento etc.

Por outro lado, nomeava militares para compor seu governo, que, segundo Chávez (In HARNECKER, 2004, p.85), era a única maneira de aprovar as necessárias leis e “se avançar no plano político”, já que contava com pouco apoio nas governações e prefeituras, além da oposição no Congresso e no Tribunal Supremo, comandado pela oposição da AD e Copei.

A nova Constituição é datada de 15 de Dezembro de 1999. Muitos interesses foram delineados nela, principalmente nacionalistas, mas também muitas mudanças na área social e petroleira. Conforme Rafael Vargas (apud BORGES, 2004), importante assessor do atual governo, "o processo chavista não tem como meta o socialismo, mas a luta pela soberania nacional e pela integração latino-americana". Para Borges (2004, p. 1),

Ele é radical na busca por transformações estruturais. Com um programa que ganha cada vez maior nitidez antineoliberal e um crescente protagonismo das massas populares, ele tem obtido conquistas em três áreas nevrálgicas: defesa da soberania nacional e da integração regional; ampliação da democracia, com novos mecanismos de participação direta; e priorização dos interesses dos trabalhadores e dos setores excluídos. O segredo da vitalidade da revolução bolivariana reside, basicamente, nestes três expressivos avanços.

Em seguida, delinearemos algumas das políticas que constam na nova Constituição que foi ratificada por 71% dos eleitores num plebiscito em dezembro de 1999.

O primeiro artigo está relacionado ao nome do país que se declara a partir de então República Bolivariana da Venezuela (art.1, *Constitución Bolivariana de Venezuela*, 2000) e fundamenta seu patrimônio moral e valores de liberdade, justiça e paz, na doutrina nacionalista de Bolívar.

Nos poderes políticos, os militares têm os mesmos direitos dos civis, igualdade de condições, de sufrágio. O período presidencial passa a ser de seis anos com possibilidade de reeleição por uma só vez. Fixa quatro tipos diferentes de referendos: o consultivo, que submete à consulta popular temas estratégicos; o aprobatório, que decide sobre a ratificação de tratados internacionais; e o revogatório, o famoso artigo 72, que afirma que "todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis". A revogabilidade, segundo Borges (2004), é algo inédito no mundo, é prova cabal da avançada democracia no país.

A Assembleia se torna unicameral e se estabelece o Poder Eleitoral, exercido pelo *Consejo Nacional Electoral* (CNE), o Poder Cidadão exercido por um Conselho Moral Republicano, integrado pelo Defensor do Povo para investigar e sancionar delitos contra a "moral pública", o Fiscal Geral e o Controlador geral da República. Entretanto, a nova Constituição tem como objetivo concentrar mais poderes nas mãos do Executivo por meio das chamadas Leis Habilitantes. Segundo os artigos 203 e 236:

São leis habilitantes aquelas sancionadas pela Assembleia Nacional por três quintas partes de seus integrantes, a fim de estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente ou Presidenta da República, com classificação e valor de lei. As leis habilitantes devem fixar prazos de sua vigência (art. 203)⁷⁰.

No campo social, a Constituição avançou na ampliação dos direitos humanos, na inserção e reconhecimento dos direitos indígenas e ambientais, participação cidadã no aparelho estatal, mudanças na Lei de Terras com a transferência de terras beneficiando criação de cooperativas⁷¹.

No campo econômico, o governo de Chávez demonstrava cautela e moderação. Em seu discurso de posse, Chávez (apud BORGES, 2005, p.24) afirmou:

Nós somos gente séria, o governo é um governo sério, que respeitará os acordos que se assinem e os investimentos internacionais que aqui chegarem [...]. Nosso projeto não é estadista, tampouco vai ao extremo do neoliberalismo. Buscamos um ponto intermediário, de tanto Estado quando seja necessário e tanto mercado quanto seja possível. A mão invisível do mercado e a mão visível do Estado.

⁷⁰ Estas Leis Habilitantes são muito mais democráticas que as Medidas Provisórias no Brasil, já que o presidente solicita ao Congresso autorização para normatizar uma matéria, com prazo determinado. O Congresso pode aceitar ou não.

⁷¹ Muitos direitos sociais contidos na Nova Constituição Bolivariana não têm base material para serem levados a cabo. O governo Chávez, de um ponto de vista jurídico-político, em relação a estes direitos sociais, se antecipou. Normalmente, em governos progressistas na América Latina (por exemplo, Allende, no Chile), o que ocorreu foi o contrário, primeiro mudanças na área econômica, para posteriormente trazer as mudanças nas áreas sociais.

Tentando evitar a fuga de capitais e a crise que abatia o país, colocava como meta de seu programa de governo o combate à volatilidade resultante das flutuações do preço internacional do petróleo, a necessidade de uma política fiscal para gerar poupança, reorientando o gasto público para obras de infraestrutura. Os argumentos do programa de governo de Chávez diziam que:

Os fundos de pensão constituirão o principal componente de poupança interna para o financiamento do investimento produtivo. Eles impulsionarão o mercado local de bônus da dívida pública, dando-lhe profundidade e permitindo colocações com prazos maiores que os atuais. Ao mesmo tempo, fomentarão o mercado de capitais, especialmente por meio de títulos hipotecários e bônus corporativos, atualmente quase inexistentes, com o consequente fomento do investimento privado. (MARINGONI, 2004, p.63).

Entretanto, nesta etapa do capitalismo contemporâneo, imperialista, o investimento em fundos de pensão não tem como objetivo gerar poupança para investimento interno, mas sim para obtenção de lucros em curtos prazos por meio do jogo no mercado de capitais, alimentando a especulação e a financeirização da economia.

O Fonden - Fundo de Desenvolvimento Nacional - não passa de um 'objeto financeiro não-identificado', um 'Ofni', um gordo mealheiro cuja utilização depende exclusivamente do presidente da República e do ministro das finanças, comenta um diplomata em posto em Caracas. Enquanto o orçamento do Estado alcança a quantia de US\$ 60 bilhões (R\$ 128,23 bilhões), o Fonden, além de outros fundos similares, dispõe de US\$ 22 bilhões (R\$ 47,02 bilhões), confirma o ministro das Finanças, Nelson Merentes. O Fonden não obedece a nenhuma regra conhecida, nem tem a obrigação de publicar suas entradas e suas despesas, sublinha o economista Fernando Vivancos. Isso desperta as suspeitas de corrupção". Esta opinião é compartilhada até mesmo por partidários de Hugo Chávez. Um organismo tal como o Fonden estimula a corrupção, reconhece Eleazar Diaz Rangel [...]. A corrupção alcança níveis sem precedentes, confirma o antigo parlamentar Felipe Mujica, um dirigente do Movimento para o Socialismo (MAS, social-democrata), que apoiou a primeira eleição de Hugo Chávez, em 1998. A negociata generalizada e o enriquecimento dos funcionários promoveram o advento de uma nova elite chavista, acrescenta. A corrupção decorre da maneira de governar de Chávez", prossegue Mujica. "A execução do orçamento e a administração deixaram de ser controladas. Ele dispõe de maneira discricionária dos recursos da Pdvs, uma empresa da qual ele fez o seu 'caixa dois'. Nas reservas do Banco Central, foi criado arbitrariamente um teto limite de US\$ 30 bilhões [R\$ 64,12 bilhões], enquanto o excedente, de US\$ 7 a US\$ 10 bilhões [de R\$ 14,96 a R\$ 21,37 bilhões] é colocado à disposição do presidente da República (PARANAGUÁ, 2009).

Outra característica capitalista do governo de Chávez se dá quando nos artigos 318 e 319 se afirma que se faz necessário "Reforçar o Banco Central da Venezuela em sua autonomia funcional, financeira e administrativa".

O governo Chávez investiu milhões no setor agrário para fortalecer a produção nacional de alimentos que, na Venezuela é quase em sua maioria importada dos EUA, Brasil etc., estabelecendo desta maneira políticas protecionistas, mas de abertura econômica em outros setores como de tecnologias: eletricidade, comunicações e turismo. No setor industrial, o governo estabeleceu estímulos para reativação econômica, ou seja, alívios tributários, e políticas tributárias diferenciadas para algumas regiões. Este benefício a estas frações tinham como objetivo, segundo Medina (2001), reativar o aparato produtivo nacional, de acordo com o nacional-desenvolvimentismo, defendido pela Cepal.

Apesar de investir neste capital interno, a Venezuela não conta com uma burguesia nacional. Segundo Margarita Maya (apud MARINGONI, 2004, p.175), a burguesia na Venezuela é associada e dependente do Estado, assim sendo, nunca houve no país uma ideologia antiestadista. “Como a máquina pública não era financiada com o pagamento de impostos, mas com ingressos petroleiros, o fortalecimento do Estado nunca ameaçou o setor empresarial, ao contrário [...] por isso, o empresário venezuelano nunca foi liberal”, afirma Edgardo Lander (apud MARINGONI, 2004, p.175).

A burguesia local sendo associada e dependente se caracteriza pela chamada burguesia interna⁷². O desenvolvimento nacional em momentos políticos específicos é sempre um desenvolvimento associado ao capital internacional.

Com caráter moderado no campo econômico, o programa de governo adotava avanços no campo político. Conforme Borges (2005), esta opção refletia as alterações na correlação mundial de forças, com a queda do bloco soviético, a defensiva estratégica do proletariado e a ofensiva neoliberal sob a hegemonia do capital imperialista norte-americano. Desta forma, o novo governo preferiu não afrontar o capital monopolista.

O objetivo do novo governo na esfera econômica começava a se definir. Iria promover várias alterações na ordem institucional do país, mas necessitava mostrar ao mundo que isso respingaria muito pouco no campo dos negócios. Chávez sabia que necessitava urgentemente de dólares para cumprir seus objetivos de diversificar o aparato produtivo, alavancar algum tipo de crescimento econômico, sair da recessão, gerar empregos e fazer seu governo decolar. Uma prova de que o governo fazia o máximo para atrair investimentos é relatada por Edgard Lander: “A política de concessão de

⁷² Utilizamos o conceito de burguesia interna já que na Venezuela não se constituiu uma burguesia nacional. Segundo Poulantzas, a burguesia interna é dependente devido à divisão internacional do trabalho e da concentração internacional do capital, mas tem base de acumulação e fundamento econômico próprios. A burguesia nacional, apesar de ser a fração autóctone da burguesia que a partir de certo grau de contradições com o imperialismo estrangeiro, pode agir na luta anti-imperialista, age em associação ao capital estrangeiro, o que Poulantzas chamou de frações enfeudadas no capital estrangeiro. Já a burguesia compradora não tem base de acumulação própria e age como intermediária do grande capital imperialista estrangeiro (POULANTZAS, 1975a). Analisaremos esta questão mais adiante no texto.

telefonia móvel foi extremamente elogiada pela imprensa financeira internacional e o combate à inflação se faz de acordo com as normas clássicas” (MARINGONI, 2004, p.66).

Depois de nomeada Maritza Izaguirre para Ministra das Finanças, Chávez nomeia o parlamentar do MVR, Alejandro Armas, que tem, segundo Steve Ellner (2006), nexos com interesses financeiros para presidir uma subcomissão presidencial sobre segurança social que proponha a privatização do sistema de pensões.

De acordo com a Nova Constituição, ainda falando de reformas econômicas, o novo texto garante a liberdade econômica (art.112) e a propriedade privada (art.115), definindo de forma central a responsabilidade do Estado na política comercial e na defesa das indústrias nacionais (art.301). Reserva ainda para o Estado a atividade petroleira e outras de caráter estratégico, obtendo um papel central na defesa de uma agricultura sustentável e de uma segurança alimentar (art. 302 e 305).

Conforme as análises do sociólogo Edgard Lander (2004), com notória exceção da política petroleira, durante os primeiros anos de governo, não há nenhuma proposta integral de modelo de desenvolvimento, tampouco uma política econômica que seja consistente com o radicalismo do discurso político do presidente Chávez (LANDER, 2004, p.9).

Em relação à PDVSA, Chávez retira em 1999 Luis Guisti (presidente da PDVSA de 1994 a 1999) e coloca Maldini e pouco tempo depois nomeia Hector Ciavaldini. À frente da PDVSA, também estavam quadros do PPT como Aristóbulo Isturiz, Maria Cristina Iglesias e Ali Rodriguez.

Luis Guisti, presidente da PDVSA durante a *Apertura Petrolera*, é um tecnocrata norte-americano com sólida carreira no mundo das corporações transnacionais. Em sua administração foram desenvolvidas as iniciativas privatizantes da empresa estatal venezuelana. Vive hoje em Washington e é diretor do Grupo Royal Dutch Shell e assessor do Grupo Riverstone (um ramo do Grupo Carlyle para a área de energia) e do grupo Financeiro Stanford. É ainda membro da Força Tarefa Independente de Políticas Estratégicas de Energia, que traçou metas do setor, para a administração Bush filho (MARINGONI, 2004, p.157).

Alí Rodriguez Araque é político, advogado, diplomata e líder do PPT. Durante todo o governo Chávez ocupou importantes cargos, como assessoria política, Secretário Geral da Opep representando a Venezuela, presidente da PDVSA, Ministro de Relações Exteriores.

Para Medina (2001), em matéria petroleira, o Estado conserva quase a totalidade das ações da PDVSA por razões de soberania econômica, política e de estratégia nacional, exceto as ações das filiais, que deixam em aberto, possibilitando o capital misto e associações

estratégicas. Lander (2004) afirma que se reverte de forma radical a política de aumento da produção priorizando o aumento na participação no mercado, assume iniciativas internacionais com países exportadores de petróleo, Opep⁷³ e outros não-membros, logrando de imediato o fortalecimento da Opep, a restrição da oferta e a recuperação dos preços do petróleo.

Em outro texto, Lander juntamente com a cientista política venezuelana Margarita López Maya analisam este processo:

La nueva orientacion rescataba aspectos esenciales de la larga tradicion petrolera venezolana. Em los dias iniciales mismos de la nueva gestión se tomaron iniciativas para recuperar El papel de La OPEP como actor regulador del mercado internacional. Al asumir el gobierno, los precios internacionales de los hidrocarburos estaban em su más bajo em años. El precio de la cesta venezolana de crudos y derivados se habia desplomado a \$ 8,43 el barril(...) Com las iniciativas promovidas por el nuevo gobierno los precios comenzaron a recuperarse de inmediato y La OPEP a fortalecerse (LANDER; MAYA, 2002).⁷⁴

Na reforma petroleira, quatro políticas são de suma importância: primeiro, a recuperação da definição e implementação de políticas públicas para o setor, para o executivo nacional por meio do Ministério de Minas e Energia; segundo, a busca de níveis de ingressos fiscais de origem petroleira como medida para reverter o processo de liberalização econômica do período anterior; terceiro, procura fortalecer a Opep e compromete a Venezuela a respeitar os compromissos soberanamente adquiridos com a organização; quarto, a reforma freia as tendências a privatização da PDVSA, sem com isso negar a participação de capitais privados no setor.

Entretanto estas políticas que retornavam ao Estado a primazia das decisões de política petroleira resultaram em pressões de países consumidores, principalmente os EUA, que por meio de Bill Richardson, Secretário de Energia dos EUA, declarou que se não se aumentassem as cotas de produção seu país poderia liberar parte das reservas estratégicas com o objetivo de baixar os preços dos brutos. Logo os países da Opep decidiram pelo acordo com o capital externo. Em março de 2000 ordenou o aumento da produção, e o governo venezuelano desempenhou papel decisivo na recuperação da oferta petroleira mundial (MEDINA, 2001, p.146).

⁷³ Opep é um cartel cujo objetivo é unificar a política petrolífera dos países membros, centralizando a administração da atividade, incluindo controle de preços e volume da produção. Os países membros são: Arábia Saudita, Emirados árabes unidos, Irã, Iraque, Kuwait, Qatar, Venezuela, Argélia, Angola, Líbia e Nigéria Disponível em: <www.opec.org>. Acesso em: 30 out. 2006.

⁷⁴ Em reconhecimento ao papel ativo da Venezuela neste processo, Caracas foi sede da segunda Conferência de chefes de Estado e de governo de países membros da organização. Além disso, o ministro de Minas e Energia na época, Ali Rodríguez foi designado como presidente da Opep e em seguida Secretário Geral da Organização (LANDER; MAYA, 2002)

Além de se mostrar partidário da abertura das filiais da PDVSA ao capital privado, Chávez fez também o mesmo no setor de gás, química, petroquímica, ouro e alumínio, em que empresas como Alcasa, Venalum, Bauxilum, Carbonorca são integradas na CAVSA (Corporação de Alumínio de Venezuela). Este setor faz da Venezuela a oitava maior produtora do mundo e a principal da América Latina. Elaborou para este setor o programa de sociedade mista ou alianças estratégicas.

Estas políticas foram resultado da recessão econômica enfrentada pelo país em 1999. No primeiro trimestre deste ano a economia caiu em 9.3% do PIB, o desemprego aumentou em 15%, houve uma fuga de capitais, a inflação caiu de 30 para 20% e o governo venezuelano opta pelo endividamento interno em detrimento do externo.

Em novembro de 2001, mediante as faculdades outorgadas pelo Poder Legislativo ao Executivo, de se aprovar Leis Habilitantes como dissemos anteriormente, Chávez aprova um conjunto de 49 leis habilitantes em várias áreas, mas três delas causaram conflito com as antigas classes dominantes do bloco no poder: Lei de Terras, Lei de Pesca e Lei de Hidrocarbonetos. Em rede nacional, afirmou que estas leis eram orientadas para o desenvolvimento econômico e social e para a atração de investimentos nacionais e internacionais.

A Lei de Terras, dentre outras coisas, pretendia implantar os meios necessários para eliminar o regime latifundiário. Já a Lei de Pesca, segundo análise de Borges (2005), restringia a atuação predatória das corporações empresariais. Já a lei de Hidrocarboneto é bem menor e procura reduzir a autonomia da PDVSA em relação ao poder público, acentuada em 1990 quando se cogitava sua privatização. Estas leis detalham os repasses a título de royalties e impostos que o Estado deve receber como proprietário.

Segundo Borges (2005), ao centralizar o controle estatal da atividade petroleira, Chávez mexeu na sua “mina de ouro”, pois esta lei define que a exportação do petróleo que antes servia para “enriquecer uma ínfima parcela da sociedade, iria propiciar o financiamento da saúde, educação, fundo de estabilização econômica e investimento produtivo” (BORGES, 2005, p.27).

Para Lander (2004), estas leis destacam a alteração na autonomia da PDVSA, que operava conforme suas palavras: como um “Estado dentro do Estado”⁷⁵ - como uma empresa que operava mais com a lógica das transnacionais estrangeiras, em relação aos seus interesses

⁷⁵ Esta pesquisa não está de acordo com esta afirmação uma vez que não seria possível se formar um Estado dentro do Estado. Se partirmos do pressuposto teórico de que o Estado é de classe, e que desta maneira ele beneficia uma classe em específico, a formação autônoma da PDVSA não significa outra coisa senão um mecanismo encontrado pelas frações do capital petroleiro internacional para agir mais facilmente em relação aos seus interesses específicos.

corporativos, que como uma empresa pública. O retorno do controle estatal se dá nos seguintes termos:

- Propriedade estatal sob todas as jazidas em território nacional;
- Controle estatal das políticas por meio do Ministério de Minas e Energia, que formula, regula fiscaliza as atividades em matéria de hidrocarbonetos;
- Definição e limites das associações que a empresa pode estabelecer para a criação de empresas mistas; e
- Definição dos lucros. Participação do Estado em 30% (LANDER, 2004 p.17).

As leis aprovadas na Nova Constituição e sob a Lei Habilitante levaram ao conflito as diversas frações do capital na Venezuela. Ou seja, segundo Maringoni (2004), diversas entidades e representantes de frações de classe se manifestaram contra as Leis e contra o governo, dentre elas a Fenapesca, a Fedecámaras, representantes dos setores industriais, bancário e dos meios de comunicações. Segundo o autor, o representante do setor industrial, Juan Calvo, protestou contra o fato de o governo não ter levado em conta a Lei da Pequena e Média Indústria. O representante do setor bancário Vicente Lozano Rivas criticava a Lei de Bancos e Fedor Saldivia, falando em nome dos meios de comunicação em apoio às demais frações da burguesia interna. Além destes, empresários do setor de turismo, energia e latifundiários compunham a oposição ao governo de Chávez. José Luis Betancourt, latifundiário, convoca as Forças Armadas para fazer “valer o Estado de direito” radicalizando a posição contra a Lei de Terras. Apesar de compor seu governo com alguns setores da chamada pequena burguesia, ou classe média, Chávez, até este período, não obteve apoio desta classe.

Neste mesmo momento, na PDVSA, Chávez já havia nomeado cinco presidentes para a estatal de petróleo. Com esta instabilidade e nomeamento da nova diretiva presidida então por Gastón Parra⁷⁶, parte significativa da alta gerência (composta por engenheiros e administradores do antigo governo) entrou em aberta confrontação com o governo (LANDER; MAYA, 2002).

Para Lander e Maya (2002), a posição do governo dos EUA sobre a reforma petroleira em marcha na Venezuela é no mínimo contraditória, na medida em que a Venezuela não tem deixado de ser um supridor seguro e estável para este país, que importa de 40 a 50% da produção venezuelana, e os EUA não têm deixado de ser seu principal cliente. Além disso, a

⁷⁶ Gastón Parra foi responsável pela concepção petroleira expressa na Constituição de 1999. Participou da comissão presidencial para a revisão petroleira e foi co-redator da Lei de Hidrocarbonetos em 2001.

política de estabilidade dos preços fixados pela Opep, que tem na Venezuela seu ator, favorece os EUA em sua condição de produtor de hidrocarbonetos.

Producir hidrocarburos em EEUU es más custoso que em otras regiones del mundo, razón por la cual si los precios bajan em demasia muchos de sus pozos resultarían no competitivos. En contraste, em su condición de consumidor altos precios no son vistos con simpatia. (LANDER; MAYA, 2002).

Entretanto, é inegável que a relação dos EUA com a PDVSA seria melhor se continuassem os antigos economistas e administradores, já que eles, instalados na burocracia estatal, sempre privilegiaram os interesses das multinacionais estrangeiras sobre os do país. Ademais, o retorno das relações da PDVSA com a Opep causa no mínimo apreensão e mal-estar no governo dos EUA.

Todas estas políticas na área petrolífera vão na contramão do projeto elaborado e concretizado no segundo governo de Carlos Andrés Perez e continuado no governo Caldera, com objetivo, segundo Lander e Maya (2002), de construir uma alternativa aos modelos neoliberais e isto seria causa suficiente para os EUA e seus representantes na PDVSA organizarem uma manifestação.

Todos os setores oposicionistas, com o uso da mídia - rádio, jornal e televisão - convocam *Todos ao paro!* Em dez de dezembro de 2001 a oposição festeja a vitória alegando que 90% das atividades econômicas aderiram ao protesto. Pedro Carmona Estanga, presidente da Fedecámaras na época, exibiu sorriso de vencedor (MARINGONI, 2004, p.78).

Esta ação abriu espaço para uma organização maior dentro e fora da PDVSA que levaria ao golpe de abril de 2002, com a ajuda das grandes corporações dos meios de comunicações Globovision, Rádio Caracas, Televen e Venevision (Grupo Cisneros⁷⁷). Dada a favorável situação de crise que se instalara na Venezuela, os Estados Unidos canalizaram centenas de milhares de dólares para os grupos americanos e venezuelanos adversos a Chávez, inclusive a CTV (Central dos Trabalhadores da Venezuela), através da *National Endowment for Democracy*⁷⁸, agência criada pelo Congresso que quadruplicou e incrementou as doações, elevando seu orçamento para a Venezuela para mais de 877 mil dólares. Na outra ponta, numa

⁷⁷ O grupo venezuelano Cisneros, hoje dirigida por Gustavo Cisneros, tem uma fortuna de mais de U\$ 4 bilhões. Dono do principal canal televisivo da Venezuela, Venevisión, mais conhecida no estrangeiro por sua oposição a Chávez. O grupo Cisneros também possui a Chilevision (Chile), Tv Caracol (Colômbia), grande parte da DirecTV latino-americana, além de uma participação lucrativa na Univisión (Canal castelhano nos EUA). Richard Gott (2006) apresenta Gustavo Cisneros como uma das figuras sombrias que proporcionam ao capitalismo americano força local fora dos Estados Unidos. Cisneros está atado por pés e mãos aos EUA e tem sido graciosamente bem pago.

⁷⁸ Organização sem fins lucrativos, criada em 1983, durante o governo Reagan nos EUA, com objetivo de “promover a democracia com doações em dinheiro”, apesar de ser uma organização privada, as doações provêm principalmente pelo Congresso dos EUA. O NED já foi chamado de CIA 2. Para isso ver: www.ned.org

tentativa de romper com o “*Paro*”, o presidente Chávez busca um acordo do setor bancário de ruptura com o resto do empresariado, ameaçando retirar todos os depósitos públicos das entidades bancárias, tentativa essa fracassada (CASTRO, 2002).

Neste mesmo período, a CTV, controlada pelos partidários do ex-presidente Carlos André Perez e a Fedecámaras, juntamente com alguns militares tais como o Coronel Ronald Mac Common (adido militar dos EUA na Venezuela) e o tenente coronel James Roger discutiam a possibilidade de derrubada de Chávez. Agentes da CIA atuaram junto com alguns militares opositoristas venezuelanos, aos dirigentes da Fedecámaras e aos líderes sindicais, com o objetivo de coordenar a conversão do que seria uma pequena “greve”⁷⁹ em demonstração de protesto, cujo resultado foi o golpe de 11 de abril de 2002.

Os principais protagonistas do golpe foram Pedro Carmona e Carlos Ortega. O golpista Pedro Carmona (chefe supremo da Fedecámaras) é nomeado presidente da Venezuela e dissolve a Assembleia Nacional. Pouco tempo antes, estava em reunião fechada com Isaac Pérez Reao, jovem comerciante de armas residente em Miami e sócio da companhia petroquímica Venoco, Allan Brewer, renomado jurista, Daniel Romero e com o assessor pessoal do ex-presidente Carlos Andrés Perez (MARINGONI, 2004, p.33).

O bloco opositorista conseguiu atrair importantes setores médios da sociedade e alguns populares, encabeçados pela Fedecámaras, Confederação dos Trabalhadores (CTV), alta hierarquia da Igreja Católica e meios de comunicação.

As marcas de quem seriam os beneficiários deste golpe poderiam ser detectadas quando se observava quem rodeava Carmona. O golpe, que durou apenas 48 horas, foi saudado pelos governos dos EUA, Espanha e Peru. A publicação no El Universal afirmava que “Wall Street recebeu com alívio a queda de Hugo Chávez, avaliando que se abrem novas oportunidades para que Caracas aplique políticas mais amistosas para com o mercado”[...] O estrategista-chefe da corretora Merrill Lynch, Robert Berges (apud MARINGONI, 2004, p.34), afirmou que “a saída de Chávez provocará uma melhora da situação política e econômica e aliviará o mercado”

O embaixador norte-americano na Venezuela, Charles Shapiro, demonstrou apoio ao governo golpista, enquanto o FMI anunciava recursos financeiros ao país. Durante o golpe, o “mentor intelectual” de Chávez, Luis Miquilena – aquele mesmo homem que foi presidente da Assembleia Nacional e ministro durante a elaboração da nova constituição – se uniu com a oposição e tornou-se assessor de assuntos energéticos durante o governo George W. Bush nos Estados Unidos.

⁷⁹ Os setores que não aderiram ao “*Paro*” foram: sindicato de siderurgia de Orinoco, empresa de alumínio, ferrominaria, hidrelétrica e sindicato dos trabalhadores do metrô de Caracas.

Segundo Marta Harnecker (2003), em *Venezuela: uma revolução sui generis*, Miquilena retira o apoio a Chávez e, junto com ele, muitos dos que haviam conseguido cargos nas instituições graças à sua mediação, e passa a ser líder da oposição, estabelecendo uma negativa correlação de forças na *Fiscalia* (Ministério Público cuja maioria é antichavista), no Tribunal Supremo de Justiça (que afirmava em sua maioria que não houvera Golpe de estado em 11 de abril) e no Conselho Eleitoral.

O analista, intelectual orgânico da oposição, Teodoro Petkoff, ex-dirigente comunista, e ex-ministro do Planejamento do governo democrata-cristão de Rafael Caldera (1994-1998), quando elaborou a Agenda Venezuela em acordo com o FMI, afirmara neste momento o fim do governo Chávez em seu tabloide *Tal Cual*.

O retorno de Chávez se deveu ao grande apoio popular e da maioria das Forças Armadas. O general Garcia Carneiro dirigiu as classes populares que vinham em sua maioria do bairro popular de El Valle, que pediam a volta do presidente. Dos 19 comandantes de batalhão do Forte Tiúna, somente um havia ficado com os golpistas. Também teve apoio da Brigada de paraquedista comandada pelo general Raul Isaías Baduel⁸⁰ (MARINGONI, 2004, p.41).

Para Lander, a causa para que o golpe fracassasse foi que houve uma ruptura entre os diversos setores das classes dominantes e das camadas médias que se opunham ao governo. Para ele, o governo golpista não tinha um projeto político comum, queria uma aproximação com os EUA, um distanciamento de Cuba e uma política neoliberal. Conforme Maringoni analisando a crítica de Lander,

A forma como se deu o golpe e a própria instalação do breve governo de Pedro Carmona, abolindo a legalidade, dissolvendo a Assembleia Nacional, compondo o governo com figuras do Opus Dei abertamente racistas, assustou gente de seu próprio campo. Uma segunda debilidade dos setores antichavistas, segundo ele, é a ausência de liderança com apelo popular na coalizão. (MARINGONI, 2004, p.48).

Outra iniciativa para desestabilizar o governo de Chávez ocorreu no mesmo ano, em 2 de dezembro. Foi o segundo *Paro*, com os mesmos atores envolvidos. Esta paralisação durou 63 dias, incluindo a interrupção quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, queda da atividade econômica, retração das exportações etc. com o objetivo de forçar o presidente Chávez a renunciar.

⁸⁰ Conforme vimos no capítulo anterior, Baduel foi companheiro de Chávez no EB-200.

O navio-tanque *Pílin Leon*, pertencente à PDVSA, que ficou reconhecido como símbolo deste *Paro*, parou no Lago Maracaibo e da cabine do comando veio a decisão de ficar ali por tempo indeterminado. Com a adesão do *Pílin Leon*, carregada com 280 mil barris do óleo negro, começava a adesão de toda a indústria petroleira. Horas depois, os navios-tanque *Moruy* e *Morichal*, bem como grande parte da frota da PDV Marina, parou por todo o país. O navio *Pílin Leon*, quando parou no Lago Maracaibo, saída para o Mar do Caribe, estancou a produção petroleira. A PDV Marina é um filial da PDVSA responsável pelo setor de transportes. Esta região do estado de Zúlia, no Maracaibo, é uma região oposicionista, comandada por governadores de oposição a Chávez, como, por exemplo, Manoel Rosalez⁸¹ e Pablo Pérez.

Tanto o estado de Zúlia, Tachira (onde estão os principais portos do país), quanto o estado de Carabobo⁸², são regiões oposicionistas, que fazem divisa com a Colômbia⁸³. Os primeiros são ricos em petróleo (uma das maiores reservas de petróleo do hemisfério Ocidental) e no setor agropecuário, que fornece 80% do consumo nacional, Carabobo é um grande centro industrial e agropecuário.

Segundo Maringoni (2004), o movimento, apesar de contar com trabalhadores da PDVSA, de todos os níveis, era dirigido pelos altos escalões da empresa. Por ser uma indústria tecnologicamente avançada e automatizada, de comando verticalizado, não era difícil controlá-la a partir de locais-chave de seu organograma gerencial⁸⁴. Neste período, quem controlava a PDVSA era a Intesa (SAIC).

Por meio da mídia, militares, empresários e representantes da classe média acusavam a administração pública nacional. O *Paro* teve grande impacto na vida cotidiana da população. Filas em postos de gasolina que precisou ser importada do Brasil por meio da Petrobrás, os sistemas de transporte entraram em pane, faltavam alimentos nos supermercados, quase todas as escolas particulares suspenderam as aulas e parte da rede pública (MARINGONI, 2004 p.182).

Em 20 de dezembro, as forças da Marinha tomaram o navio colocando fim ao bloqueio petroleiro. Chávez, em seu programa dominical *Aló Presidente*, afirmou que houvera uma sabotagem nacional e internacional corporificada por altos funcionários da PDVSA e anunciou que várias refinarias danificadas estavam sendo recuperadas. Enfatizou que centenas de grevistas (do médio e alto escalão) seriam demitidos, como ação penal por parte da

⁸¹ Manoel Rosalez foi governador de Zúlia e hoje, 2009, é prefeito de Maracaibo. Rosalez é latifundiário e dono de centros comerciais em Miami, EUA.

⁸² Governador é Enrique Salas, ligado aos meios empresariais e ao grupo Mendoza.

⁸³ Manoel Rosalez faz diversas reuniões com o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe.

⁸⁴ Os trabalhadores receberam três meses de salário adiantado para, em contrapartida, aderirem à greve.

Procuradoria Geral da República. O presidente da PDVSA Guaicapuro Lameda criticou publicamente as Leis Habilitantes de gás e hidrocarbonetos e foi destituído em 2002. Em seu lugar Chávez nomeou Gastón Parra, professor com forte ideologia nacionalista.

Segundo Paulo Paranaguá, na publicação feita em Le Monde 2007, Wilmer Ruperti foi o personagem que conseguiu acabar com a greve da PDV Marina e da PDVSA, oferecendo seus cargueiros. De capitão da navegação comercial, Ruperti se tornou depois deste Paro de 2002, o principal transportador naval da Venezuela, acumulando uma fortuna colossal. A partir de 2002, todos os projetos de Ruperti foram incentivados por Chávez que lhe deu uma medalha e reconhecimento. Segundo o autor, este foi um dos novos burgueses que surgiram com o governo Chávez, que são denominados de *boliburguesia*, ou seja, burguesia bolivariana. Também para Margarita López Maya (2008), a “burguesia bolivariana”, ou seja, os novos empresários chavistas, ou *boliburguesia* está se formando na Venezuela por meio dos canais de aquisição dos impostos e renda. “O Estado cria sua própria burguesia, muito dependente do dinheiro do Estado”.

Neste período, o país passava por uma grave crise econômica, fuga de capitais etc. Segundo Lander (2004), produz-se uma forte contração da formação de capital fixo por parte do setor privado, compensado pela formação de capital público. Contribui para este processo a queda do produto interno bruto, 12,6% em 2002 e a taxa de desemprego cresce para 16,2%. Acompanhado a isso, Maringoni (2004) afirma que o investimento direto estrangeiro era muito baixo. No ano de 2002, ele fechara em US\$ 30 milhões. O PIB neste período teve queda de 8,9%, o que, para o autor, fazia da Venezuela um país não confiável para o capital internacional.

Segundo o autor, algumas características fazem da Venezuela um país tão específico, principalmente durante este período. Chávez escolhe aumentar a dívida interna em detrimento da externa, palavras são de Jorge Giordani, Ministro do Planejamento e Desenvolvimento, engenheiro especializado em telecomunicações. A Venezuela paga pontualmente suas obrigações internacionais e tem uma dívida externa de US\$ 4 bilhões ao ano.

Para o Ministro, a economia venezuelana sofre de dois problemas estruturais: o estancamento do investimento privado que vem caindo desde 1980, enquanto o público tem se mantido constante cerca de 10% do PIB ao ano, e a volatilidade dos preços do petróleo numa economia extremamente dependente do produto. Ainda, conforme o ministro, existe a necessidade de criar mais impostos sobre a renda e aumentar as taxas aduaneiras que ainda são muito baixas. A receita fiscal total alcança apenas perto de 10% do PIB.

A economia de exportação petroleira, que caracteriza a Venezuela ao longo dos anos, é permanentemente sujeita às altas e baixas cíclicas das cotações internacionais do produto, assim sendo, a ação governamental fica limitada numa economia dependente como a venezuelana.

Estes primeiros anos do governo Chávez foram marcados por conflito entre as diferentes frações dominantes: burguesia agrária, industrial e bancária. Assim sendo, analisaremos no próximo tópico as classes e frações da burguesia que foram favorecidas por políticas de Estado, principalmente pós 2004, quando o governo Chávez se estabilizou, marcando um período de alianças e pactos.

3.3 Classes e frações de classe dominantes sob a “Revolução Bolivariana”

Um novo período marcou o governo Chávez após o Golpe, os *Paros*, etc. A saída para o governo de Chávez, com esta realidade de conflito interno, foi realizar acordos com frações da burguesia que pudessem estabilizar seu governo e contribuir com os avanços de suas políticas de Estado para a chamada “revolução bolivariana”.

Em 29 de março de 2003, o Centro Cárter, o grupo de países amigos (incluindo os EUA) e a OEA pressionam por um diálogo para saída da crise. Segundo Marta Harnecker (2004), o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter propôs uma saída institucional para a crise: um referendo revogatório. Além dele, partidos e organizações venezuelanas apoiaram o referendo, como os partidos MAS, AD, COPEI e personalidades como Teodoro Petkoff e Alberto Quirós Corradi.

Deste referendo, Chávez sai vitorioso. A partir daqui Chávez intensifica seus programas sociais e aumenta sua popularidade. Além de sua popularidade, o governo bolivariano se fortaleceu tanto nacional quanto internacionalmente, estabelecendo uma nova correlação de forças, que vem se delineando até os dias atuais.

Para Hernandez (2006), os golpes, *paros*, sabotagens e insurreições da burguesia foram o caminho encontrado pelo imperialismo para impor seu programa de continuar privatizando a indústria petroleira e controlar sua administração. Destes atos oposicionistas, o imperialismo também saiu fortalecido. Um exemplo deste fortalecimento foi o *Tratado de Coche* firmado em 2004, entre os representantes do capital dentro e fora da Venezuela, ou seja, o ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, o magnata das comunicações Gustavo Cisneros e o presidente Chávez.

Este tratado levou o mesmo nome do Tratado de Coche assinado 140 anos antes entre Paez e Falcón⁸⁵, por ter sido feito durante a reunião entre Chávez e Cisneros mediada por Carter no mesmo lugar que o anterior. A reunião foi simbolizada pelo discurso de Chávez em favor do capital e de seu governo que garantiria a governabilidade do país e a estabilidade do mercado petrolero (HERNANDEZ, 2005).

Também em 2004 o presidente Chávez fechou um contrato de um gasoduto binacional, patrocinado pelo governo da Venezuela, pelo governo da Colômbia e coordenado pela multinacional do petróleo, a norte-americana Chevron Texaco. Segundo Chávez (apud CMI BRASIL) é uma "saída direta a esse vasto mundo que é o mercado asiático". Para construir o gasoduto, a Venezuela entrou, voluntariamente, no Plano Puebla Panamá, um conjunto de obras de infraestrutura para a região cujo objetivo é atender às necessidades das multinacionais norte-americanas. Como sabemos, Bush pai é o chefe da máfia do gás texano e Condoleezza Rice durante mais de dez anos foi diretora executiva da Chevron Texaco Corporation (EUA), uma das "sete irmãs" do petróleo mundial, que controla o oleoduto do mar Cáspio, Ásia Central etc. Na Venezuela a Chevron Texaco, neste período era uma das maiores empresas na área de petróleo.

Estes acordos internacionais e as sucessivas vitórias do governo proporcionaram, segundo Marta Harnecker (2003), condições mais favoráveis ao presidente Chávez, quanto à sua popularidade: primeiro porque o povo adquiriu maior nível e debate político; segundo porque ele sabe em quem pode confiar dentro das Forças Armadas e nos quadros civis; terceiro porque setores cada vez mais numerosos da classe média começaram a se aliar a Chávez; quarto porque os críticos da CTV se organizaram para formar um novo sindicato, chavista (UNT); quinto porque diferentes partidos de esquerda decidem rearticular-se com o MVR e fazer frente de apoio ao seu governo; e sexto porque a comissão tripartite formada pelo Centro Carter, PNUD e a OEA, declara que a Venezuela estaria vivendo um processo autenticamente democrático.

Para Margarita López Maya (2008), o governo Chávez passou de 1999 a 2004, pelo período de maior enfrentamento político no processo bolivariano. Após 2004, há um processo de estabilidade no bloco no poder, que para ela é composto por uma união civil e militar. Militar na medida em que diferentes ministérios e cargos burocráticos são ocupados por militares, defende as políticas nacionalistas e um culto a Bolívar quase como uma religião; civil

⁸⁵ O Tratado de Coche foi assinado em 1863, e veio pôr fim à Guerra Federal entre os centralistas e os federalistas no país. Falcón e Ezequiel Zamora eram os federalistas. Paez, presidente na época, renunciou e declarou Falcón novo presidente provisional.

na medida em que há movimentos dos setores das classes populares e partidos de esquerda (que vêm da derrota dos anos 1960) compondo, neste momento, seu governo. Para ela, este período é marcado por um “bloco heterogêneo”.

Estabelecendo seus aliados nas F.A., Chávez nomeia diversos militares em cargos burocráticos, com objetivo de reforçar a tendência pró-Chávez dentro da instituição, prevenindo uma possível estratégia opositora e um novo golpe de Estado. Para Steve Ellner (2006), a corrente militar do movimento chavista inclui vários governadores, ministros⁸⁶, e a liderança é do ex-vice-presidente da República e então governador do estado de Miranda, Deosdado Cabello, aliado do ex-militar Francisco Ameliach, Diretor Geral do MVR. Os esquerdistas do MVR que se identificam com Willian Lara⁸⁷, afirmam que os líderes militares chavistas resistem à radicalização e dão apoio moderado aos programas sociais, com exceção de Raul Baduel⁸⁸, Comandante Chefe das Forças Armadas, e Eliecer Otaiza⁸⁹, ex-presidente do Instituto Nacional de Terras.

No Ministério do Poder Popular *Del Despacho de La Presidencia*⁹⁰, Chávez colocou o General Luis Ramón Reyes Reyes, da Força Aérea Venezuelana. O General Reyes foi membro do MBR-200, participou do golpe de 1992 juntamente com Chávez, foi Ministro de Infraestrutura em 1998, deputado pelo estado de Lara durante a Assembleia Constituinte de 1999. Durante 2000 e 2004 foi governador de Lara.

Com objetivo de conciliação, Chávez nomeou o General Rincón Ministro de Defesa, o mesmo que anunciara sua suposta “renúncia” no golpe de 2002. Segundo Chávez em sua entrevista com Harnecker (2004), o apoio à minoria golpista foi dada pelo alto comando das Forças Armadas, mas conforme afirma, alguns “se equivocaram”, como, por exemplo, o General Vásquez Velasco, que, como outros comandos, reavaliaram o apoio aos golpistas e retornaram a negociar com Chávez. Para Marta Harnecker, Chávez tem apoio da maioria da tropa, da suboficialidade e da oficialidade jovem, e a camada que se tornou oposição foi uma

⁸⁶ A lista de Ministros durante o governo Chávez é imensa e difícil de se analisar, já que, com a Nova Constituição de 1999, o presidente pode alterar seu gabinete quando quiser, além de criar ou eliminar ministérios por decreto presidencial.

⁸⁷ Lara é jornalista e professor. Foi Ministro da Informação e Comunicação, membro do MVR e em seguida como um dos principais dirigentes do PSUV, Lara se tornou governador do estado de Guarico.

⁸⁸ Raúl Isaías Baduel, foi membro do MBR-200 desde 1982, político venezuelano, amigo de Chávez, General em Chefe das Forças Armadas venezuelanas, aposentado e ex-Ministro da Defesa do governo Chávez. Foi fundamental para o retorno de Chávez à presidência pós-golpe em 2002. Em novembro de 2007, se tornou internacionalmente conhecido por se opor às mudanças constitucionais que o Referendo de 2007 (derrotado), propunha. Em 2008, Baduel foi detido sob suspeita de administrar mal os fundos do governo e auto-enriquecimento em 2006/2007, período em que foi Ministro da Defesa.

⁸⁹ Eliecer Otaiza é Tenente da Reserva do Exército venezuelano, seguidor de Chávez e dirige o Instituto encarregado da Reforma Agrária.

⁹⁰ Este Ministério é o da Secretaria da Fazenda. Reyes Reyes é Ministro Del Despacho 2008/2009.

parcela do alto escalão, um setor mais permeável à ideologia das classes dominantes (HARNECKER, 2004, p.100; MARINGONI, 2002).

Os militares durante todo o governo Chávez ocuparam Ministério da Defesa. De 1999 a 2000 ocupou o cargo de Ministro o General Raul Salazar, depois o General Ismael Hurtado, em seguida o General Carneiro, o Almirante Maniglia de 2005 a 2006, o Comandante em Chefe Raul Isaías Baduel de 2006/2007 e de 2007 a 2009 o General Gustavo Reyes Rangel.

A política de acordos e conciliação com as antigas classes dominantes no bloco no poder também se deu devido à situação que se instalara com a crise econômica depois do *Paro*. Pequenas e médias indústrias e comércios quebraram, assim como houve um aumento de 20,3% na taxa de desemprego. Os empresários de médio e grande capital, incluindo os poderosos donos dos meios de comunicação, perderam milhões de dólares (MAYA, 2006, p.37). Segundo Boito Jr. (2003), esta é uma característica da política neoliberal, em que algumas pequenas fábricas quebram e o setor financeiro se eleva aumentando a mais-valia absoluta, ou seja, uma maior exploração do trabalhador.

A Venezuela tem poucas pequenas e médias indústrias, 0,5 para 1000 habitantes, mas apesar disso, elas representam mais ou menos 7% do PIB venezuelano. A partir deste período de negociações e acordos com diversas frações do capital, o governo passa a beneficiar esta fração.

A região industrial⁹¹ na Venezuela se encontra nos estados de Zúlia (setor de petróleo e agropecuário), Táchira (petróleo), Carabobo (agropecuário), Ciudad Guayana (maior centro industrial agroalimentar⁹²) e Barinas (setor agrícola).

As antigas classes dominantes da IV República continuam sendo beneficiadas na V República, representadas em algumas destas regiões por seus governadores, como, por exemplo, em Zúlia, Carabobo, Táchira. São uma fração da burguesia comercial (empresas com concentração da importação), burguesia industrial (ambas são parte da burguesia interna monopolista do setor de alimentos). Entretanto, estas frações entram em conflito com o governo Chávez em diferentes momentos: com a nova Constituição, durante o golpe de estado, durante os dois *Paros* etc.

Por outro lado, segundo a entrevista realizada em Mérida⁹³ com o cientista político e atualmente membro do Ministério de Relações Exteriores do governo Chávez, Vladimir

⁹¹ As principais indústrias na Venezuela estão no setor agroalimentar, de produtos químicos, de material de transporte, refinação de petróleo, de aço e alumínio.

⁹² Na Venezuela, a produção agrícola é de café, milho, açúcar, banana, arroz, mandioca e laranja.

⁹³ Viagem realizada para pesquisa de campo durante o mês de julho de 2008. Foram feitas entrevistas gravadas ou não, com intelectuais, membros de partido, do Conselho Comunal, Tv Comunitária, entre outros.

Aguilar Castro, o governo Chávez possui um problema que é a composição de sua burocracia estatal. Para Aguilar, há um setor emergente ao redor de quatro grandes áreas: controle dos contratos petrolíferos, de importação de alimentos, de construção⁹⁴ e setor financeiro. Também afirma esta composição da burocracia, o professor da ULA, Vladimir Perez (2008). Para ele o setor de importação de alimentos está ligado com o capital internacional (norte-americano e brasileiro).

Conforme a afirmação de Aguilar Castro (2008), o setor petrolífero é dirigido por uma burocracia que controla todos os contratos (de aluguel de ferramentas para extração e exploração, os chamados taladros), onde não há licitações, um setor muito forte chamado por ele de “paraestatal”. O crescimento no setor de importação de alimentos é resultado da crise de abastecimento em que uma burocracia passa a controlar as importações por meio da PDVAL (subsidiária da PDVSA), beneficiando uma fração da burguesia interna ligada ao agronegócio (alimentos), importadora.

Conforme um representante do Conselho Comunal de Mérida⁹⁵ entrevistado na citada viagem, em um dos estados com maior concentração industrial (siderurgia, ferro e alumínio), Ciudad Bolívar, os governadores são ex-militares. Em Miranda, quem governa é Deosdado Cabello, como já dissemos, envolvido com o setor de indústria de alimentos (Fábrica de atum). Em Mérida, Florencio Lorras, governador, estabeleceu contratos forjados de licitação com indústrias de construção. Para Aguilar (2008), este setor da construção civil cresceu muito, e ainda é representado por uma burocracia que controla os insumos para construção de grandes casas.

Segundo Paranaguá (2007), os homens de negócios “emergentes” se encontram neste setor de distribuição de alimentos. O programa social chamado Mercal, mercados estatais que vendem produtos a preços baixos, desestabilizou a rede de supermercados POLAR⁹⁶, principal grupo privado do país neste setor. Os fornecedores da Mercal não pagam nem direitos alfandegários, nem taxas, e importam alimentos em detrimento da produção interna venezuelana.

⁹⁴ As principais construtoras na Venezuela são de capital internacional, por exemplo: Odebrecht, construtoras espanholas e portuguesas.

⁹⁵ Não nomeamos por vontade do entrevistado.

⁹⁶ O Grupo Polar e o Grupo Cisneros são transnacionais que não estão vinculadas à Fedecámaras, principal organismo patronal. Segundo Maringoni (2004), isso se deve porque o poder destas grandes empresas é exercido dentro do Estado. As duas corporações estão associadas ao capital internacional. A primeira é transnacional de bebidas (Pepsi-Cola e Brahma) e a segunda do setor de telecomunicações e ainda acionista da Coca-Cola.

A família Chávez se encontra em diversos cargos políticos: o irmão primogênito de Chávez, Ádan Chávez⁹⁷, foi o encarregado das importações de alimentos no Instituto Nacional de Terras, em seguida ele se tornou Ministro *Del Despacho de la Presidência*, embaixador da Venezuela em Cuba, e posteriormente Ministro da Educação. Não podemos nos esquecer do papel desempenhado por seu pai, Hugo de los Reyes⁹⁸, como governador do estado de Barinas, (onde Chávez nasceu) importante estado responsável por grande parte do setor agrário do país⁹⁹.

A fração da burguesia industrial monopolista de automóveis, que antes de 2007 se beneficiara com as altas vendas na Venezuela, começou a ser em parte prejudicada, já que o governo adotou políticas de controle de importação de peças, por exemplo, a cilindrada dos carros que são trazidas do exterior. A empresa General Motors (do grupo Mendoza), que tem 40% da produção dos veículos e 35,5% das vendas no mercado local, na frente da Ford e da Toyota, outras grandes empresas de automóveis no país, perceberam queda nas vendas e obstáculos devido à política fiscal do governo para conter o avanço das importações¹⁰⁰. Entretanto, conforme dados da Câmara Automotriz da Venezuela,

As vendas de carros na Venezuela dispararam nos últimos anos, especialmente de carros importados. Nos primeiros nove meses de 2007, a venda de veículos cresceu mais de 49% em relação ao mesmo período de 2006. Foram vendidas 346.198 unidades, segundo a Cavenez (Câmara Automotriz da Venezuela), entidade que reúne as indústrias do setor. Para alguns modelos, há fila de espera de até seis meses. Acredita-se que as vendas devem superar 500 mil unidades pela primeira vez. (SINDILAB, 2007).

Desta maneira, as empresas montadoras preferiam importar veículos que aumentar a produção local. Os carros na Venezuela têm 70% de suas peças importadas.

Segundo os empresários venezuelanos, após a derrota do referendo de 2007¹⁰¹, Chávez tentou conter o avanço das importações, com medidas protecionistas, para favorecer a

⁹⁷ Ádan Chávez foi também membro do MBR-200 e em seguida do MVR.

⁹⁸ Professor de carreira.

⁹⁹ O estado de Barinas importa maquinaria agrícola (arados, tratores, semeadores etc.) em um convênio, com o Brasil.

¹⁰⁰ Na viagem de pesquisa de campo realizada em 2008, percebi que na Venezuela muitas pessoas têm acesso a carros de alto luxo. As camionetes importadas por lá são comuns, por exemplo. Isso é fruto de uma política do governo Chávez, anterior à de substituição de importação, que favoreceu e abriu o mercado venezuelano para o mercado automobilístico.

¹⁰¹ Referendo para a aprovação de um conjunto de leis. Em grande medida, a derrota deste referendo foi resultado da incapacidade do governo venezuelano de resolver o problema da escassez de alimentos que leva milhares de pessoas a filas de supermercados. Três milhões de seguidores de Chávez se abstiveram de votar. Isso explica por que, no início de 2008, foi lançada uma campanha por direta iniciativa de Chávez para que o problema fosse resolvido. Disponível em: <<http://www.marxist.com/venezuela-luta-contra-escassez-alimentos-continua.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

substituição de importações, com objetivo de reter as divisas e estimular a produção interna. Tais medidas são o aumento de exigências burocráticas, centralizando o controle de 47% das importações no órgão nacional Cadivi¹⁰². Por outro lado, o governo venezuelano tenta priorizar um setor da indústria em detrimento de outro, quando por outro lado tenta abrir para o setor de alimentos e de remédios. A importação de alimentos consumiu 11,4% dos dólares liberados pelo órgão em 2007. Esse percentual subiu para 16,5% em 2008¹⁰³.

Em 2007, na tentativa de defesa do capital financeiro e bancário, em detrimento do capital industrial, Chávez busca uma política de controle da produção. Tenta refrear a demanda que aumenta a inflação¹⁰⁴, mas com elevações na taxa de juros. A taxa de preços ao consumidor teve aumento de 17% para 22% ao ano entre 2006 e 2007. Criou um novo imposto de 1,5% sobre cada transação financeira.

Para solucionar o problema da escassez de alimentos, fruto da falta de produção interna, Chávez desenvolveu uma campanha que incluía o uso da Guarda Nacional para o confisco das reservas de alimentos ocultas e para deter o contrabando de alimentos da Colômbia, onde os especuladores podem vender os produtos alimentícios a preços muito mais elevados¹⁰⁵.

Segundo Jorge Martin¹⁰⁶ (apud LARSEN, 2008),

A escassez de comida é o resultado de uma combinação de fatores. Por um lado, temos a sabotagem econômica aberta da classe dominante com o objetivo de minar a base de apoio da revolução bolivariana. Os produtos são retirados deliberadamente da cadeia de distribuição alimentar; são publicadas através dos meios de comunicação histórias sobre a escassez com a intenção de provocar o pânico no seio da opinião pública. Por outro lado, os controles de preço e regulamentações introduzidas pelo governo para tentar proteger os trabalhadores reduziram as margens de lucro dos fazendeiros capitalistas, que responderam negando-se a produzir ou vender seus produtos no mercado negro e também desviam a produção para produtos que não se encontram regulamentados. Por último, a existência do mercado negro estimulou a corrupção em todos os níveis da distribuição de alimentos, incluído o Mercal, onde burocratas de diferentes níveis desviam produtos dos mercados populares ao mercado negro, onde são vendidos a um preço muito maior.

¹⁰² Comissão de Administração e Divisas. Órgão vinculado ao Ministério de Finanças.

¹⁰³ A Venezuela importa alimentos principalmente do EUA, Brasil e Colômbia. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/venezuela/importacoes_procedencia.html>. Acesso em: 27 out. 2006.

¹⁰⁴ Em 2008 a inflação no país foi de 31%. Disponível em:

<<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=ve&v=89&l=pt>>. Acesso em: 27 out. 2006.

¹⁰⁵ “A escassez vem acompanhada do aumento da inflação. Em Caracas, os preços dos alimentos aumentaram 49,9% em um ano. O preço de um quilo de cebolas é de 12 bolívares fortes [quase 12 reais], muito mais elevado que nos países centrais (onde os salários são muito mais elevados que na Venezuela). O mesmo acontece com outros alimentos básicos, como a carne, o azeite, o pimentão e o arroz. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, a “cesta de alimentos normal”, o custo mínimo de vida (ou cesta básica), subiu de 647,23 bolívares fortes, em janeiro de 2008, a 895,06 bolívares fortes, em dezembro de 2008. E tudo isto sem o aumento simultâneo dos salários, o que significa uma redução do poder aquisitivo dos trabalhadores venezuelanos”. Disponível em: <<http://www.marxist.com/venezuela-luta-contra-escassez-alimentos-continua.htm>>. Acesso em: 27 out 2008.

¹⁰⁶ Martin, Jorge. Argentino, membro fundador da campanha internacional “*Manos fuera de Venezuela*”

Todos estes fatores se acrescentam aos problemas de uma economia baseada na exportação de petróleo, onde uma classe capitalista parasitária não está interessada em produzir para o mercado nacional e onde uma grande parte da agricultura está concentrada em poucas empresas capitalistas agrárias que vendem seus produtos no mercado mundial. Como resultado desta situação, a Venezuela se vê obrigada a importar 70% dos alimentos que consome.

Os latifundiários venezuelanos agem de acordo com os interesses das grandes cadeias de supermercados que têm muitos laços com as distribuidoras e produtoras multinacionais de alimentos, fazem isso controlando e não produzindo, ainda hoje. Apesar das tentativas do governo de criar cadeias de supermercados alternativas, elas se mostraram totalmente inadequadas. Por um lado, há poucas lojas e, com frequência, enormes filas de espera. Por outro lado, com frequência, os produtos básicos não são encontrados no Mercal ou PDVAL¹⁰⁷. Também ocorrem casos de corrupção e contrabando por parte dos burocratas no Mercal, como dissemos acima¹⁰⁸.

Outros membros do gabinete do governo Chávez após 2007 marcam sua ligação com a pequena burguesia, ou classe média. Principalmente após 2005, 2006 e 2007, Chávez procurou agregar mais professores, economistas, advogados e ainda militares a seu governo. Por exemplo: na direção da Mercal e como Ministro da Alimentação, Chávez colocou o general José Rafael Oropeza Reyes; no Ministério das Relações Exteriores¹⁰⁹, colocou o sindicalista e membro MVR, Nicolás Maduro; como presidente da Assembleia Nacional, colocou Célia Flores, advogada e esposa de Nicolás; e como Ministro do Interior e Justiça, Pedro Carreño, diplomata Sargento da Força Aérea venezuelana.

Apesar do problema da escassez de comida e falta de produção interna, a Venezuela cresce economicamente mais que outros países da América Latina como Argentina, Brasil, Uruguay etc.¹¹⁰

Joseph Stiglitz (Nobel de economia) elogiou o crescimento da economia (9% ao ano) venezuelana, devido ao aumento no preço do petróleo. As atividades petroleiras aumentaram devido ao aumento na produção da PDVSA e das empresas mistas. As atividades não-

¹⁰⁷ Desde 2003, o governo Chávez controla os preços dos alimentos na Venezuela por meio de intervenção estatal, mesmo assim, até 2008/2009, as principais fábricas do setor, agem contra as regulações. Por exemplo, a Polar, a Cargill etc.

¹⁰⁸ Por outro lado, em 2009, para tentar dinamizar o parque industrial nacional, o governo Chávez assinou um contrato com doze países, dentre eles o Brasil, para criar duzentas fábricas estatais. Fábricas de vestimentas, equipamentos, alimentos etc. para possibilitar a criação de bens de capital nacional e iniciar um processo de industrialização no país.

¹⁰⁹ O professor Vladimir Aguilar Castro (2008), em entrevista, afirmou que após 2007 Chávez buscou apoio nas universidades, junto aos intelectuais. Aguilar Castro, por exemplo, a partir deste período começou a trabalhar no Ministério de Relações Exteriores.

¹¹⁰ Para isso ver Cepal.

petroleiras que mais cresceram foram: comunicações 24%, construção 11,7%, serviços e comércio.

Esta fração da burguesia que se beneficiou durante o governo Chávez é a chamada burguesia interna. Segundo Poulantzas, em *A crise das ditaduras*¹¹¹, em países dependentes do capital estrangeiro, cujas relações com o centro do imperialismo se dão em virtude das formas que assumem as importações atuais de capitais estrangeiros e o processo de industrialização dependente, devido ao atual processo de internacionalização da produção e do capital, há o predomínio desta fração da burguesia que ele chamou de *burguesia interna*, composta por setores produtivos - indústria de bens de consumo e setor de indústria de construção - mas que também se estendem a áreas que dependem deste processo de industrialização como transportes, circuitos de distribuição (capital comercial) ou mesmo de serviços (principalmente turismo) (POULANTZAS, 1976, p.37).

Poulantzas (1976) explica ainda que, apesar de a fração da burguesia interna ser dependente do capital estrangeiro, apresenta contradições importantes porque se sente frustrada na repartição do bolo da exploração das massas, ou seja, a transferência da mais-valia se faz em detrimento dela e a favor do capital estrangeiro e seus respectivos agentes, chamados por Poulantzas de burguesia compradora (ou oligarquia, frações cujos interesses estão inteiramente subordinados aos do capital estrangeiro, funcionando como ponte e intermediária direta para a implantação e reprodução do capital estrangeiro no país, suas atividades se concentrando nos setores financeiros, bancários e comerciais).

Por se concentrar nos setores industriais, a burguesia interna¹¹² se interessa pelo desenvolvimento industrial por meio da intervenção estatal, que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e a tornaria mais competitiva diante do capital estrangeiro.

Não se trata, no seu caso, de uma verdadeira burguesia nacional, de uma burguesia realmente autônoma em relação ao capital estrangeiro e que poderia tomar parte ativa numa luta anti-imperialista pela independência nacional efetiva [...]. O desenvolvimento desta burguesia interna coincide com a internacionalização do capital, enfim com a reprodução induzida das relações capitalistas dominantes no interior mesmo das diversas formações sociais (POULANTZAS, 1976, p.37).

Sua fraqueza política demonstra que ela não pode assumir, na maior parte do tempo, a hegemonia política sobre o bloco no poder, que é da burguesia financeira. Para romper com a

¹¹¹ Apesar de o autor estar analisando alguns países europeus dependentes, como Grécia, Portugal e Espanha, acreditamos que esta análise nos proporciona subsídios para entender o processo também na Venezuela, mas levando em consideração suas especificidades.

¹¹² Sabemos que também a burguesia interna não é de todo homogênea. Existem as diferenças entre os setores monopolistas e os não-monopolistas. Para isso ver Poulantzas (1976).

própria configuração dominante do bloco, ela precisa do Estado que permite uma solução negociada e permanente através da representação orgânica das diversas classes e frações no bloco. A burguesia interna na Venezuela, composta pela fração industrial e comercial, ocupa espaço ainda no bloco no poder e são frações reinantes durante o governo Chávez, como observamos no controle político nas regiões opositoras de Zúlia, Táchira, Carabobo, mas a hegemonia é da fração financeira.

Além da burguesia comercial, da burguesia industrial ligada à indústria petroleira, que no governo Chávez teve o preço do barril de petróleo multiplicado por seis, nenhuma outra fração das classes dominantes acumulou tanto lucro quanto o bancário. A bolsa de Caracas vem batendo recordes com crescimento dos bancos em 43%, ao passo que as fábricas crescem em média 10%, segundo dados do Ministério das Finanças.

O setor financeiro, conforme Vladimir Aguilar (2008), é o mais perigoso para o processo venezuelano. Isso porque o Estado deposita seus fundos em bancos privados, em sua maioria de capital europeu, como BBVA e Santander. O Banco Nacional Venezuelano é controlado fundamentalmente por militares que têm relações com grupos estrangeiros, afirma o autor.

Segundo Aguilar, há uma burguesia emergente na Venezuela, com alianças com governo anterior da IV República, *puntofijista*. “Nasceu do governo Chávez uma burocracia que tem o controle do aparato do Estado e que agora busca controlar os meios de produção entre os quais está por suposto, o setor bancário. Uma burocracia cuja tendência é converter-se em burguesia” (AGUILAR, 2008).

Conforme Petras (2001), os interesses externos dos EUA e Europa na Venezuela são representados no Estado, por meio dos banqueiros do Banco Central. Na Venezuela, o presidente do Banco Central é Gastón Luis Parra Luzardo, antigo presidente da PDVSA na época do primeiro “*paro*” opositor. Os bancos conseguem seus maiores lucros facilitando a concentração e centralização do capital, por meio de operações de fusão e de “aquisições”, cobrando taxas de assessoria e subscrevendo os financiamentos das fusões e aquisições (PETRAS, 2006). Esta característica dos bancos é própria da fase imperialista, conforme vimos no primeiro capítulo com a análise de Lênin.

O patrimônio bancário triplicou desde que Chávez se elegeu. Segundo Ramón Mayorga (representante venezuelano no BID), a colaboração entre os bancos privados venezuelanos e o governo Chávez é altamente lucrativa, devido às altas taxas de juros e pela transferência dos mecanismos de créditos aos bancos privados. Os principais bancos venezuelanos estão tomados pelo capital espanhol. Foi durante o governo Chávez que se criou a Sudeban (Superintendência

de bancos e outras instituições financeiras), uma entidade do Ministério das Finanças, com o objetivo de evitar crises bancárias. Mesmo os principais bancos de capital espanhol se beneficiando com uma inflação de 20%, existe uma parcela de capital nacional investindo e se beneficiando na Bolsa de Caracas.

A taxa de juros no país é de em média 17% ao ano, a inflação varia de 20 a 30%, chegando a 31% em 2008. O crescimento econômico chega em 8% ao ano.

O diretor do BCV (*Banco Central Venezolano*) em 2006 com a reeleição de Chávez, Domingos Maza Zavala, respondendo às últimas notícias sobre a possibilidade de se tirar a autonomia do Banco Central venezuelano, disse à rede de TV Globovisión que o fim da autonomia impediria o banco de exercer suas funções, entre elas a de manter o valor da moeda do país (o Bolívar). "Para poder exercer suas funções, o banco central precisa ser autônomo. A principal função do banco é manter o valor da moeda, tanto em seu poder aquisitivo interno como internacional, além de regular a liquidez." (ZAVALA apud DIRETOR..., 2007).

Esta afirmação liberal do diretor do BCV favorece tanto o capital internacional, quanto o mercado negro da moeda nacional que varia muito. Enquanto \$1 dólar custa em média 2,15 Bolívares fortes, no mercado negro pode custar de 3 a 5 bolívares fortes.

Entretanto, burocratas do governo Chávez, como, por exemplo Maza Zavala, Gastón Parra Luzardo, presidente do Banco Central até 2008 quando faleceu, dentre outros, defendem o nacional-desenvolvimentismo, por meio de um protecionismo do estado e políticas de substituição de importação, ideais desenvolvidos por teóricos da Cepal, como Raul Prebisch¹¹³.

Em seu programa semanal *Aló Presidente*, Chávez chamou a atenção para o nível recorde das reservas internacionais, superiores a 35,5 bilhões de dólares, e o “risco país” que havia baixado para 212 pontos, o que demonstraria o êxito da política econômica de seu “governo revolucionário”¹¹⁴.

Boito Jr. (2006), analisando o Brasil, afirma que nesta fase do capitalismo onde há a hegemonia do capital financeiro, “esta fração do capital se valoriza conservando a forma dinheiro”, ou seja, posse dos títulos da dívida pública, fornecimentos de empréstimos ao consumidor a taxas altíssimas, empréstimos dirigidos aos assalariados etc.

Segundo os dados da *Valor Económico on line (2008)*, o sistema financeiro foi um dos maiores beneficiados no governo Chávez. O setor permanece intocado pelo governo e sua

¹¹³ Por outro lado, em 2007, Chávez coloca Rodrigo Cabezas para Ministro das Finanças. Cabezas é um inversionista representante do capital financeiro internacional. Possui um empresa S.A. na bolsa de valores, a *Khorner Producciones*.

¹¹⁴ Programa *Aló Presidente*, 2006.

“revolução bolivariana” e dominado pelo capital europeu. Para termos uma ideia, segundo estes dados:

Em 1996, dois anos antes de Chávez ser eleito, o banco nacional privado correspondia a 50,8% dos ativos do sistema bancário; os bancos públicos abocanhavam 26,5%; e os estrangeiros, 22,7%. Era uma consequência da crise bancária entre 1993 e 1994, que levou o governo a encampar diversas instituições. No ano passado, os ativos do sistema financeiro privado estavam em 61,5% do total, o dos bancos públicos caíra para 10,5% e o dos estrangeiros saltara para 27,9% do total. (FELICIO, 2008).

Conforme indicam os dados, em 2007 os ativos dos bancos privados e estrangeiros cresceram. O sistema financeiro cresceu 43,9% em 2006, e 20% em 2007, representando assim um crescimento maior que os setores de transporte, construção civil e indústrias.

Segundo o levantamento da empresa *Economática*, os dois bancos monopolistas venezuelanos superaram os brasileiros e os americanos. O *Banco Venezolano de Crédito*, controlado pelo espanhol BBVA, obteve um rendimento sobre o patrimônio de 46,2%. O banco de Venezuela, controlado pelo Santander, conseguiu 41,4%.

Conforme Dirán Sarkissian, presidente da subsidiária na Venezuela da Standart Bank (banco norte-americano), os depósitos durante o governo Chávez aumentaram em 600% (\$106 milhões) e também houve um aumento nos cartões de crédito. Em 2002, os bancos do país eram os mais lucrativos da América Latina. Quando o petróleo caiu, a administração Chávez lançou bilhões de dólares em valores de alto rendimento, ou seja, dívida doméstica paga aos bancos.

Segundo economistas da oposição ao governo, como Orlando Ochoa, executivo da corretora *Interacciones Casa de Bolsa*, a intermediação de títulos de dívida teria garantido uma rentabilidade artificial para o sistema financeiro devido ao sistema que se sustenta pelo congelamento do câmbio a 2,15 bolívares fortes desde 2005.

Os títulos públicos são comprados em moeda nacional pela taxa oficial e negociados no exterior com desconto sobre o valor de face. Ainda assim, ao retornarem à Venezuela, garantem grandes lucros, pela arbitragem cambial, já que a reconversão se faz por um valor intermediário entre a taxa oficial e o que seria a do paralelo [...], o mecanismo começou a funcionar com a negociação dos papéis da dívida argentina adquiridos pelo governo venezuelano, em 2003. Mas depois evoluiu para as chamadas notas estruturadas, uma composição entre títulos de dívida venezuelanos, argentinos e equatorianos. Deste modo o governo cria um bom negócio na intermediação dos papéis, ao mesmo tempo em que consegue conter a liquidez interna. (FELICIO, 2008).

Por outro lado, a Associação Bancária da Venezuela (ABV), representante deste setor patronal, explica que a alta do setor financeiro desde 2004 não é fruto somente das negociações com títulos de valores, mas principalmente é fruto dos créditos. Segundo a ABV (apud FELICIO, 2008), entre 2002 e 2003, a parcela referente à negociação com títulos subiu de 40,3% para 58,4%. Caiu para 47,4% no ano seguinte e para 40,5% em 2005, subiu para 42% em 2006, mas caiu para 31,6% em 2007. Já a parcela referente aos créditos elevou-se de 59,7% para 68,4%.

Ainda segundo o economista Ochoa, mas em entrevista para Paranaguá (2007) do *Le Monde*, o controle de câmbio e a venda de divisas, no momento em que o dólar vale o dobro da cotação oficial no mercado paralelo, mais uma inflação de 20%, propiciam o predomínio de uma estrutura de corrupção, onde se obtêm lucros em curto prazo, que está ao alcance dos banqueiros, comerciantes, altos funcionários e dos militares situados em postos-chave.

Segundo o economista, diversos banqueiros tradicionais, como Victor Vargas Irausquin (*Banco Occidental de Descuento*) e Victor Augusto Gill Ramirez (*Banco Fondo Comun*), obtiveram rapidamente os seus lucros e o seu acesso às altas esferas do poder. Este caso foi repetido também com os empresários Danilo Diaz Granados e o tenente Arne Chacón, (irmão de Jesse Chacón, amigo próximo de Chávez no exército, e antigo ministro do Interior, agora Ministro das Telecomunicações). Arne Chacón comprou metade do Banco Baninvest, apesar de declarar apenas seu salário de oficial das F.A.

O fato de o governo Chávez defender os interesses da fração bancária-financeira pode ser também explicado na medida em que analisamos o caso de financiamento de campanha nas eleições de Chávez à presidência em 1998, do Banco Bilbao Viscaya, BBVA. Segundo os executivos do banco, o conselheiro delegado José Goirigolzarri declarou para a justiça espanhola que houve o financiamento da campanha eleitoral de Chávez com US\$ 1,5 milhão. Na Venezuela este caso foi arquivado e negado, já que na época, o financiamento de campanha era algo proibido pela lei venezuelana.

Segundo Vladimir Lênin (1929), o específico do Estado Capitalista é que qualquer pessoa, detentora ou não dos meios de produção, pode ocupar cargos de governo, diferentemente do que ocorria na sociedade feudal. No capitalismo, quem governa é um grupo especial de homens que representam uma ou mais frações de classe. Mesmo esta fração não estando diretamente no aparelho de estado, pode estar indiretamente, por seus representantes. Este “grupo especial de homens” poderia, portanto, ser composto no capitalismo, pelos economistas, professores, sociólogos, advogados e até operários que em algum momento se tornam governantes.

A defesa de interesses de certas classes e frações pode ser delimitada no momento das alianças para a composição de quadros políticos para uma eleição, por exemplo. Como o Parlamento é rotativo, este “grupo especial de homens”, segundo Lênin (1929) estabelece contatos e alianças, quando uma fração, por exemplo, financia a campanha de um candidato em específico, este, em contrapartida, defende em grande medida seus interesses dentro do aparelho estatal por meio das diferentes políticas de Estado.

Conforme observamos, a burocracia de Estado na Venezuela, principalmente neste período, ocupa importante papel no Governo Chávez. Um grupo político que dá a direção da política venezuelana. Uma burocracia civil e militar.

Para podermos entender esta composição política durante o governo Chávez, precisamos definir teoricamente, de acordo com Poulantzas (1977), a chamada classe detentora e classe reinante. Por classes ou frações reinantes, Poulantzas entende as frações politicamente dominantes, cujos partidos políticos se encontram presentes nos lugares da cena política, ou seja, classe reinante é a que governa, a que é eleita por meio do sufrágio universal. Já a classe detentora é a que detém o poder político, é detentora do poder do aparelho de Estado, a classe ou fração permanente que recruta o pessoal político, burocrático, militar etc., que ocupa as “cúpulas” do Estado.

Segundo Poulantzas (1977, p. 245), a classe ou fração reinante pode não só não ser hegemônica como não fazer parte do bloco no poder: uma classe que tem o estatuto de classe aliada deste bloco pode, durante um tempo, ser classe reinante.

Classe aliada é aquela que em determinados momentos se alia politicamente aos membros do bloco. “A aliança pode funcionar entre as classes ou frações do bloco no poder, ou entre uma delas, por um lado, e uma outra classe ou fração, por outro. Um caso frequente dessa aliança é, por exemplo, a relação da pequena burguesia com o bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, P.236). A aliança no plano político não quer dizer que exista também no plano econômico, ao contrário, coexiste uma luta intensa contra a pequena burguesia. A classe aliada pode, em determinado grau da conjuntura, fazer parte do bloco, sem com isso transformar a forma do Estado.

No governo Chávez, observamos a presença da pequena burguesia aliada, por meio da burocracia de Estado, que assume, neste momento, papel político e não só mais técnico. O elemento particular na Venezuela durante muitos anos do século XX e novamente com o governo Chávez é o papel de definição de políticas desempenhado por setores da Força Armada que dirige o Estado. A burguesia cede em alguns momentos, mas não completamente seu poder

político. Aqui, a pequena burguesia é não só a classe detentora, como parte da burocracia permanente, mas se exerce nesta determinada conjuntura, o papel de classe reinante.

Para Lênin, em *O Estado e a Revolução* (2007), a burocracia do Estado é composta pela pequena burguesia que se encontra no aparelho burocrático e militar e se submete à grande burguesia, como o autor analisou no caso da Rússia em 1917. Para o autor, “é precisamente a pequena burguesia que se deixa atrair pela grande burguesia e se subordina a ela, graças a esse aparelho que dá às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes etc., empregos relativamente cômodos, tranquilos e honoríficos, cujos titulares se elevam acima do povo” (LÊNIN, 2007, p.48).

Para Nicos Poulantzas, em *Classes Sociais no Capitalismo de hoje* (1975a), na sociedade capitalista estes técnicos, burocratas, funcionários públicos formam a chamada nova pequena burguesia. A ideologia comum da pequena burguesia, como classe intermediária, é o reformismo, o individualismo e o fetichismo do poder. Reformista, porque é anticapitalista, mas não revolucionária; Individualista, porque busca mobilidade social nos negócios e Fetichismo de poder na medida em que esta classe vê o Estado com forte tendência em ser neutro, com papel de juiz entre as diferentes classes sociais (POULANTZAS, 1975a). Para Eric Olin Wright (1981), o individualismo que caracteriza esta classe é carreirista, voltado para a mobilidade organizacional.

Para Poulantzas (1975a), esta classe é a nova pequena burguesia¹¹⁵ porque os artesões e pequenos comerciantes formam a pequena burguesia tradicional, que não pertence ao modo de produção capitalista, mas à forma de produção simples, que tem diminuído na sociedade capitalista e em seu lugar tem surgido a nova pequena burguesia (técnicos, supervisores, funcionários públicos, empregados de escritório etc.).

Nestes momentos em que a burguesia tem dificuldade em governar e a classe aliada, pequena burguesia, ocupa a cena política, o Estado se apresenta “acima das classes”, demonstrando o fetichismo do poder, ideologia da pequena burguesia, e o controle do Estado é centralizado no presidente, para com isso mobilizar as massas, algo parecido ao que houve durante o bonapartismo.

Segundo Saes (1998), a burocracia organizada segundo as regras do burocratismo¹¹⁶ (“legitimidade, racionalidade”) pode se apresentar, como representante do Povo-Nação, um

¹¹⁵ Para Saes (1985), a pequena burguesia pode ser chamada de classe média.

¹¹⁶ “O burocratismo representa uma organização hierárquica, por delegação de poder, do aparelho de Estado, que tem efeitos particulares sobre seu funcionamento [...]. É precisamente o burocratismo que, em primeiro lugar, atribui à burocracia, no funcionamento do aparelho de Estado, o seu caráter de unidade, e que assim a constitui como categoria específica: é ele, fusão da ideologia dominante e das estruturas do Estado capitalista, que permite à

“corpo neutro” encarnando o interesse geral, legitimando assim o governo capitalista, cujo funcionamento político é mascarado.

A burocracia constitui uma categoria social específica, é devido à unidade própria que apresenta no seu funcionamento como grupo social, e à sua autonomia relativa face às outras classes sociais, tanto às classes a que pertence como às classes dominantes. Essas características decorrem de uma formação capitalista, em primeiro lugar do burocratismo como resultante da ideologia dominante e do Estado; em segundo lugar, das relações da luta de classes com esse Estado. (POULANTZAS, 1977, p.344).

A autonomia relativa da burocracia face às classes dominantes se dá pela estrutura do Estado capitalista e pela luta de classes. Conforme Poulantzas (1977), não dispondo a burocracia de poder próprio¹¹⁷, sua autonomia é a que incumbe uma aparência de independência do Estado face à sociedade. Marx, quando analisou o *18 de Brumário*, percebeu que a burocracia sob a Restauração, sob Louis Philippe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, já no segundo Bonaparte, o Estado parece ter se tornado “independente” (MARX, 1978). Esta autonomia relativa da burocracia francesa durante o bonapartismo se dava porque “a classe burguesa já havia perdido, e a classe operária não tinha ainda adquirido a faculdade de governar a nação”.

Uma característica importante ao se analisar a burocracia é a questão da legitimidade:

A legitimidade desse aparelho de Estado, em virtude do seu funcionamento hierárquico por delegação de poder, e do fetichismo de poder contém, por exemplo, elementos carismáticos referentes à autoridade suprema de um chefe-vértice da pirâmide estatal, tendências para o isolamento do aparelho face à representatividade popular etc. Essa legitimidade própria da burocracia não é, contudo, senão uma forma particular de legitimidade burguesa, que caracteriza a dominância do executivo (POULANTZAS, 1977, p.352).

Ao observarmos o caráter carismático do presidente Chávez e a centralização das decisões no executivo, entendemos a legitimidade do Estado capitalista na Venezuela. Esta legitimidade coincide, salvo as particularidades históricas, com as formas bonapartistas de Estado. A legitimidade da burocracia depende de esta se constituir numa conjuntura concreta, como força social, como tal assumir um papel próprio na ação política, o que nem por isso lhe confere um poder¹¹⁸.

burocracia, a despeito das divergências de atribuição de classe das suas diversas camadas, funcionar como categoria social” (POULANTZAS, 1977, p.345).

¹¹⁷ A burocracia não é uma classe. No capitalismo todas as classes podem compor a burocracia, mas na maioria das vezes, por ser uma seleção meritocrática, é a pequena burguesia ou classe média que compõe a burocracia.

¹¹⁸ Apesar de em determinados momentos a burguesia ceder em parte, o poder político não o cede completamente. O poder não está no Estado, mas sim na classe, portanto, mesmo em conjunturas em que a pequena burguesia

Segundo Poulantzas (1977, p. 354), a constituição da burocracia como força social depende:

Do papel, dominante ou não, do Estado no conjunto das instâncias: o que se verificou, sobretudo na Alemanha, e em grau menor na França, quando a burocracia constituiu uma força social no quadro geral do papel dominante que frequentemente incumbiu o Estado. Depende também da situação concreta da luta de classes; [...]. O mesmo se passa nos casos de desorganização política particular das classes dominantes- crise de representatividade partidária na cena política [...] ou nos casos de constituição como forças sociais das classes da pequena produção, do campesinato, particularmente do parcelar e da pequena burguesia.

Nestes casos, a burocracia erige-se como força social, funcionando como “representante política” das diferentes classes. Desempenha assim um papel que é o apoio que dá pelo burocratismo, a formas particulares de Estado, por exemplo, como afirmou Marx (1978), o apoio dado pela burocracia no aparelho de Estado na França de Louis Bonaparte.

Assim podemos também analisar a Venezuela sob o governo Chávez, que se legitima pelo seu caráter carismático e pelo burocratismo. Apesar de haver fissuras no bloco no poder, entre as frações do capital interno e internacional, como, por exemplo, nos primeiros anos de governo, quando a Fedecámaras, organismo patronal que representa diversos setores como indústria comércio etc. estava contra o governo, inclusive participando do golpe, e após 2004, com as diversas conciliações, principalmente a burguesia interna industrial aceitou como legítimo o governo. Também observamos o capital petrolífero internacional que em um primeiro momento abriu luta e fez dois *Paros*, e o golpe de Estado, posteriormente, aceitou novos acordos e contratos.

O governo Chávez se apresenta, portanto, como estando “acima desta luta de classes”, principalmente entre as classes populares, que analisaremos mais adiante, onde a burocracia tem imprimido um caráter político ao processo, proporcionando espaços mais organizados às classes populares.

No tópico seguinte, analisaremos como a luta no interior do bloco durante o governo Chávez se estabelece e se concilia contraditoriamente por meio da política e atividade petrolífera durante a chamada “Revolução Bolivariana” e com isso analisaremos as complexas relações entre o governo Chávez e o capital imperialista do setor petrolífero.

governe o Estado, o poder ainda é da classe dominante, da burguesia. “Pode ocorrer, de fato, que muitos líderes políticos passem a formar opinião bastante desfavorável em relação a tal ou qual ramo de negócios. [...] Tudo isso, porém, não implica consequências sérias [...] os governos buscam naturalmente ajudar os negócios e os homens de negócios” (MILIBAND, 1972, p.97). Miliband quer dizer com isso que os interesses empresariais e de proprietários têm sido defendidos por governos no capitalismo avançado, mesmo quando há ocasionalmente governos, para cujos membros isso parece não acontecer, em virtude do plano de governo ou retórica oficial de seus partidos ou líderes.

3.3.1 Os conflitos imperialistas em torno do petróleo sob a “Revolução Bolivariana”

Conforme vimos no capítulo II, historicamente, em alguns governos o Estado perdeu espaço de controle na arena petroleira e em outros ele ganhou. Os benefícios concedidos a diferentes frações do capital comercial, industrial e financeiro, demonstradas no tópico anterior e os acordos realizados com o capital internacional petrolífero, proporcionaram margem de manobra para o Governo Chávez continuar com sua política petroleira que tanto gerou conflito nos primeiros anos de governo.

De qualquer forma, conforme vimos, apesar de aumentar a porcentagem do Estado por meio de divisão dos lucros e centralizar as decisões em instituições internas à PDVSA, as empresas estrangeiras continuam se beneficiando, mas por meio de outros contratos, os de empresas mistas, joint ventures etc. Além disso, o governo Chávez busca novos contratos petrolíferos, com outros países, para diminuir sua dependência em relação aos EUA.

Segundo Carlos Fazio (2004), a Venezuela, durante o governo Bush Filho nos EUA, foi a peça-chave da petropolítica deste país. Para ele, um dos objetivos do golpe era privatizar a PDVSA em benefício de uma sociedade estadunidense vinculada à família Bush e à companhia espanhola Repsol, vender a filial Citgo International ao magnata Gustavo Cisneros e seus sócios nos EUA além de suprimir a reserva do Estado venezuelano sobre os recursos do subsolo para entregá-los ao capital transnacional.

O convênio petroleiro com Cuba (Acordo Energético de Caracas) gerou grande conflito com os EUA, com um discurso ideológico de “prejuízo ao patrimônio nacional”, em que a “Venezuela está presenteando petróleo ao governo de Fidel Castro”.

Durante muitos anos, o monopólio estatal tem sido a grande fonte de riquezas na Venezuela, para burocratas, políticos e empreiteiros. Segundo dados de Fazio, a tecnoburocracia que maneja os segredos da indústria ganha salários altíssimos entre 100 mil e quatro milhões de dólares anuais, mais benefícios. Para ele, “foi a caixinha da Ação Democrática e do partido social-cristão COPEI, um ninho de corrupção, de lavagem de livros de dívidas e ativos (que incluía processos viciados de fornecimento), de onde se traficava informação privilegiada e pululavam petroespões.”(FAZIO, 2004).

A Venezuela é o quarto fornecedor de hidrocarbonetos aos Estados Unidos, depois de Canadá, Arábia Saudita e México. Segundo a avaliação anual do *Petroleum and Intelligence Weekly* (Semanário Petróleo e Inteligencia-PIK) de 2001, a PDVSA se coloca em segundo lugar entre as 50 maiores corporações de petróleo atrás da companhia estatal saudita Saudi

Aramco e à frente da norte-americana Exxon Mobil. A Figura 1 mostra a quantidade de barris diários produzidos pelos principais países exportadores, membros da Opep.

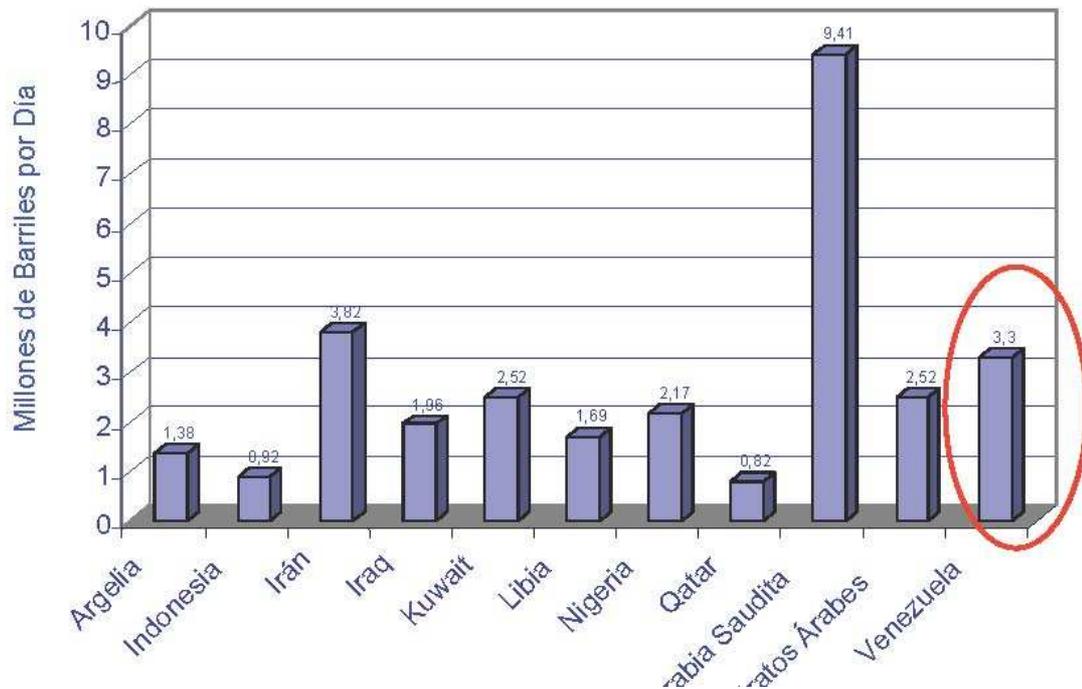


Figura 1. Produção de petróleo de países da Opep (2006).
Fonte: PDVSA, 2007.

Atrás de países do oriente Médio como Arábia Saudita e Irã, a Venezuela possui grande quantidade de produção de barril/dia. As reservas de petróleo bruto convencional venezuelano são de cerca de 77 bilhões de barris, sem contar a faixa do Orinoco, cujo petróleo “pesado e extra-pesado” calcula-se em mais de 270 bilhões de barris.

Segundo Michael Klare (2001), os EUA, para incrementar 50% seu consumo de petróleo estrangeiro, necessitam imiscuir-se nos assuntos políticos, econômicos e militares dos países de onde flui o petróleo. Essa ingerência pode assumir formas diplomáticas, financeiras, mas também militar.

Para Carlos Fazio (2004), com as reservas de energia sob comando estatal, e com fortes barreiras legais e constitucionais à participação estrangeira, surge o conflito dos Secretários de Comércio, de Energia e de Estado da administração Bush, para que as transnacionais energéticas com matrizes nos EUA possam participar na extração e exploração desses recursos.

Para isso, necessitamos analisar o caso da Citgo, filial estadunidense da PDVSA, que controla 8% do mercado interno norte-americano. Localizada na cidade de Houston, no Texas,

tem capacidade para refinar mais de um milhão de barril diário de petróleo através das redes de refinarias que possui em solo estadunidense: Corpus Christi y Houston, no Texas; Lemont, em Illinois; Paulsboro, em New Jersey; Saint Croix, na Virgínia; Lake Charles y Chalmette, na Louisiana; e Savannah, na Geórgia. Possui mais de treze mil postos de gasolina tanto nos EUA quanto em Porto Rico, o que representa 10% do mercado e a coloca entre as cinco maiores distribuidoras de gasolina, a quarta maior distribuidora de combustível para aviões e a maior distribuidora de destilados¹¹⁹. É dona de catorze mil estações de serviços sob sua filial, a 7Eleven. Em 2001 foi criada a Citgo International Latin America, que busca garantir a colocação de derivados de bruto (da marca Citgo e PDV) em nove países da região (Argentina, Brasil, Curaçao, Porto Rico, Colômbia, Equador, Peru, Cuba e Uruguai).

No período em que houve a “*Apertura petrolera*” (década de 1990, durante o governo Pérez), com o programa de internacionalização da PDVSA, estes postos de gasolina sob a bandeira Citgo já existiam. O objetivo era isentar a PDVSA do fisco e, assim, diminuir o total de recursos a ser repartido com os demais setores da sociedade venezuelana. Na segunda metade da década de noventa, a PDVSA transferiu uma média anual de US\$ 500 milhões a suas filiais no exterior (BOUÉ, 2006).

Com esta imensa rede de refinarias, a Citgo, conforme o especialista petroleiro Raphael Quiroz (apud FAZIO, 2004) em 2001, apenas deu um lucro líquido de 213 milhões de dólares.

¹¹⁹ Fonte: www.pdvsacom.com. Acesso em 26 nov. 2008.

A CITGO Corporation, embora seja uma “empresa pública venezuelana”, cria mais empregos nos Estados Unidos (250.000) que na Venezuela (40.000). A Figura 2 mostra como a maioria das empresas filiais da PDVSA se encontra ainda nos EUA.

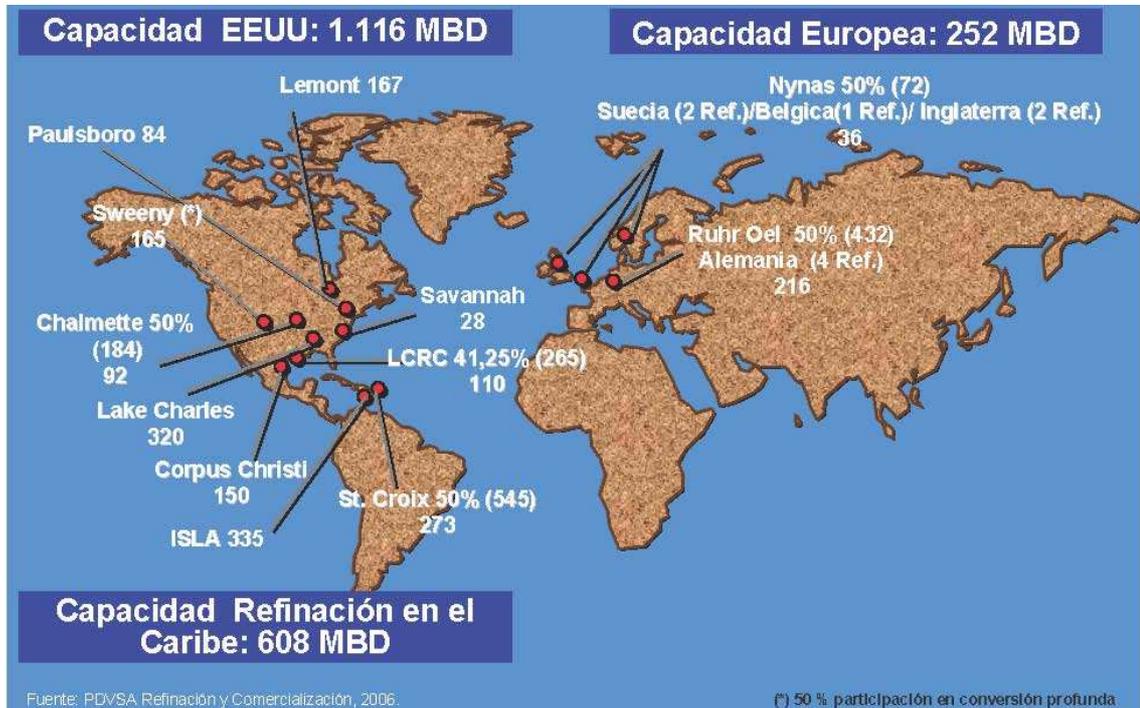


Figura 2. Filiais de refino da PDVSA no exterior.
Fonte: PDVSA, 2007.

Empresas mistas de refinação, comercialização, transporte e processamento ligadas à PDVSA se encontram em sua maioria nos EUA, por exemplo: a *Citgo*, que é 100% da PDVSA; no convênio *Chalmete Refinuy* e *Merey Sweny* com a *Conoco Philips* e com a *Exxon Mobil*, a PDVSA possui 50%; na *Hovensa* (nas Ilhas Virgens), por meio da *Hess Corporation*, a PDVSA possui 50%. Na Europa, com a *Ruhr Oil* (alemã) e a *British Petroleum* (BP), a PDVSA tem também 50% por meio da associação *Veba Oil* (refinaria). *Nynas* (Suécia e Reino Unido) a PDVSA é sócia com 50%. Na refinaria *Cienfuegos* (Caribe), possui 49%. Nas Bahamas (*BORCO*), a PDVSA possui 100% de um terminal de armazenamento marítimo.

Esta política de investir no exterior os ingressos da PDVSA demonstra também a entrada do capital financeiro na companhia estatal.

Quando Chávez se elegeu com maioria dos votos nas eleições de 1998 e em seguida assinou a Nova Constituição, foi montando seus objetivos e estratégias que defendiam interesses específicos de classes e frações de classe. Conforme vimos no capítulo anterior, um burocrata que compôs seu governo, e foi importante nesta nova composição de classes foi

Luis Miquilena. Já demonstramos sua vinculação com diversas frações, mas aqui procuramos analisar sua vinculação também com a família Bush, e com Tobias Carrero Nacar, financista venezuelano associado à Intesa (empresa que integrava a PDVSA à SAIC – Science Application International Corporation – maior empresa de pesquisa e engenharia dos Estados Unidos). A Intesa é filial da PDVSA. A SAIC é vinculada ao Departamento de defesa dos EUA e proprietária de 60% da Intesa.

A empresa tecnológica tem acordo firmado com setor federal, estadual e privado. A tradicional ligação é com o Departamento de Defesa, de Inteligência e Segurança Nacional dos EUA. Deste modo controlava toda a informação vital da PDVSA: dados financeiros, técnicos, sobre lucros e negócios. Este grupo tem como objetivo controlar a informação e os negócios da indústria, vigiar a direção política, manter relações com grupos de poder econômico e político associado à SAIC nos EUA e dar coesão aos interesses dos empresários cuja meta é manter os negócios com a indústria ou aos que derivem da futura liquidação da PDVSA (HERNANDEZ, 2006).

O corpo diretivo da SAIC foi composto por um seleto grupo de ex-militares de inteligência do exército, tais como: Willian Perry, Melvin Laud, John Deutsh, Robert Gates (estes dois últimos ex-diretores da CIA). Hoje os componentes são: Wayne Downing (comandante chefe das Forças Armadas dos EUA), Jasper Wilch (general, ex-coordenador do Conselho de Segurança da ONU) e Bobby Ray Inman (comandante ex-diretor da Agência nacional de segurança e antigo diretor da CIA).

Este controle de máquinas e tecnologia por parte do Estado foi relevante para o *Paro*, como dissemos no tópico anterior. Segundo o professor venezuelano Jose Sanz Roz (2008)¹²⁰, em entrevista em Mérida, durante o *Paro*, os tecnocratas, com conhecimento específico e secreto, pararam a empresa. Inclusive a Exxon Mobil se beneficiou por anos “roubando” petróleo por meio de tubos desconhecidos, secretos, pelo mar, pelas ilhas. Os tubos foram descobertos após o *Paro* e Golpe de estado (2001, 2002), quando o governo Chávez passa a controlar a PDVSA.

Para ele, a “PDVSA está pouco a pouco recuperando espaços” (SANZ-ROZ, 2008). A Intesa, outsourcing¹²¹ de informática, que era sucursal da SAIC (empresa norte-americana),

¹²⁰ Entrevista realizada em julho de 2008, Jose Sanz Roz hoje faz parte do PSUV, partido governista, mora em Mérida, é matemático, e foi, no início do governo Chávez, opositor, inclusive precisou sair do país porque estava sendo ameaçado. Após o golpe, ele retorna e se alia à Chávez.

¹²¹ Outsourcing designa a ação que existe por parte de uma organização para obter [mão-de-obra](#) de fora da [empresa](#), ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligado à ideia de subcontratação de [serviços](#). Outsourcing é o uso estratégico de recursos externos para a realização de atividades tradicionalmente realizadas pelos recursos e equipes internos.

como dissemos anteriormente, não existe desde 2003 quando o Estado cria a AIT (Automatización Informática y telecomunicación) que é o cérebro da PDVSA. Parte dos trabalhadores é da antiga Intesa, mas hoje tem contratos de trabalhos formais, diversos dos anteriores que eram terceirizados. A AIT se localiza dentro da Intevep, filial da PDVSA que tem como objetivo controlar a tecnologia, buscar pessoal, assistir às operações na Venezuela, assim possui certa autonomia e está dentro da PDVSA.

Em entrevista, o diretor e engenheiro da Intevep PDVSA, Leonardo Graterol, afirma que a AIT não tem tecnologia própria, mas controla os dados. Por isso a Intevep mantém relações com diversos países, relações essas de convênios de pesquisa na forma de “joint venture”¹²², com Rússia, Índia, Cuba, Brasil, EUA etc. desde fins de 2003. Com os EUA, as relações são de pesquisa com algumas universidades para desenvolver tecnologia. As grandes indústrias que prestam serviços na Venezuela na forma de joint venture são: Halliburton, Beaker, BJ e Weatherfor. Estes convênios são para obter softwares, ferramentas de perfuração, de análise, de caracterização de brutos etc.

Para Graterol (2008), a PDVSA, após a vitória de Chávez em 1998, teve várias mudanças. As mais importantes, segundo ele, são que os trabalhadores agora têm a mesma legislação (salário, leis trabalhistas etc.), controlados pelo Estado; o Estado tem mais lucros sobre a produção, exploração e comercialização; tem maior controle sobre os recursos naturais; e após o *Paro*, criou novas tecnologias como a *Orimulsion*¹²³ para explorar o petróleo na Faixa do Orinoco¹²⁴. A Figura 3 mostra as reservas de petróleo dos principais países produtores.

¹²² “Joint Venture” significa empreendimento conjunto. Associação de empresas para explorar determinado negócio sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. E o projeto quando terminado dissolve a associação.

¹²³ Orimulsion significa a mistura realizada no transporte do óleo bruto extra-pesado na Faixa do Orinoco, de 70% do bruto com 30% de água, com técnicas de filtragem e limpeza dos gases contaminantes que podem surgir. A Orimulsion é feita pela associação com a Sinovensa (Bitor/ empresa nacional chinesa), empresa chinesa, hoje através de contrato de empresa mista (MOMMER, 2004, p.2).

¹²⁴ Segundo Graterol (2008), com a Faixa do Orinoco e a tecnologia da Orimulsion, a Venezuela/PDVSA passa a ser o primeiro país em reservas do mundo (de bruto/pesado). As maiorias dos convênios de operação neste local, até a presente entrevista, são segundo ele, de empresas mistas.

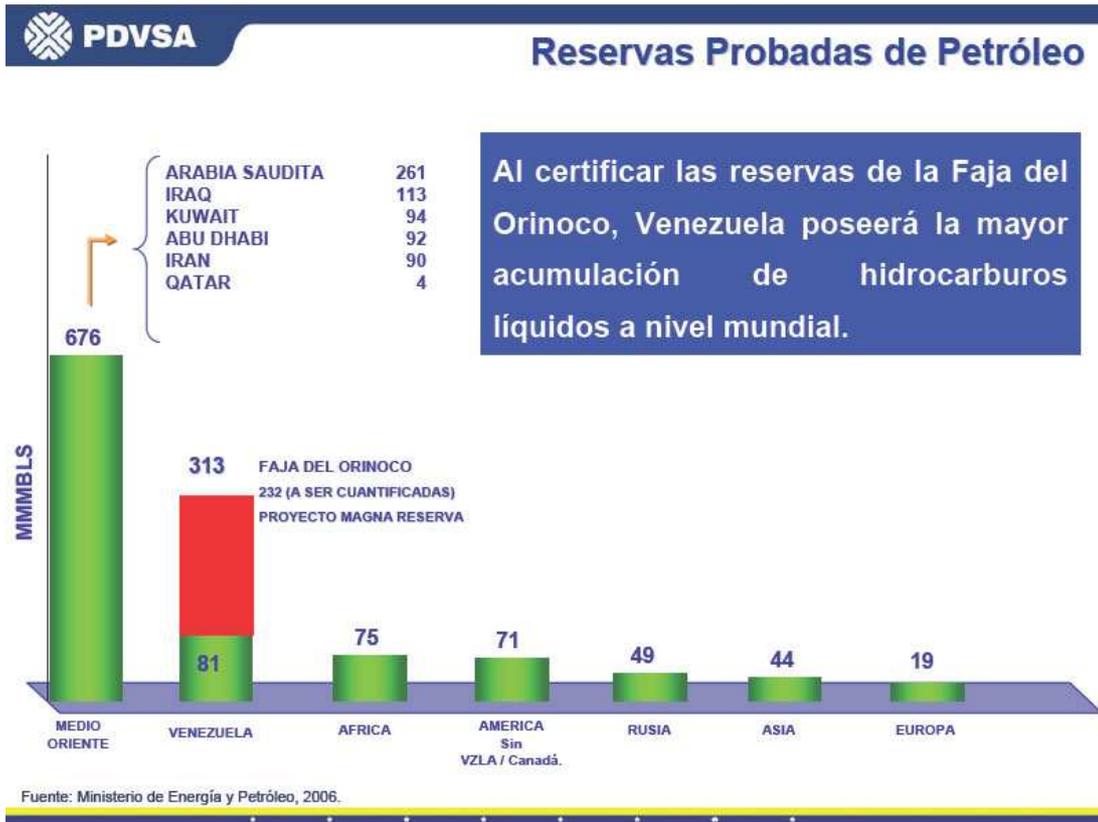


Figura 3. Reservas de petróleo dos principais países produtores.
Fonte: PDVSA, 2007.

Em entrevista na Intevep-PDVSA com Rafael Belisario (2008), engenheiro de perfuração de poços, ele afirmou que a refinação do bruto é feito na filial CITGO dos EUA. Com a Faixa do Orinoco e a necessidade de refinação do petróleo bruto desta região, a PDVSA fica mais dependente da Citgo dos EUA, filial da PDVSA, que passa pelos problemas de corrupção descritos acima.

Em relação aos lucros, Graterol afirma que antes com as associações estratégicas o Estado obtinha apenas 1% dos royalties e menos de 10% de impostos. Com a transferência destes antigos convênios para os de empresa mista, o Estado passa a ter 30% dos royalties pagos e mais de 30% de impostos pagos pelas companhias. O Estado tem a posse de mais de 51% da companhia.

Se o Estado concentra a participação acionária em 51%, os outros 49%, são segundo Hernandez, suficientes para o capital privado. Dos antigos convênios operativos só restavam um máximo de 11 anos de duração e outros 7 (como caso da Repsol e Shell). Vejamos a fala da própria companhia.

Nosotros hicimos el año pasado una propuesta de cambiar nuestro convenio operativo por una empresa mixta, porque el convenio que tenemos actualmente culmina em 2013 y como las inversiones petroleras necesitan de un plazo grande, hay que pensar em qué pasará luego del 2013 y fuimos al gobierno com la idea de convertirnos em una empresa mixta y seguir invirtiendo bajo los lineamientos de la normativa actual. (SR. SEAN ROONEY¹²⁵, 2005 apud HERNANDEZ, 2006, p.40).

O benefício do capital internacional na Venezuela se dá, segundo Hernandez (2006), por meio das empresas mistas. Para ele, entregar as novas concessões com roupagem de empresas mistas é a continuação iniciada por Luis Guisti e PDVSA, das privatizações do petróleo venezuelano mediante o qual as companhias aumentam suas reservas¹²⁶ petroleras sem serem donas formais delas, o que interessa ao grande capital.

As empresas mistas feitas pelas companhias petroleras transnacionais são as vanguardas do imperialismo nos países que possuem recursos como a Venezuela. Estas empresas, também conhecidas como Cavalos de Troia do capital petrolero internacional, são a conversão dos antigos convênios operativos. Dentre as muitas formas adotadas para se constituir empresas mistas, destacam-se os contratos de serviços, de comercialização, de tecnologia, de exploração, outsourcing, associações estratégicas etc. (HERNANDEZ, 2006). Por meio destas empresas, firma-se um contrato com o capital internacional, sujeito ao direito internacional, que deixa subentendida a autorização de intervenção militar caso não seja cumprido o “abastecimento fiel e confiável” do petróleo. Com esta nova forma de associação com o capital privado, vendeu-se boa parte dos recursos energéticos¹²⁷. Esta forma, que não é nova, tem se constituído em todos os países onde o petróleo é de “propriedade do Estado”.

Cabe ao Estado assegurar as ações por meio das inversões e riscos que, aliás, são de responsabilidade dos países donos do recurso; todavia, no momento dos lucros, estes são compartilhados com as transnacionais que se convertem em “sócias”. Rafael Ramírez, presidente da PDVSA e do Ministério de Minas e Energia, é favorável à política imperialista das empresas mistas.

As empresas petroleras que operam em escala mundial buscam associar-se com empresas que, sob esta nova roupagem, permitem e ampliam a participação do capital privado na exploração de uma indústria formalmente pública e estatal. As empresas mistas possuem

¹²⁵ Presidente da Shell na Venezuela em entrevista ao Diário Panorama em 19/05/05.

¹²⁶ Segundo Hernandez (2006), aumentar as reservas é o real valor das empresas transnacionais petroleras. O único capital que conta são as reservas, ou seja, a quantidade de reservas que possui, a cifra que observam quando se avalia uma companhia. Na Venezuela, por exemplo, para aumentar suas reservas, a Repsol YPF conseguiu assinar um acordo estratégico com a estatal PDVSA, que dá à empresa a possibilidade de duplicar suas reservas e aumentar em até 60% sua produção no país.

¹²⁷ Por exemplo, os contratos (renováveis), no caso do petróleo, são de 20 anos, de gás são 35 anos e de carbono de até 100 anos.

respaldo jurídico na Lei Orgânica de hidrocarbonetos e de gás vigentes. Em entrevista concedida pelo presidente da Shell na Venezuela, Sean Rooney, fica evidente que migrar dos convênios operativos para empresas mistas tem sido muito lucrativo, não só para a Shell como para as outras empresas que estão a fazer (HERNANDEZ, 2006).

Em entrevista com José Sanz Roz (2008), perguntamos se ele acreditava que a dependência na área petroleira e tecnológica daria possibilidade de a Venezuela romper com os EUA, já que suas relações com o capital internacional foram alteradas de associações estratégicas para empresas mistas. Ele respondeu que muitas coisas estão sendo feitas em direção ao avanço para o “socialismo”. O preço do barril subiu devido às cotas de produção, mudança na geopolítica do petróleo dando mais importância para a união das Américas com o convênio de petróleo aos países frágeis/pobres. Relações com outros países como Rússia, China e Irã, que agora fornecem também tecnologia, mas também formam técnicos; estes novos convênios não obrigam a Venezuela a ficar à parte, mas obriga a formar seus próprios técnicos. Antes destes convênios de empresas mistas com China, Rússia e Irã, 90% da tecnocracia (engenheiros/ técnicos etc.) da PDVSA se formavam nos EUA, hoje, a maioria se forma na Europa.

Perguntamos ainda se haveria uma nova burguesia bolivariana que estaria sendo beneficiada por estes novos convênios com outros países e companhias. Ele afirmou que as mudanças são difíceis de concretizar devido aos muitos inimigos da “revolução” e à corrupção. Relatou que tem amigos que trabalham na PDVSA e que afirmam que pessoas que trabalhavam antes de Chávez governar ainda estão lá. Acredita que a razão esteja em que isso tudo é “inerente ao sistema capitalista, ou seja, burocracia, ministros e militares corruptos”. Para ele, a união Petrocaribe, Petroamérica não foi criada para beneficiar esta nova burguesia, mas “há quem se beneficie do dinheiro do Estado, como em qualquer Estado capitalista” (SANZ ROZ, 2008).

Para ele isso tudo preocupa muito os EUA, porque a Venezuela em longo prazo pode não mais depender tanto deste país, mas ainda 60% das importações venezuelanas vêm dos EUA (incluindo alimentos, roupas, automóveis etc.).

Na PDVSA, a filial que se encarrega das associações estratégicas, hoje convertida em empresa mista, é a CPV (Corporación Venezolana de Petroleo).

Esta filial dirige y administra todo lo concerniente a los negocios que PDVSA realiza con empresas petroleras de capital nacional o extranjero. Esta empresa está encargada de maximizar el valor de los hidrocarbonetos para el Estado venezolano, mediante una eficiente y eficaz administración y control de los

negócios con participación de terceros, asegurando una apropiada vinculación de los beneficios con El bienestar colectivo, a través del desarrollo sustentable. (PDVSA)¹²⁸.

A estrutura do trabalho realizado pelas empresas estrangeiras na Venezuela por meio das empresas mistas é, conforme Leonardo Graterol, da seguinte maneira: uma empresa toma um campo e o explora com sua tecnologia e estratégia de exploração. Ou seja, isso nada mudou desde os tempos das antigas associações. O que muda é que os trabalhadores destes campos, que antes eram funcionários das empresas, agora são do Estado, da PDVSA, e possuem as mesmas leis e salários.

Segundo Lênin, isso pode ser característico do imperialismo que tem como objetivo a formação dos monopólios pela alta concentração e centralização do capital e da produção. Afirma Del Roio ([200_?]) que, para Lênin, o fundamento econômico-social e a peculiaridade do imperialismo capitalista estão na concentração da produção em grandes unidades técnico-produtivas (grande indústria) que promovem a socialização do processo produtivo e a concentração, também, da força de trabalho assalariada. Podemos observar que a grande indústria na Venezuela, a PDVSA, representa a concentração da produção e do capital na Venezuela e ainda a concentração do controle da força de trabalho no Estado.

As empresas estrangeiras, quando chegam ao solo venezuelano, trocam seus nomes e assumem uma ideologia nacional, com nomes indígenas e ou patrióticos. Um exemplo é a Shell Corporation, que lá se chama Perla. A busca por novos espaços e empresas é, segundo Graterol, uma estratégia da PDVSA de diversificar mercado e diminuir sua dependência dos EUA, que ainda é grande. A Figura 4 mostra os novos países na diversificação dos mercados com acordos com a PDVSA.

¹²⁸ *Filiales*. Disponível em: www.pdvsa.com

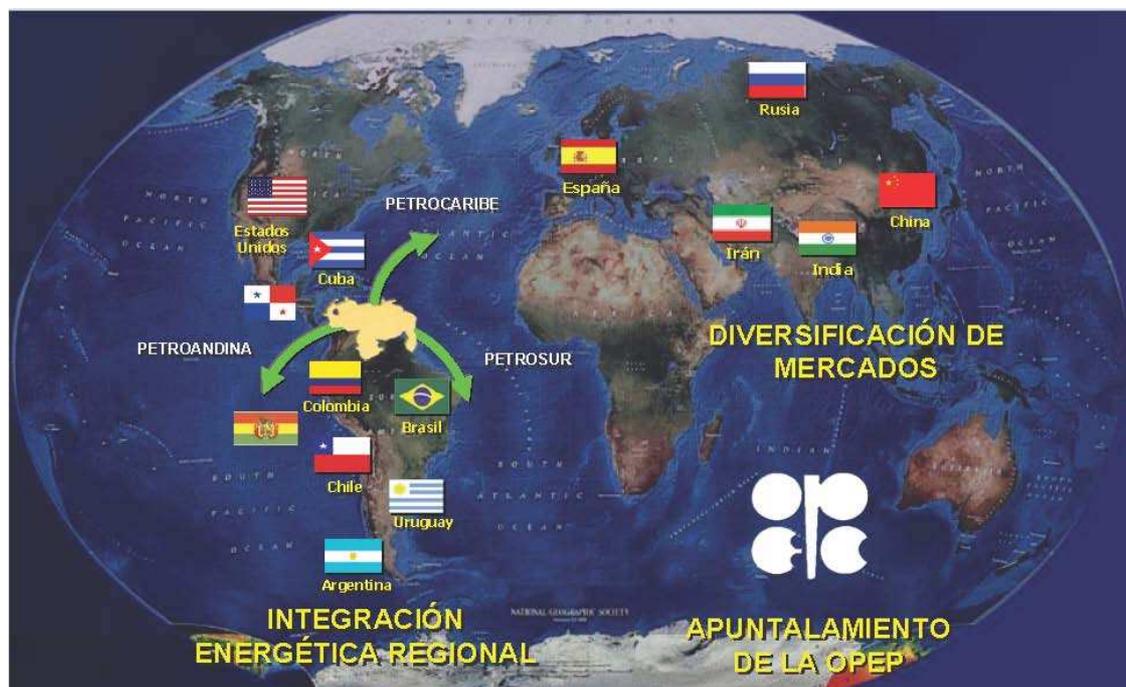


Figura 4. Diversificação dos mercados. Novos países com acordos com a PDVSA.
Fonte: PDVSA, 2007.

Para Rafael Belisário (2008), estes convênios de empresas mistas fazem da PDVSA sócia majoritária (a partir de 1 de maio de 2007¹²⁹), antes, com as associações, a PDVSA era minoritária. Além disso, a Faixa do Orinoco antes da constituição dos contratos por meio das empresas mistas tinha seu petróleo roubado. As empresas mentiam quanto à sua quantidade e qualidade da produção. Em 2007, Chávez nacionalizou este campo e transferiu os antigos convênios para os novos de empresas mistas. As relações de empresas mistas são com 17 países, dentre eles: China, Índia, Coréia, Uruguai, Argentina, Brasil, Cuba, Noruega, França etc.

A concentração do capital característico do capitalismo imperialista também se revela pela formação de empresas mistas (integradas), que recebem proteção de seus países além da formação de uniões monopolistas de patrões: cartéis e sindicatos etc. (MAGDOFF, 1978).

Ainda para Belisario (2008), a expansão da comercialização dos brutos (por meio da Petroandina, Petrosur e Petrocaribe), para outros países, tem como objetivo não depender tanto dos EUA, já que ainda 40% da exportação do petróleo venezuelano se direciona para os Estados Unidos. Além disso, tentam romper com os contratos de tecnologia que até 2007

¹²⁹ Em 2007 muitas coisas aconteceram na Venezuela: Hugo Chávez inicia seu novo mandato na Presidência da República, promove a nacionalização da CANTV e da Eletricidad Caracas, deixa de renovar a concessão para a RCTV (Raádio Caracas de Televisão). Em 02 de dezembro, Chávez perde nas urnas com sua proposta de reforma Constitucional. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em 04 ago. 2008.

vinham 80% de fora, principalmente dos EUA, França e Alemanha. A partir deste período, tentam novos contratos com China, Índia, Rússia etc.

Perguntamos a ele, se esta “transferência” também não seria uma relação de dependência. Deixar de depender de um país para depender de outro, já que a tecnologia não era formada e produzida nacionalmente. Belisario (2008) afirmou que não. A intenção do país e da PDVSA, segundo ele, é a independência. Para ele, a PDVSA, desde o governo Chávez, está muito mais ligada ao desenvolvimento nacional.

O desenvolvimentismo é defendido também pelo vice-ministro de Hidrocarbonetos, Bernard Mommer¹³⁰. Para ele, nos governos anteriores o destino do petróleo era visto pela fórmula econômica de deixar os preços com o mercado e privatizar o que fosse possível. A PDVSA tornara-se mais autônoma por meio das filiais no estrangeiro, que podiam ser vendidas a qualquer momento. A orientação de Mommer era a do ideário desenvolvimentista, em que o petróleo é um instrumento de soberania nacional, dono de potencial político único. Anuncia e defende a política petroleira como “popular, nacional e revolucionária” (MOMMER).

O nacionalismo defendido pelo governo Chávez foi já delineado no chamado *Plan Nacional de Desarrollo 2001-2007*, no qual se defendia “fortalecer a soberania nacional e promover um mundo multipolar”. Para Urrutia (2006), isso pode ser observado devido às novas alianças com China, Índia e Irã.

Na entrevista realizada com Margarita López Maya, em Caracas (2008), a autora afirmou que a política petroleira continua sendo nacionalista. Desde os anos 40 a 1975, com a nacionalização da PDVSA, para ela houve uma “luta contra as companhias petroleiras para o Estado controlar a companhia” (PDVSA). Após este período, ela analisa um processo “errático”, com a abertura petroleira e entrada das empresas estrangeiras na década de 1980-90. Chávez para ela está regressando à política nacionalista coerente com o que havia sido o Estado até os anos 1975. Continua o apoio à Opep para fortalecer os preços e as cotas que antes estavam sem limites e a Opep “para morrer”, ou seja, em condições de desaparecer (MAYA, 2008)¹³¹. Assim, neste momento, o Estado tem a capacidade de formular políticas para a área petrolífera.

Com o objetivo de concentrar no Estado o controle sobre a PDVSA, outros convênios operativos são firmados para o processo de comercialização e transporte do petróleo. A PDV Marina, filial da PDVSA, controla o transporte e a distribuição marítima. Os principais portos

¹³⁰ Mommer nasceu na França, se formou na Alemanha, tem um posto de pesquisador em Oxford e possui dupla nacionalidade: venezuelano e britânico. É graduado em matemática, com doutorado em Ciências Sociais.

¹³¹ Entrevista (gravada) com a autora durante pesquisa de campo na Venezuela (21/07/2008).

da Venezuela se encontram em Maracaibo (capital de Zulia) e La Guaira, Maracaibo, Puerto Cabello, Puerto Sucre, Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana.

A PDV Marina procura controlar os portos, entretanto, apesar de a Venezuela possuir uma parte das frotas dos navios, ainda boa parte são alugados ou trazidos pelas companhias estrangeiras, que desta forma lucram mais no transporte deste petróleo. Isso porque quem arrecada os impostos dos portos são os governos estaduais, que podem desta maneira estabelecer relações com as empresas estrangeiras. No estado de Zúlia, que produz em média 75% do petróleo venezuelano, por exemplo, o governador era Manoel Rosales¹³², principal opositor a Chávez¹³³. Até 2009, era a empresa Exterran, norte-americana, a responsável pelo convênio operativo na área de transporte. A partir deste ano, Chávez toma o controle dos principais portos de transporte e assina contrato com o Irã para a criação de uma empresa de navegação marítima para transporte de petróleo e derivados.

A empresa Exxon Mobil, norte-americana, que tinha convênios com a PDVSA, entrou em uma Corte Internacional por não aceitar as novas normas do novo governo Chávez, dos contratos de exploração de petróleo estabelecidos após a nacionalização da Faixa do Orinoco e exige o pagamento de uma compensação pela sua saída do consórcio. Ela juntamente com uma empresa italiana tentaram bloquear os ativos que a PDVSA tem na Grã-Bretanha, Holanda e Antilhas, no valor de US\$12 bilhões. A corte de Londres foi favorável à PDVSA, e a Exxon, desde 2007¹³⁴, não tem mais convênios com a PDVSA na Venezuela, mas mantém as relações comerciais no exterior. Os contratos de exploração da Faixa do Orinoco foram rompidos pela Exxon Mobil e Conoco Philips.

Este conflito, relacionado com os benefícios das empresas norte-americanas, que estariam sendo negligenciados, devido às novas regras para as empresas estrangeiras, aponta um novo embate político-ideológico com o governo norte-americano.

¹³² Hoje, Manoel Rosales é prefeito de Maracaibo, membro do partido *Un Nuevo Tempo UNT*, composto por antigos membros dos partidos AD e COPEI, (além deste partido também em oposição a Chávez temos o *Primer Justicia*). Está respondendo a um processo de enriquecimento ilícito enquanto foi governador de Zúlia entre os anos 2002 e 2004. “A promotora Katiuska Plaza afirmou que apresentou a um tribunal a acusação contra Rosales. Ela afirma que possui provas para embasar suas acusações. A Promotoria Geral informou em comunicado que o processo contra Rosales se baseou em um informe que ele apresentou em julho de 2007 à Controladoria Geral, sobre a declaração jurada de patrimônio que realizou como governador. Esse informe, remetido ao Ministério Público em 14 de agosto de 2007, concluiu que Manuel Rosales registrou fundos que não pôde justificar ante o órgão controlador” (<http://www.edmilsonsiqueira.com.br/materia.php?data=2009-03-19>).

¹³³ Sabe-se que Rosales sempre escreve artigos na mídia e se pronuncia a favor dos EUA. Por exemplo, quando Chávez sai na mídia com discurso anti-imperilista e anti-Bush, Rosales defende com discurso da necessidade dos contratos comerciais com este país.

¹³⁴ Neste ano, durante uma fala de Chávez numa reunião da ONU, ele chamou o então presidente dos EUA de “diabo”. Na semana seguinte a 7Eleven, empresa de postos de gasolina nos EUA, (filial da Citgo Corporation, maior filial da PDVSA fora do território venezuelano), parou de comprar da PDVSA. Durante a entrevista com Leonardo Graterol, perguntamos se poderia haver alguma relação entre a Chevron, Texaco e a 7Eleven, ele afirmou que sim, era provável.

Chávez e seu governo produziram propagandas nos canais de TV estatais, afirmando a participação da Exxon Mobil em casos de contaminação ambiental e apoio à guerra no Iraque. Uma das propagandas mostra imagens de pássaros mortos e do conflito do Iraque, acompanhado da frase: “Exxon Mobil: uma empresa que converte petróleo em sangue.” (VENEZUELA..., 2007).

O porta-voz adjunto do Departamento de Estado dos EUA, Tom Casey (apud EUA..., 2007) afirmou que:

O governo da Venezuela, assim como qualquer outro governo, tem o direito de tomar este tipo de decisão de mudar as regras de propriedade e outro tipo de regulamentação. Sempre queremos ver a Venezuela cumprir com suas obrigações internacionais no sentido de oferecer uma compensação justa, conforme as normas internacionais, para qualquer propriedade que passa ao controle do governo ou muda de mãos em consequência disso.

Rafael Ramirez (apud EUA..., 2007), Ministro de Energia e Petróleo da Venezuela, anunciou que as americanas “Conoco Philips e Exxon Mobil deixarão suas atividades da Faixa do Orinoco depois de assinarem um memorando de entendimento com as outras petrolíferas estrangeiras.”

Segundo Pablo Hernandez (2006), a estratégia de fusões é permitida na PDVSA, quando, por exemplo:

La propia dirigencia lo reconoce expresamente, Statoil (Noruega), le vendió el 49% del bloque asignado em la Plataforma Deltana, a Total ELF (francia). La fusión y concentración monopólica del capital privado em indústria petrolera venezolana, son de hecho legalizadas. Exxon Mobil se retiró del país y transferió sus acciones a Repsol. El próprio marco jurídico de las empresas mixtas permite la fusión entre ellas (HERNANDEZ, 2006, p.38).

Estas políticas de contratos e rescisões são características do imperialismo contemporâneo. As empresas saem dos contratos em concórdia com o governo que lhes paga uma “compensação justa” e com um acordo com as outras petrolíferas estrangeiras. Lembrando que nesta fase do capitalismo, conforme Lênin, as empresas são estruturadas em formas de grandes trustes e cartéis, que fazem associações entre si. No primeiro capítulo analisamos o caso da Standart Oil, que no início do século XX deixa uma etapa da exploração para outra empresa, mas se beneficia no transporte, ou em outra área.

Entre as empresas que, ao contrário da Exxon Mobil, aceitaram a formação de empresas mistas com a PDVSA, estão a Chevron Texaco¹³⁵, BP (British Petroleum), a Total (francesa) a ENI (italiana) a Statoil (norueguesa) e a chinesa CNPC.

O governo Bush Filho era composto por figuras emblemáticas e representantes do setor petrolífero que alguns teóricos chamam de “nova direita” ou “falcões do Pentágono”, como Dick Cheney¹³⁶, Donald Rumsfeld, Condollezza Rice¹³⁷, Paul Wolfowitz, Colin Powell etc., o que explica as diversas vezes que estas figuras foram à mídia, em conflito com as políticas de Estado para o setor petrolífero do governo Chávez.

Entretanto, sabemos que os verdadeiros “amos mundiais do poder”, como Rockefeller, os Rothschild, a Trilateral e o grupo Blinderberg¹³⁸, são espertos o suficiente para manter a ideologia deste conflito Bush-Chávez para defender seus interesses estratégicos e manter as propagandas ideológicas da mídia, que acaba por reproduzir sua posição de classe dominante (HERNANDEZ, 2006, p.83).

Até porque desde 2002, segundo os dados de Hernandez (2006), os lucros das grandes companhias petrolíferas têm aumentado como nunca antes. Para o autor, o verdadeiro golpe de Estado do capital e da PDVSA tem se consumado nestes planos nacionais e internacionais. O autor fala da política chamada “*Plan Sembrá Petrolera*”, Plano de Soberania Petrolífera, em que está inserida a política de empresas mistas.

Este plano que se propõe como política anti-imperialista, nacionalista e soberana, na prática não muda o plano do capital petrolífero internacional, através dos planos estratégicos da PDVSA (exploração, produção e refinação) e das empresas mistas, para continuar o controle seguro e confiável do reservatório venezuelano (HERNANDEZ, 2006, p.13). Entretanto, este é um mecanismo de compensação em que o Estado é dono dos recursos. A Figura 5 mostra a Venezuela como fonte de recursos estratégicos.

¹³⁵ Chevron fundiu-se com a Texaco em 2001. Com sede nos EUA é uma das grandes empresas mundiais no ramo energético, especialmente petrolífero. Chevron foi uma das empresas resultantes da divisão da Standard Oil Company. Era inicialmente conhecida como Standard Oil California, ou Socal. Fez parte do grupo das sete irmãs, hoje faz parte da Supermajor, ou Big Oil. www.chevron.com

¹³⁶ Dick Cheney foi durante o governo Bush vice-presidente da República, mas sempre galgou cargos na vida pública. É um milionário da indústria privada, principalmente vinculada ao petróleo no Texas. Cheney foi executivo-chefe da Halliburton Company (uma das maiores empresas ligada ao setor petrolífero, com contrato com a PDVSA). (dados www.vermelho.org)

¹³⁷ Também está ligada à indústria do petróleo texano. Durante 10 anos, foi diretora executiva da Chevron Texaco Corporation. (dados www.vermelho.org)

¹³⁸ Rockefeller é ligado ao setor petrolífero, Rothschild ao setor financeiro, aquisição e fusão no mercado financeiro, faz serviços a diferentes governos, corporações etc. A Trilateral está ligada à fundação Rockefeller, uma comissão composta por grandes corporações e países petrolíferos, e o Grupo Blinderberg, ligado ao grande capital internacional.



Figura 5. Venezuela como fuente de recursos estratégicos.
 Fonte: PDVSA, 2007.

Segundo Alí Rodríguez Araque (2002, p. 198), ministro de relações exteriores da Venezuela, o consumo de petróleo no mundo:

Según las proyecciones de la OPEP y también de otros organismos internacionales, el consumo petrolero llegará, de los 76 millones de barriles actuales, a más de 89 millones en 2010 y hasta 10 millones de barriles diarios en 2020. Vale decir, un incremento de 13 millones en los próximos ocho años y más de 30 millones de barriles en los próximos 20 años. De los mismos, la OPEP estará proveyendo alrededor de 50%.

A Venezuela vai continuar sendo fonte segura de abastecimento, isso devido ao aumento na produção petroleira, para cobrir o déficit do consumo norte-americano. O autor afirma que esta já era uma política discutida e enviada aos países em que EUA compra petróleo, com o intuito de abastecer os lares e as indústrias do país. Para isso, ver o plano energético dos EUA de maio de 2001, sob o nome de “*Libertad duradera*” (Hernandez, 2006).

Os EUA consomem 20,5 milhões de barris diários, entretanto, para isso, importam 12,8 milhões. No plano “*libertad duradera*”, o governo Bush-Filho delineia seus interesses em

diminuir a dependência na compra de petróleo dos países do Oriente Médio e aumentar o de outros países como a Venezuela. “Agora se entendem com clareza as declarações do Ministro e o porquê dos planos da PDVSA de elevar a produção a 5,8MMb/diário em 2012 e a mais de 7MMb/diário para 2020” (HERNANDEZ, 2006, p.24).

Margarita López Maya (2008) afirma que os constantes conflitos entre Bush e Chávez e a burguesia, responsáveis pelo *Paro*, ou pelo golpe de 2002, são causados porque o Estado controla as decisões dentro da PDVSA e antes de sua vitória quem o fazia eram os empregados (tecnocracia) da PDVSA e as grandes companhias transnacionais. Para ela, o plano da nação era utilizar o petróleo para fazer uma economia produtiva. Para dinamizar a economia, ligaria a PDVSA com outras companhias nacionais como a siderúrgica, porque antes a PDVSA comprava fora do país.

Entretanto, segundo a autora, o que houve foi uma “intoxicação do Estado com a renda do petróleo”. Não houve o que se havia planejado, ou seja, uma industrialização. O Estado “suga toda a renda do petróleo para distribuir”. A autora chama isso de *Petro-estado*.

O conceito de *Petro-estado* é utilizado por Terry Lynn Karl (*The Paradox of Plenty. Oil booms and Petro-States, 1997*), para explicar porque os países altamente dependentes das exportações petroleiras, fundamentalmente os países da Opep têm um pobre desempenho econômico e social. A autora afirma que a dependência petroleira e a debilidade institucional histórica destes países têm sido determinantes. Os direitos de propriedade não estariam definidos claramente para poder visualizar uma fronteira entre o estado e o setor privado.

Los ingresos fiscales del Estado son altamente dependientes del ingreso externo petrolero. A su vez, el hecho de que los ingresos fiscales no dependen basicamente de la economia interna, y la forma como se gasta y distribuye um ingreso que no tiene costo interno, crea incentivos que influyen em forma determinante sobre la organización institucional y política, modelando las preferências com relación a las políticas publicas, estimulando la discrecionalidad, la ampliación de la jurisdicción del Estado, el aumento del poder político concentrado y el comportamiento de búsqueda de renta. En conclusión, la base economica, la estructura institucional y las preferencias debilitan em forma importante la eficiencia de largo plazo para asignar los recursos, conduciendo a um desempeño economico pobre (HEREDIA; ALVAREZ; GOMEZ, 2000).

Cada vez mais o governo Chávez tira renda da PDVSA para importar alimentos e ou investir em programas sociais. Neste sentido, o que é específico do governo Chávez, como vimos no tópico 3.3 e 3.3.1, são o papel desempenhado pela burocracia de estado e as diferentes políticas realizadas principalmente pós 2003 em direção às classes populares, havendo um discurso anti-imperialista e mobilizador de Chávez, num período de

neoliberalismo, com políticas de privatizações de empresas e serviços públicos, abertura comercial e desregulamentação financeira (políticas de juros elevados), desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos direitos sociais.

Estas políticas adotadas durante o governo Chávez caracterizam um processo específico na América Latina. Para analisar este processo, precisamos entender o contexto histórico político que caracteriza este período sob o neoliberalismo. Para Boito Jr. (2002), em países desenvolvidos, a política neoliberal se divide em três eixos, ou chamado por ele de “círculos concêntricos”. O primeiro círculo é o externo, representado pela política de desregulamentação do mercado de trabalho e redução de direitos sociais; o círculo intermediário representa a política de privatizações; e o círculo menor e central da figura, segundo o autor, representa a abertura comercial e financeira. Para o autor, os três círculos abarcam interesses da burguesia e do imperialismo, mas cada um abarca interesses de frações de capital específicos. Assim, segundo Boito Jr. (2002):

O círculo externo e maior abarca os interesses do imperialismo e de toda a burguesia – é o círculo da desregulamentação do mercado de trabalho, da redução de salários e da redução ou supressão de gastos e direitos sociais. Todas as empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, tiram proveito, em grau maior ou menor, de maneira direta ou indireta, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. Esse é o círculo de ferro da unidade burguesa, que tem assegurado, pelo menos até o presente momento, o apoio do conjunto da burguesia ao neoliberalismo. Já o segundo círculo, o da política de privatização, favorece uma fração da burguesia [...] – o capital monopolista – e o imperialismo e, ao mesmo tempo, marginaliza o pequeno e o médio capital [...] o terceiro círculo é mais exclusivista ainda, pois divide o próprio grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder neoliberal. Trata-se do círculo menor, aquele que fica no centro da figura, e que representa a política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira, duas políticas que se encontram associadas. Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por esse círculo restrito.

Como vimos, estes círculos contemplam interesses específicos de frações de classe. A Venezuela demonstra um processo particular na América Latina sob o neoliberalismo. O círculo externo, de desregulamentação do mercado de trabalho, não foi desenvolvido pela Venezuela, ao contrário, foram criados novos direitos sociais na nova Constituição, que como podemos observar o governo Chávez não tem base material para concretizar alguns deles.

No círculo intermediário, de privatização, o governo Chávez não fez grandes vendas de empresas estatais, o que favoreceria o capital monopolista e imperialista, ao contrário, conservou em suas mãos as decisões sobre as empresas estatais e busca a reestatização de outras, o que favorece a burocracia estatal que controla as empresas públicas e o pequeno e

médio capital. Esta burocracia estatal na Venezuela defende as políticas nacionalistas, de acordo com a defesa de Prebish (apud BIELSCHOWSKY, 1988), ou seja, nacional-desenvolvimentismo por meio da política de substituição de importação e protecionismo estatal, em países em que há baixa produtividade de todos os setores, exceto exportação, como na Venezuela. Podemos observar essa defesa, por exemplo, através dos burocratas da PDVSA, como Bernard Mommer, Rafael Belisário, Maza Zavala, Parra Luzardo etc.

O círculo menor, da abertura financeira e comercial, em que prevalecem os interesses do capital bancário e financeiro, no governo Chávez houve um benefício do capital financeiro e capital bancário devido à política de juros altos, e por isso, grande crítica da fração da burguesia industrial na Venezuela num primeiro momento, mas em seguida um período de conciliação. Conforme Boito Jr. (2002),

A grande burguesia industrial interna tem algo a perder com essa política. Essa política está associada à política de juros altos que favorece o setor bancário, e isso, principalmente, de duas maneiras. De um lado, pelo fato de esse segmento, dispondo de maior liquidez que o setor produtivo, ser o principal comprador e detentor dos títulos da dívida pública; de outro lado, pelo fato de fazer parte dessa política não apenas o estabelecimento de uma taxa básica de juros elevada, mas também a concessão de total liberdade aos banqueiros para estipularem, a seu bel-prazer, os juros que irão cobrar dos empréstimos que concedem ao setor produtivo e ao consumidor – crédito no cheque especial, crédito para consumo, para investimento etc.

Como vimos, o governo Chávez em algumas características vai na contramão das políticas impostas por Washington, no famoso “Consenso de Washington” (1989), em que se divulgavam as diretrizes do neoliberalismo. Abre a PDVSA que é S.A. por meio dos convênios de empresas mistas com capital privado nacional e internacional, beneficiando o capital financeiro, mas em outro sentido, retorna para o Estado seu controle que havia sido dado às companhias estrangeiras durante a “*Apertura petrolera*”, no II Governo Pérez. Além disso, cria novos direitos sociais e abertura de espaços para as classes populares, o que faz de seu governo alvo de críticas e elogios de teóricos do mundo todo. No tópico abaixo, veremos como isso é realizado e quais os reais espaços proporcionados às classes populares durante o processo de “Revolução Bolivariana”.

3.4 As políticas sociais de Estado na Venezuela: o financiamento pelo petróleo.

As políticas de Estado em direção às classes populares durante o governo Chávez têm sido diversas. Abertura política, programas sociais, dentre outras, têm proporcionado uma

mobilização e apoio das classes populares ao governo Chávez. Com um discurso ideológico, Chávez levanta a bandeira da chamada “Revolução Bolivariana”. Observaremos como pode ser defendido, na medida em que a receita do petróleo proporciona economicamente as bases para tais ações sociais.

A partir, principalmente, da aprovação da Lei dos Hidrocarburos, em 2001, e da derrota do locaute petrolero em fevereiro de 2002 (...) o Estado passou a exercer total controle sobre a poderosa PDVSA, antes uma "caixa preta" apartada da sociedade, e reorientou os lucros da exportação do petróleo para a diversificação da atividade produtiva e para ousados programas sociais. A defesa da soberania é uma das principais tônicas da revolução bolivariana. Esta vertente marcadamente nacionalista congrega setores hoje majoritários das Forças Armadas, parcelas residuais do "empresariado produtivo" e a esmagadora maioria dos assalariados e dos despossuídos da sociedade. O nó estratégico da questão nacional é o controle do petróleo, a principal fonte de riquezas do país - responsável por 86% da pauta de exportação. Apesar desta riqueza natural, a nação vivia na miséria e era totalmente dependente do mercado externo. Segundo a FAO, 49% dos seus 24 milhões de habitantes tinham renda anual inferior a US\$ 230 e 80% vegetavam na pobreza; 70% do que os venezuelanos consumiam vinham do exterior. (BORGES, 2004, p.2).

Na Venezuela também podemos observar que a nova pequena-burguesia tem um caráter mobilizador, o que leva a uma aproximação com as massas populares. “O incremento das lutas da nova pequena burguesia é muito importante em virtude de seus efeitos particulares para os funcionários estatais, especialmente do exército” (POULANTZAS, 1976, p.58). Ela possui um caráter ambíguo dada a própria orientação nacionalista que possui. Além disso, a pequena burguesia detentora do estado na Venezuela, ou seja, a que ocupa a burocracia de Estado, possui uma função específica, a burocracia não só como categoria específica, mas como força social.

Em conjunturas específicas em que a burocracia ocupa importante papel como uma força social, a mobilização das massas é importante para legitimar o Estado capitalista. A legitimação do governo Chávez pode ser observada nas urnas. Nos diversos momentos em que levou as massas às urnas, ele obteve maioria¹³⁹. O sufrágio universal possibilita esta legitimidade ideológica burguesa. Podemos também observar isso quando as massas foram às ruas pedindo o retorno de Chávez no golpe de 2002.

A mobilização das massas é importante também para compor as classes populares como classe apoio, ou seja, classes que apoiam uma forma do estado capitalista. Conforme Poulantzas (1977), analisando a obra de Marx, casos típicos destas classes de apoios são:

¹³⁹ Somente em 2007 no referendo para aprovar novas reformas para se agregar à Constituição de 1999, Chávez não teve a maioria.

camponeses parcelares no quadro do bonapartismo, a pequena burguesia no fim do período da República parlamentar e o “lumpemproletariado” do bonapartismo.

O apoio a uma dominação de classe não é baseado em um sacrifício político dos interesses do bloco no poder, esse apoio, indispensável à dominação de classe, é baseado sim, em ilusões ideológicas. Marx, ao estudar o estado bonapartista e a classe apoio, os camponeses, afirma que este Estado não pratica nenhuma medida política em favor desta classe, apenas medidas de compromisso a fim de continuar a alimentar a ilusão ideológica. Esta ilusão assume a forma política de fetichismo de poder, conforme já dissemos anteriormente, o Estado se apresenta “acima das classes”, aparelho neutro, que poderia servir aos interesses das classes apoio.

Por outro lado, na Venezuela especificamente, o governo Chávez cedeu, concretamente, às classes populares, direitos sociais, mobilização e organização política etc. Veremos a seguir este espaço aberto às classes populares.

As principais políticas patrocinadas pelo petróleo, ou seja, pela receita da PDVSA, foram as chamadas *Missões*. Algumas destas são: a *Missión Barrio Adentro*, num convênio entre Venezuela e Cuba para levar médicos cubanos a bairros pobres da Venezuela. Depois *Missión Robinson*, missão educativa para erradicar o analfabetismo no país (também *Missión Ribas* e *Sucre* de bolsas de estudo universitário). *Missión Mercal*, com o objetivo de construir armazéns e supermercados com alimentos de primeira necessidade a baixos preços, e com isso beneficiar as cooperativas do país em detrimento das grandes empresas monopolistas internacionais do setor alimentício. *Missión Piar* para criar cooperativas e comitês de construções de casas, recuperação ambiental etc. *Missión Vuelvan Caracas*, com objetivo de transformar a estrutura produtiva do país, criar emprego produtivo e superar a dependência petroleira, e a *Missión Zamora*, com o intuito de dar conteúdo ao artigo 307 da Constituição de abolição do latifúndio.

Segundo Marta Harnecker (2004), o governo Chávez empregou as Forças Armadas nas Missões e no Plano Bolívar 2000, um plano cívico-militar (para construção de casas, escolas, estradas etc. para classes populares que durou até 2001 porque houve muita denúncia de corrupção), porque logo depois de sua eleição estava sem apoio na Assembleia.

Con esta nueva Constitución se pretende establecer que una de las funciones principales de los militares será la de participar en el desarrollo nacional, y esto ha sido sustentado por el discurso de Chávez, cuando alude al papel de esta Institución en el desarrollo y fortalecimiento de su llamada Revolución pacífica, pretendiendo dar a los militares el liderazgo de los proyectos sociales

y populares que sustentan dicho proceso revolucionario (LEONE; ACOSTA 2007, p.24).

Com a derrota do *Paro* em 2003, Chávez teve a possibilidade de aplicar leis e implementar programas e práticas sociais em direção às classes populares. Para Ellner (2006), as atividades patrocinadas pelo governo se inspiram em práticas do passado, mas põem em evidência novas metas e focos de atenção.

Por exemplo, entre as Missões, pelas quais o governo tem estabelecido políticas de Estado para solucionar alguns problemas imediatos como saúde, educação, etc., em 2005, está a missão Robinson, que tirou 1,5 milhões de pessoas do analfabetismo.

Em seguida criam-se os chamados “Círculos Bolivarianos”, que tinham como objetivo organizar e formar as classes populares. Chávez desde sua eleição teve as classes populares como classe-apoio¹⁴⁰ de seu governo, como afirmamos acima. Os chavistas de base afirmam ser independentes de qualquer partido e militam em organizações como nos Círculos Bolivarianos que durante primeiros anos de seu governo mantinham discussões políticas e tinham, como responsabilidade, convocar as bases chavistas a participar das mobilizações, como, por exemplo, no golpe de Estado em 11 de abril de 2002, em Miraflores.

Entretanto, conforme Ellner (2006), as organizações sociais chavistas têm tido vida curta. Os *Círculos*, que se baseavam nas comunidades, a *Clase media en Positivo*, que agrupava profissionais e outros que viviam em zonas prósperas e a *Fuerza Bolivariana de trabajadores* (sindicalistas) praticamente desapareceram ao ingressarem seus membros em outras organizações. No começo de 2004, algumas destas pessoas se uniram às Unidades de Batalha Eleitoral (UBE), que percorriam os bairros para as pessoas votarem *Ñão* no referendo.

Outro exemplo são as cooperativas de trabalhadores. O ministério para a Economia Popular estimula a criação de cooperativas proporcionando o capital inicial. Um exemplo foram as cooperativas de alimentos, Mercal, para competir com o principal grupo monopolístico internacional, Polar. Para desenvolver as cooperativas, Chávez distribuiu terras devido ao artigo 307 da Constituição contra o latifundismo.

Em 2006 foram criadas os Conselhos Comunais fruto dos “Cinco motores revolucionários”. O representante do Conselho Comunal de Montoya, Mérida, afirma em entrevista (2008) que antes da criação dos Conselhos ele não discutia o processo histórico

¹⁴⁰ Principalmente durante o neoliberalismo, as classes populares podem em certa medida servir de classe apoio às classes dominantes. Tanto a baixa classe média quanto a classe operária podem servir de classe apoio por meio, por exemplo, dos sindicatos organizados etc. (BOITO JR., 2003). Também Poulantzas (1977, p.239) tratou desta questão quando afirmou que a ilusão ideológica de representação, por meio das medidas de ordem de compromisso, faz com que em determinados momentos o proletariado sirva de classe apoio.

venezuelano nem a possibilidade de revolução. Para ele, os Conselhos têm tido importante papel na função da educação socialista. Além disso, para ele, esta oportunidade foi a melhor ferramenta dada ao povo para sua organização. Os Conselhos resolvem os problemas dos bairros, em relação a microcrédito, elaboração de projetos etc., com o objetivo de seguir a ideia de orçamento participativo. Apesar de os Conselhos Comuns terem sido criados “de cima para baixo”, percebemos que possibilitam a abertura de um espaço de debate e tentativas de resoluções de problemas imediatos dos bairros. Lá os moradores se organizam, discutem etc.

A palavra revolução enfeita absolutamente todos os discursos e documentos oficiais, mas na prática é um processo de cima para baixo, sem povo na rua. Até os Conselhos Comuns, que Chávez define como uma versão local dos soviets da Rússia de 1917, foram formados de acordo com instruções saídas no diário oficial (MOREIRA LEITE, 2007).

Realmente, a palavra revolução estampa todos os outdoors, documentos oficiais e discursos de Chávez. Durante a pesquisa de campo, percebemos que o país, por todos os lados divulga suas ações e o papel de Chávez, figura mobilizadora, no processo de “revolução bolivariana”.

Segundo o prefeito de Chacao, Leopoldo López (apud MOREIRA LEITE, 2007), de oposição ao governo, “o encantamento da população tem base na distribuição de benefícios materiais pagos pelo petróleo” De todas as investidas no âmbito popular, o que se percebeu foi um avanço maior em direção à erradicação do analfabetismo e uma melhoria na saúde. Entretanto, estas Missões foram alvo de muitas críticas, já que demonstraram ser um grande mecanismo de corrupção.

Vejamos outros dados abaixo sobre o país:

Mesmo com a inflação de 22,5%, o crescimento do PIB da Venezuela em 2007 foi de 8,4%, o mais alto da América Latina, enquanto o salário-mínimo ficou em 286 dólares (no Brasil, com todos os aumentos do Governo Lula, é de US\$ 194,00). Já o desemprego, que era de quase 30%, em 1998, quando Hugo Chávez chegou ao poder, situou-se em 6,75%. Esses dados foram apresentados durante o informe de gestão ante a Assembleia Nacional, sexta-feira, 11/01/08, pelo presidente da Venezuela, para quem o crescimento econômico tem sido constante nos últimos quatro anos, com uma média, nesse período, de 11,8%, percentual que o coloca entre os mais altos do mundo. (AGÊNCIA BOLIVARIANA DE NOTÍCIAS, 2008).

A seguir demonstraremos na Tabela 1 alguns destes dados comparando-os aos dados de antes do governo Chávez.

Tabela 1 – Comparação de dados econômicos antes e com o Presidente Chávez

Atividade	Antes do governo Chávez	Durante Governo Chávez
Habitantes	24 milhões	26 milhões
Renda	US\$ 230	US\$ 372 (+US\$180 vale-alimentação)
Pobreza	80%	37%
Consumo/importação	70% dos produtos	70% dos produtos

Fonte: FAO¹⁴¹, 2009.

Conforme vemos durante o governo Chávez os índices de pobreza diminuíram no país segundo os dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução dos índices de pobreza

1998	55% população encontrava-se na situação de pobreza
2001	45% da população
2003	62% da população (devido ao Paro petrolero e a crise gerada)
2005	43% da população (queda novamente)

Fonte: Wilpert, G.¹⁴²

Para Steve Ellner, entre investir no desenvolvimento econômico e na industrialização do país ou no setor social, o governo Chávez privilegiou o segundo na divisão da renda obtida com o petróleo. “No curto prazo, programas de desenvolvimento econômico teriam dado resultados mais rápidos, mas a prioridade era o social”. O relatório da Cepal de 2008, que aponta a diminuição da pobreza na América Latina, indica que os programas sociais foram os responsáveis pela queda no número de pobreza na Venezuela. (VENEZUELA:..., 2009). Segundo Maza Zavala, os investimentos em programas sociais ajudaram na diminuição da pobreza durante o governo Chávez.

¹⁴¹Disponível em:

<http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/country_profiles/en/Venezuela_e.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2008.

¹⁴²Ainda segundo o autor, durante a IV República, a pobreza marcava 80% da população. (WILPERT) Disponível em: <www.rebellion.org>. Acesso em: 4 ago. 2008.

Conforme Moreira Leite (2007), o governo Chávez possui uma política compensatória de benefícios à classe média e às classes populares que “transforma a bolsa família do governo Lula no Brasil, em esmola”.

O governo garante crédito universal para todo cidadão interessado na casa própria. O crédito para a compra de automóveis zero-quilômetro está garantido até para estrangeiros que residem no país. Os aluguéis foram congelados há três anos- só em 2006 a inflação foi de 17%. Nos bairros pobres, mães carentes recebem salário mínimo mensal- superior a R\$ 500- a título de ajuda. Num bairro de Caracas, onde vivem cerca de 5 mil adultos, 400 mães recebem este benefício. (MOREIRA LEITE, 2007).

Além disso, nos bairros populares o governo mantém ainda casas de alimentação que fornecem comida de graça, pavimentação das ruas e construção de escadarias nos morros, reforma de residências etc. As reivindicações não são mais por meio de enfrentamento político com o Estado, mas este Estado desenvolve algumas políticas de abertura para desmobilizar as classes dominadas. Por exemplo, quando o governo cedeu a licença de uma rádio comunitária na favela de Cátia, em Caracas.

Em entrevista com diretor da Catia TV, 2008¹⁴³, Miguel Lopez, podemos observar como o Estado está inserido em todos os espaços populares. A Catia TV se envolve também com os Conselhos Comunais e com as Missões. Para eles é um mecanismo de luta e protagonismo político, e todos podem participar fazendo TV.

Outra política de Estado que favoreceu uma camada das classes populares foi a expropriação de algumas fábricas sob controle operário e em regime de co-gestão com o Estado. Exemplos disso foi a Venepal (venezuelana de papel, hoje Invepal); a Central Nacional de Válvulas no estado de Miranda, hoje denominada Inveval, sob controle operário em um Conselho de Fábrica; , a Invetex (Venezuelana de têxtil), que é dividida em sociedade (estado e o proprietário Mishkin); e a Alcasa (alumínio) e a Sanitários Maracay, ambas sob controle operário.

Para Margarita López (2008), a ocupação de fábricas na Venezuela não é uma coisa nova, que surgiu durante o Governo Chávez, entretanto, durante seu governo tem terminado mal. Segundo a autora, a ideia é boa, mas o problema está na sua implementação. O governo “cria coisas e depois não lhes dá apoio, assistência, formação destas pessoas”. Para ela a explicação pode estar na incapacidade de seu governo devido seu caráter militar. Esta crítica se aplica também, para Margarita, nas políticas sociais de Estado como as Missões, reforma agrária, Conselhos Comunais etc.

¹⁴³ Entrevista realizada durante pesquisa de campo em julho de 2008.

Para Eduardo Molina Campano (2008)¹⁴⁴, a ocupação de fábricas foi resultado do Paro 2003, em que muitas pequenas empresas fecharam, mais de mil, e os trabalhadores, com o objetivo de assegurar seu posto de trabalho, ocuparam-nas. Para ele, foi uma ação espontânea. A Inveval (de construção de válvulas, que provê válvulas à PDVSA), por exemplo, estava em luta desde que ocuparam a fábrica em 2005, e o governo cedeu à luta dos trabalhadores, nacionalizando¹⁴⁵ e expropriando a fábrica, resultado da política divulgada em 2005, pelo governo Chávez, em que “fábrica fechada, fábrica ocupada”.

Isso porque primeiramente a forma jurídica da empresa era de co-gestão, ou seja, 49% das ações estão nas mãos das cooperativas dos trabalhadores e 51% nas mãos do Estado, como no caso da Invepal. Para Molina Campano, os trabalhadores viram o problema que a co-gestão causava, ou seja, começa a se criar um interesse particular como nos pequenos proprietários, convertendo-se em uma forma capitalista, pela competição, mentalidade capitalista etc. Assim sendo, reivindicavam 100% das ações nas mãos do Estado e gestão dos Conselhos de fábrica nas mãos dos trabalhadores.

Com esta afirmação, Molina Campano faz uma crítica a Heinz Dietrich, teórico venezuelano que não vê estes problemas das cooperativas, crítico de Chávez. Para Molina Campano, esta crítica é a mesma que fez Marx à Lasalle em seu texto *Crítica ao programa de Gotha*, escrito em 1875.

As ocupações de fábrica são uma promessa de reais mudanças na Venezuela, entretanto, são fruto da luta de classes e da organização do proletariado. Por outro lado, segundo os operários, uma parcela da burocracia do Estado, ligada à PDVSA, boicota a indústria em relação à venda das válvulas, que deveriam ir para a estatal petroleira, principalmente, ao invés de prover a matéria-prima como havia sido combinado, a burocracia deixa a empresa parada. Os operários desta indústria estão organizados em um Conselho de Fábrica, mas participa do partido do governo, o PSUV.

Mesmo com estes programas desenvolvidos durante o governo Chávez, que estabelecem novas metas e orientações, percebemos que em sua essência não altera as relações de produção existentes na Venezuela. Ou seja, não alteram ou até agora não alteraram as bases materiais em que se assenta o país, qual seja, o da propriedade privada e da exploração do capital sobre o trabalho.

¹⁴⁴ Entrevistado em Mérida, Venezuela, durante a viagem em julho/2008 (19/07/08), para pesquisa de campo. Molina Campano é mestre em Ciências Políticas pela ULA e doutorando pela UCV, membro da Corrente Marxista Internacional.

¹⁴⁵ Outras empresas nacionalizadas durante o governo Chávez foram a Eletricidad Caracas e a Cantv (o Estado venezuelano comprou as ações na Bolsa de Nova York). Esta compra da Cantv melhorou as condições para o monopólio da *Telefonica*.

Para Molina Campano (2006, p. 89):

Sin duda alguna, nadie puede negar el esfuerzo reformista del nuevo Gobierno Bolivariano, ni por parte de la izquierda y ni por parte de la derecha; negarlo constituye una gran hipocresía. A pesar de ello tenemos que afirmar que los resultados no han sido suficientes para transformar la estructura sócio-económica del país, que todavía vive en su mayoría en la pobreza, el desempleo, la indigência, la inseguridad, y em la dependência externa tanto de productos primários como secundários.

Ainda, conforme o autor, apesar de ser a Venezuela em essência um Estado capitalista, este novo governo ajudou a aumentar o nível de organização e consciência das massas. Por isso Molina vê a necessidade de uma direção marxista revolucionária com táticas de expropriação capitalista e vinculada às massas para dirigir o processo e caminhar para a transição.

Por outro lado, o Estado capitalista, quando organiza e mobiliza o proletariado, não o faz de modo tranquilo, já que esta mobilização pode sair de seu controle.

Com o objetivo de organizar as bases “chavistas”, o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) foi criado na Venezuela em 13 de janeiro de 2005 durante o governo do atual presidente, Hugo Rafael Chávez Frías. O objetivo da criação deste partido foi aglutinar num mesmo organismo as diversas bases chavistas na Venezuela, que até então estavam em diferentes partidos ou até fora da organização partidária.

Para Margarita López (2008), a criação do PSUV, em 2005, teve como objetivo diminuir os conflitos no interior do bloco no poder. O movimento bolivariano para a autora estava em debilidade, além de depender da figura de Chávez. Seria preciso, portanto, um instrumento político para organizar o movimento. Com a derrota do referendo sobre a reforma na Constituição em 2007, os chamados “chavistas” passaram a pensar na importância deste instrumento político para organizar seus partidários, “desde abajo”.

A criação do partido contou com a participação de 1700 delegados. Segundo a crítica da esquerda do PSTU, o objetivo da criação deste partido foi,

Integrar todas as organizações da esquerda num único partido. A decretação do PSUV como “partido único” foi acompanhada por ataques a outras correntes do movimento. Quem não aceitasse entrar neste partido era chamado de “contrarrevolucionário”. Mas o PSUV é, desde sua própria formação, um partido burguês, construído a partir do Estado burguês e com uma direção burguesa, mesmo que sua base seja operária e popular. Também é um partido ultra-centralizado em torno de um “líder”, ou “alto comando”, com poderes totais. Trata-se, na verdade, de uma iniciativa para tentar disciplinar e controlar o movimento de massas “por cima”, como fizeram no passado governos populistas como Perón (Argentina). (PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS, 2008).

Sabe-se que o PSUV foi criado de cima para baixo, pelo próprio Estado venezuelano sob o comando do ex-tenente coronel Chávez. Conforme a publicação da CMI (2007), o partido único é um partido que tem muitos empresários em cargos de direção. O partido buscou unir antigas figuras da política venezuelana com as bases populares, que são base apoio ao governo de Chávez.

Como nos relata a própria resenha de Borges e Carvalho (2008), a criação do partido se deu quando o próprio presidente, após as vitoriosas eleições em 2006, fez um discurso afirmando a urgência da criação de um “partido forte que represente todos os venezuelanos que apoiam o socialismo”. Em seguida, após seis semanas:

5.722 milhões se filiaram ao novo partido, cerca de 36% dos eleitores do país. A meta era filiar 3 milhões, mas ela foi superada de forma impressionante. A partir daí iniciou-se o trabalho de estruturação do partido, com a construção dos núcleos, os batalhões socialistas, com no máximo 300 filiados. Foram criados 14.363 batalhões no país, reunindo pessoas que se conhecem, que são vizinhos, que apoiam a revolução bolivariana, mas que nunca tinham se organizado para discutir política. Segundo informou, os batalhões socialistas realizam assembleias semanais, todos os sábados, quase que religiosamente. Em 29 de setembro, eles reuniram mais de 1,5 milhão de aspirantes a militantes do PSUV e elegeram um porta-voz, um suplente e cinco coordenadores de comissões (ideológica, propaganda, logística, defesa territorial e trabalho social). Eles são porta-vozes, devem expressar os anseios dos filiados, e não representantes afastados da base. Hoje temos mais de 100 mil integrantes nestas comissões, que atuam de forma organizada e são a vanguarda da construção de um partido altamente democrático. Em 20 de outubro, as assembleias elegeram os 1.676 delegados ao nosso congresso fundacional. (BORGES; CARVALHO, 2008).

Segundo Franz Lee (2008, p.70), cientista político venezuelano, em todo o país foram se eleitos os futuros delegados do PSUV pelo voto popular, entretanto, muitos observadores críticos encontraram problemas neste processo. Para o autor, isso ocorreu porque o partido está infiltrado pelos oponentes do socialismo, ou seja, pelos membros dos velhos partidos políticos e pelos “chavistas sem Chávez”¹⁴⁶.

Por outro lado, Muller Rojas (apud FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS, 2008), membro suplente do PSUV e atual vice-presidente do partido, afirma que “A conformação do partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) é um fato inédito na vida política venezuelana”, também afirmando isso em relação aos membros dirigentes e suplentes do partido. Não podemos esquecer que Rojas é um militar (General da Divisão de Reserva), professor de

¹⁴⁶ Podemos observar que há no interior do PSUV uma disputa interna, mas não analisaremos esta questão especificamente nesta dissertação.

Chávez durante sua formação militar, ideólogo da “revolução bolivariana”, chefe da campanha eleitoral em 1998.

Em 1999, eleito presidente, Chávez teve o apoio de vários partidos. Esta coligação se manteve até a criação do PSUV. O PODEMOS (partido social-democrata), que antes fazia parte do MVR, ficou fora do PSUV, bem como o Partido Comunista da Venezuela. Por outro lado, outras organizações bolivarianas entraram para o PSUV trazendo consigo os vícios que já possuíam. Já em 2007, o PCV (delegação de Caracas) pediu a filiação de seus militantes ao PSUV.

Conforme os dados de Margarita López Maya (2008), figuras veteranas de outros partidos entraram para o PSUV, como, por exemplo, o Aristóbulo Isturiz, Alí Rodríguez, Alberto Muniz etc.

Em 2008, o primeiro Congresso do PSUV, segundo Altamiro Borges e José Carvalho (2008), contou com a participação de 1.676 delegados eleitos em todo país, foi assistido por mais de 20 delegações estrangeiras. Do Brasil, PCdoB, PT, PCB e MST se fizeram representar e participaram de intensas e ricas atividades.

Já no primeiro dia do Congresso da J-PSUV (Juventude do PSUV), dedicado à discussão dos estatutos, houve desde uma enorme pressão das bases que queriam debates sobre política revolucionária e ter voz nas decisões. Muitos delegados se queixaram de que os documentos a serem debatidos sobre soberania alimentar e defesa militar tinham sido elaborados por dirigentes que não tinham sido eleitos e não tinham sido entregues antes do Congresso para serem discutidos com os militantes nas bases (MANOS FUERA, 2007). Além disso, queixavam-se da estrutura antidemocrática proposta pelos estatutos.

Segundo Franz Lee, (2008, p. 36), o que falta para a Venezuela é um projeto de partido revolucionário de acordo com a teoria leninista, também com influência de Gramsci. Para o autor, ainda persiste na Venezuela a ideologia *puntofijista* da IV República, portanto, os intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras são cooptados pela burguesia para a defesa de seus interesses particulares.

3.4.1 Contradições de classes na Venezuela. “Revolução Bolivariana”, organização da classe trabalhadora?

As diferentes políticas sociais relatadas no tópico anterior demonstram uma abertura de mobilização e organização das classes trabalhadoras, principalmente no que se refere às ocupações de fábrica. Entretanto, a mobilização e organização política, como vimos, dependem

da mediação direta do Estado, conforme Poulantzas (1977). Segundo a análise de Molina Campano, venezuelano, as reformas de Estado foram do ponto de vista estrutural,

Tareas de la revolución democrática-burguesa, es decir, por um lado democratizar las instituciones políticas en aras de una mayor participación de los ciudadanos (Consejos Comunales), y por otro llevar a cabo aquellas tareas históricas no completadas por la burguesía nacional, a saber, la reforma agraria, el problema nacional y la industrialización del país, con el objeto de superar la dependencia petrolera y crear riqueza mediante la explotación productiva del trabajo humano, (Ley de tierras, Misión Vuelvan Caracas, Misión Piar, Misión Zamora e Misión Ciencia,...). Es decir, un programa nacional-democrático y desarrollista al estilo de la CEPAL, destinado a convertir un país dependiente del capital internacional en un país productivo del punto de vista agropecuario e industrial que acabe con la pobreza, la corrupción de su clase política y la dependencia del mercado internacional (CAMPANO, 2006, p.106).

Na verdade, conforme analisamos nesta dissertação, o governo Chávez não conseguiu desenvolver estas ideias que o autor afirma caracterizar o Estado venezuelano. Observamos que com a defesa de alguns interesses nacionais o governo concilia os interesses da burguesia interna e da burguesia internacional.

A escolha pela via institucional de tomada do “poder”, em que a transição para o socialismo deveria ser feita pela via eleitoral em sociedades em que existe a democracia, não percebe a “resistência da burguesia, das Forças Armadas e da burocracia à transição para o socialismo...”. Nem a burguesia, nem a burocracia, nem as Forças Armadas vão ceder o Estado de forma pacífica para o proletariado para que este, por meio de reformas de Estado, transforme-o em Estado Socialista. Segundo Saes (1998, p. 148), “é negando o caráter burguês das democracias existentes no capitalismo cuja tendência pensa justificar teoricamente a sua linha política de defesa da transição para o socialismo via eleitoral.”

Conforme Poulantzas (1977), o Estado capitalista organiza os interesses das classes dominantes, mas também oculta a dominação por meio das diversas políticas de Estado. O bloco no poder permanece unido mesmo com as contradições existentes entre as diferentes frações.

Levando em consideração o texto de Lênin, *Estado e a Revolução*, em que ele analisa o processo revolucionário, de acordo com a teoria de Marx e Engels, podemos perceber que se faz necessária a supressão violenta do Estado. A experiência da *Comuna* demonstrou que “não basta à classe operária se apoderar da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”, se faz necessário derrubá-la (LÊNIN, 2007, p.56).

Ainda conforme o autor, para as classes populares cabe uma crítica ao imperialismo e seu combate por meio da luta de classes, único e necessário caminho a ser percorrido pelos que são expropriados e explorados por este sistema.

Para Eduardo Molina (2008), o governo Chávez é “centrista”, gira entre a reforma e a revolução devido à conjuntura. Por não ser marxista, não consegue elaborar táticas e métodos para o processo revolucionário. “Acreditamos que Chávez pode dar um giro à esquerda (...) superar os elementos burocráticos [...] e a transição de um Estado burguês para um Estado operário pode caminhar [...]”. Por isso Molina vê a necessidade de uma direção marxista revolucionária com táticas de expropriação capitalista e vinculado às massas para dirigir o processo e caminhar para a transição.

Para o autor, o setor da *UNT (Unión Nacional de los Trabajadores)*, sindicato criado durante o governo Chávez, que se autointitula trotskista, ao afirmar que o governo Chávez é burguês acaba se isolando das massas, dos movimentos, com este método “ultraesquerdista”.

Entretanto, conforme Saes (1998), o Estado capitalista e suas instituições representam uma concessão da burguesia às classes populares:

“Consiste em propor às classes populares, não a concretização da igualdade material, e sim [...] a igualdade política formal entre todos os indivíduos” (SAES, 1998, p.161). Com esta concessão, a burguesia tenta convencer as classes populares que:

O povo representado no Estado é o meio adequado para a transformação de uma sociedade de classes, fundada na exploração do trabalho alheio, numa democracia socioeconômica; e de que os direitos políticos constituem a condição de satisfação das suas próprias aspirações igualitárias (SAES, 1998, p.161).

Assim sendo, conforme o autor, a democracia burguesa, que proporciona não só a igualdade jurídica por meio da ideologia da cidadania, mas uma abertura às classes populares, não é resultado das intenções, nem da burguesia nem do proletariado, e sim resultado deformado de um processo de luta. Em sua leitura de Lênin, *O Estado e Revolução*, o autor vê uma dupla formulação de Lênin sobre a democracia burguesa:

Lênin afirma simultaneamente, no primeiro capítulo dessa obra, que a onipotência da riqueza está mais segura sob a república democrática, por não depender das imperfeições do envoltório político do capitalismo. A república democrática é a melhor forma política possível para o capitalismo, e que nós somos partidários da república democrática por ser a melhor forma de estado para o proletariado em regime capitalista; mas não temos o direito de esquecer que a escravatura do salariado é a sorte do povo, mesmo na mais democrática república burguesa. (SAES, 1998, p.162).

Isso quer dizer para o autor, que as instituições político-democráticas servem de instrumento da dominação ideológica da burguesia sobre o proletariado, mas também ser um fator de desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado. Assim sendo, é necessário que o proletariado entenda esta contradição própria da república democrática e possa assim utilizar em determinada conjuntura deste espaço, para se organizar em classe revolucionária.

CONCLUSÃO

Buscamos com esta pesquisa analisar a dinâmica da expansão imperialista mundial e o lugar ocupado pela Venezuela neste processo, ou seja, a reprodução interna do imperialismo, com o objetivo de demonstrar as características do governo Chávez em relação ao imperialismo e ao petróleo e os impasses político-ideológicos que permeiam seu governo.

Por Imperialismo entendemos a fase superior do capitalismo com a predominância da expansão de capitais, sua concentração e centralização pela formação dos grandes trustes e cartéis, monopolistas e oligopolistas. Neste período, o excedente do capital é investido em formações sociais mais atrasadas já que o lucro é maior devido ao capital escasso, o preço da terra e dos salários serem baixos e a matéria-prima barata.

Neste sentido, a Venezuela se situa no início do século XX como um local onde a riqueza natural, o petróleo, deveria ser explorado por este capital externo. Por meio das grandes companhias petrolíferas, o capital estrangeiro entrou no país e fez do petróleo a principal renda, responsável por quase a totalidade das exportações e por grande parte do PIB nacional. Por outro lado, a Venezuela se tornou um país fraco em matéria de industrialização, ficando dependente da importação de quase todos os produtos, inclusive alimentos.

A abertura para a expansão do capital estrangeiro no país foi possibilitado, como vimos no capítulo II, pela estreita relação entre o Estado nacional e o capital estrangeiro monopolista. A burguesia local nasceu desta ligação, ou seja, a burguesia interna é associada ao capital internacional. Os governos, ao longo do século XX, fizeram concessões de exploração às grandes companhias estrangeiras. Em determinados momentos, os royalties para o Estado aumentavam, em outros, eles diminuía. Os governos militares dominaram o Estado até praticamente os anos 1940, quando houve as primeiras eleições democráticas no país.

Nos governos militares se priorizava a abertura à indústria petrolífera privada liderada pelas grandes corporações, ideologia esta vinculada aos interesses do capital monopolista internacional. Desde os anos 1940, as relações entre a Venezuela e o capital estrangeiro, principalmente dos EUA (vinculado às companhias norte-americanas), foram em alguns momentos conflituosas. Nos governos democráticos, eram preferidas políticas que priorizassem o controle nacional sobre os recursos, com isso os impostos e royalties aumentariam.

Apesar deste conflito em relação a um maior ou menor controle do Estado sobre os recursos naturais por meio dos royalties, as bases econômicas da sociedade continuavam as mesmas.

Com o pacto *Punto Fijo* em 1958, as condições de vida melhoram devido a uma política de maior concessão às classes trabalhadoras. Os militares, durante este período, que dura quase 40 anos, saem da cena política. Este pacto teve como objetivo conter a luta de classes como estava sendo travada na década de 40, propor uma democracia liberal pró-Estados Unidos e tentar uma política de desenvolvimentismo por meio do crescimento via substituição de importações.

Com a criação da Opep em 1960, a nacionalização do petróleo e a criação da PDVSA em 1975, a Venezuela tenta controlar a produção, mas por outro lado estabelece contratos vantajosos ao capital imperialista que aceita tornar-se formalmente filial da empresa estatal para com isso controlar as associações estratégicas ou empresas mistas.

A década de 1980 foi de crise e conflito de classes. Para conter a inflação, o governo corta os gastos públicos, o PIB cai e o desemprego aumenta. Com o “viernes negro”, o valor da moeda nacional, *Bolívar*, cai e o governo Pérez assina acordo com o FMI. Este período marca a fase do imperialismo em que implementa-se o processo de “liberalização, desregulamentação e privatização”. Desta maneira, o capitalismo é predominantemente financeiro: baixas taxas de crescimento do PIB, alta valorização dos ativos financeiros, desemprego estrutural, desenvolvimento de rendimentos de origem financeira, conjuntura econômica instável, expectativa frustrada pela recuperação do crescimento econômico, deflação, aumento na concorrência internacional com a marginalização de regiões inteiras do globo (CHESNAIS, 1997).

Com as condições das classes trabalhadoras piorando devido ao aumento nos preços, há uma rebelião popular, o *Caracazo*, que proporcionou a ascensão de Hugo Chávez. A ideologia popular era de que estes governos democráticos “corruptos” não dariam conta de melhorar as condições dos trabalhadores nem assinar a tão esperada Nova Constituição, apenas o partido MVR, com a liderança de Hugo Chávez, aquele mesmo militar que tentou golpe em 1992 e assumiu, teria as condições de fazê-lo.

Com a chegada de Chávez à presidência da Venezuela em 1999, há a conformação de um novo bloco no poder, com maior abertura às classes populares. Com uma ideologia nacionalista baseado nas influências de Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simon Rodrigues, o partido de Chávez reivindica-se antiimperialista e antioligárquica. Este nacionalismo popular de Chávez busca liberdade e igualdade, mas no plano formal/jurídico próprio das democracias burguesas.

O conflito entre o governo Chávez e os EUA é fruto da nova composição do bloco no poder neste período, que privilegia alguns interesses em detrimento de outros, e também resulta

de conflitos em relação a alguns cargos e políticas de Estado. Observamos o conflito intraclasse quando analisamos no capítulo III a nova conformação do governo Chávez e as novas leis impostas pela Constituição de 1999.

O governo Chávez compôs uma aliança cívico-militar, agregando a velha esquerda venezuelana e algumas figuras da IV República. Sob uma ideologia de antineoliberalismo e de não abertura petroleira e privatização, esta composição proporcionou um espaço no bloco no poder para as classes populares no plebiscito de criação da Nova Constituição e pelas diversas políticas de Estado. Entretanto esta abertura foi limitada, o que espelha a autonomia relativa própria do Estado capitalista. Como sabemos, esta autonomia relativa faz parte da região jurídico-política em que as classes populares têm acesso ao sufrágio, soberania, políticas e representatividade parlamentar.

A abertura limitada às classes populares devido à estrutura do Estado capitalista demonstra a luta intraclasse que estava sendo travada durante a construção da nova Constituição. A nova Constituição defendia maior controle estatal na área petroleira, mudanças na área social e defesa de interesses nacionalistas e de uma política desenvolvimentista.

A nova política desenvolvimentista defende interesses específicos da pequena burguesia, mas em essência este desenvolvimento tem sido associado, já que a burguesia no país é ligada ao capital externo. Mesmo com uma política de cunho ideológico nacionalista, principalmente na área petroleira, o benefício da burguesia, como classe dominante, não deixou de ser praticado durante o governo Chávez. A fração da burguesia financeira e bancária, apesar de não participar do governo, ainda é a hegemônica no bloco no poder. As demais frações da burguesia na Venezuela, a agrária, a comercial e a industrial, apesar de estarem em diversos momentos em conflito com o governo Chávez, após 2004, têm conciliado seus interesses. Para a burguesia agrária, apesar de uma política contra o latifundismo, defendia-se a concentração na propriedade fundiária; para a burguesia industrial, foram dados alívios tributários; e para a burguesia bancária e financeira, uma abertura para a exportação de capital e criação de fundos de pensão para proporcionar o “desenvolvimento nacional”.

Neste primeiro momento, as antigas classes dominantes (latifundiários, monopólios petroleiros internacionais, burguesia comercial e industrial) entraram em conflito com o governo Chávez, inclusive membros de seu próprio governo como Luis Miquilena. Com uma política que se dirigia, em alguns aspectos (como na área petroleira e na área social) na contramão do neoliberalismo praticado durante o governo Pérez e Caldera, o governo Chávez encontrou barreiras opositoras internas. O resultado foram dois *Paros* da indústria petroleira e um golpe de Estado em 2002.

Destas insurreições da burguesia local e internacional para retirada de Chávez, o presidente sai vitorioso e com grande apoio popular. Desta maneira, percebemos que houve sim um rompimento com a ordem estabelecida durante o segundo governo Pérez e o governo Caldera. O governo Chávez centraliza as decisões por meio da burocracia, de ministérios e de representantes em cargos específicos. Por exemplo, quando rompe com a SAIC-Intesa, empresa transnacional norte-americana que dominava os dados estatísticos e tecnológicos da PDVSA até 2002 e passa este controle à uma instituição interna da PDVSA, a Intevep.

Num segundo momento (pós 2003/2004), com o país fortalecido pós-crise gerada pelo *Paro* e golpe, o governo Chávez estabelece novos acordos com as diferentes frações da burguesia no país. Desta maneira, ele se fortalece tanto nacional quanto internacionalmente.

Na TV, rádios e palanques, o discurso antiimperialista e contra o governo Bush ainda marcava o posicionamento ideológico de Chávez. Entretanto, em 2004, foi realizado um acordo entre Chávez e o monopólio norte-americano do petróleo, Chevron Texaco, demonstrando o caráter ideológico de seu posicionamento contrário aos EUA e antiimperialista.

Para seu governo, Chávez nomeia diversos militares em cargos burocráticos (ministros, governadores e responsáveis por políticas sociais como o *Plan Bolívar 2000* e as *Missiones*) para assim estabilizar seu governo e diminuir a possibilidade de novos golpes.

O governo Chávez é um governo cívico-militar, dirigido pela nova pequena burguesia e por militares, como vimos no capítulo 3, composto por uma burocracia estatal que controla os contratos de licitação em diferentes setores como alimentos, petróleo etc. e está na direção dos principais bancos (burocracia esta cívico-militar). A burocracia, como classe detentora, se torna neste momento, classe reinante. Apesar desta composição do governo, o bloco no poder neste período é formado pela fração bancária e financeira (aumento dos lucros devido aos depósitos estatais, facilitando a concentração e centralização do capital), pela fração da burguesia comercial importadora (agrária ligada ao setor de alimentos) e pela burguesia industrial (menos beneficiada). Lembrando que o capital bancário (BBVA) financiou a campanha de Chávez à presidência em 1998 e teve durante seu governo, aumento dos lucros. O capital financeiro na Venezuela tem seus interesses priorizados, por exemplo, pela política de juros altos, inflação a 20%, investimentos em ações ou joint ventures por meio da PDVSA ou outras empresas nacionais que também participam da política de empresas mistas.

Sabemos que a burguesia industrial constantemente entrou em conflito com o governo Chávez. Até os dias atuais, em regiões opositoras como Zúlia, Táchira, Carabobo etc. onde há grande parte das principais indústrias do país, seus governadores tentam desestabilizar o governo Chávez. A burguesia industrial juntamente com os latifundiários (do agronegócio)

desta região compõe o que chamamos de burguesia interna associada ao capital internacional. Chávez em 2009 ordenou a intervenção estatal do exército em empresas do setor de alimentos, que estavam estocando alimentos para aumentar os preços e seus lucros, como, por exemplo, a fábrica de arroz da Cargill (norte-americana) e a Polar, contrárias à regulação dos preços praticada pelo Estado. Como consequência, em novembro de 2009, nacionalizou a empresa norte-americana Cargill e assinou um contrato com diversos países, dentre eles o Brasil, para criar duzentas novas empresas estatais no setor de alimentos, vestuário etc.

Em 2007, com a derrota no referendo, na tentativa de desenvolver realmente sua política de desenvolvimentismo nacional, o governo Chávez propõe políticas de substituição de importações, por meio de medidas protecionistas e de uma política fiscal para conter o avanço das importações e aumento na taxa de juros. Esta política visava beneficiar setores da burocracia de Estado, composto pela nova pequena burguesia e pelo capital financeiro, hegemônico nesta etapa do capitalismo, já que o desenvolvimento em países que não têm uma burguesia nacional é sempre um desenvolvimento associado.

O governo Chávez adotou ainda, como política, medidas para fortalecer o poder militar da burocracia do Estado, pela compra de armamentos e tecnologias, além disso, buscou novos centros como Índia China, Irã, para realizar contratos principalmente na área petrolífera, para tentar diminuir sua dependência em relação ao EUA.

O intervencionismo do estado durante o governo Chávez, por meio da fixação de preços, por exemplo, de certos alimentos, de tarifas, controle de importações, concentração da administração e da moeda (valor do Bolívar Forte frente ao Dólar), e da riqueza nacional (petróleo), gerou conflitos entre diversas frações com o governo. O conflito se deu com a antiga burguesia comercial importadora (associada ao capital externo, principalmente norte-americano), burguesia industrial e com uma parcela do capital internacional ligado ao petróleo, devido ao controle estatal e à diversificação de mercados.

Conforme concluímos nesta pesquisa, em países dependentes do capital estrangeiro, em que suas relações com o centro do imperialismo se dão em virtude das formas que assumem as importações atuais de capitais estrangeiros e o processo de industrialização dependente, a burguesia local é composta pela chamada burguesia interna. Esta burguesia é composta por setores produtivos, indústria de bens de consumo e setor de indústria de construção, mas também, estendem-se a áreas que dependem deste processo de industrialização como transportes, circuitos de distribuição, capital comercial ou mesmo de serviços (POULANTZAS, 1976, p.37). Ela está associada ao capital externo, assim sendo, qualquer conflito com este capital representa um conflito também com seus interesses.

Assim sendo, podemos observar com esta pesquisa que na Venezuela o conflito intraclasse que se estabelece durante o governo Chávez é entre a pequena burguesia nacionalista, que em parte abriu espaço para as classes populares, e a burguesia interna, que defende seus interesses específicos, mas não pode romper com a burguesia internacional devido ao processo de acumulação mundial. Apesar de tentar uma política protecionista defendendo a indústria nacional, esta depende de matéria-prima que às vezes é produzida fora de seu país. A burguesia interna é fraca e se submete à burguesia internacional, sobretudo no setor petrolífero, PDVSA, pela sociedade de ações, joint venture. Apesar de defender uma indústria nacional estatal e pública, o país não tem tecnologia própria para administrar a empresa, ficando assim dependente do capital internacional para a extração/ perfuração de poços/ etc. do petróleo, que é realizado por meio das empresas mistas.

Entretanto, o nacionalismo defendido pelo Estado venezuelano defende o petróleo nas mãos do estado (principalmente da nova pequena burguesia que compõe a burocracia de Estado), porque nas mãos dos trustes, como estava durante os governos Pérez e Caldera, representaria uma drenagem de riqueza apenas para o exterior, para isso a necessidade de monopólio do Estado.

O conflito com os EUA se deu neste mesmo momento, quando o governo Chávez cria novas leis orgânicas de hidrocarbonetos que retornam o monopólio das decisões para o estado e principalmente quando rompe com a SAIC-Intesa (empresa norte-americana de tecnologia) que controlava todos os dados da PDVSA. Entretanto, pós-2004, no referendo para tirar Chávez, em que o presidente sai vitorioso, as grandes empresas transnacionais fazem acordos com o governo e por meio das empresas mistas, forma de associação típica do imperialismo, continuam lucrando.

Com a centralização das decisões na burocracia estatal, o proletariado petroleiro passa a trabalhar formalmente e com leis iguais e específicas, melhores que as anteriores com período de abertura petroleira, que defendiam a supressão dos direitos sociais e a terceirização do trabalho, fruto da política neoliberal.

A política de diversificação de mercados também gerou conflitos com os EUA porque representam em longo prazo um perigo para os EUA, já que a Venezuela sempre foi fonte segura de abastecimento. Entretanto, este conflito ainda não chegou ao ponto econômico fundamental. Nem a Venezuela, nem os EUA rompem a relação, um depende do outro.

As decisões centralizadas no Estado também proporcionam aumento nos royalties pagos ao Estado, o que aumenta salários e benefícios da burocracia e aumenta os investimentos em projetos sociais de Estado, beneficiando assim as classes populares.

Assim sendo, na contramão do neoliberalismo, o Estado venezuelano proporciona uma abertura às classes populares. Percebemos isso quando analisamos, no último capítulo, as diversas políticas de Estado em direção às classes trabalhadoras, realizadas com a receita do petróleo. Conforme analisamos, o governo em que a burocracia possui não só o poder técnico, mas político, ou seja, esta categoria surge como força social, há a necessidade de uma mobilização ideológica da classe operária e das massas populares. Foi assim na Venezuela durante o governo Chávez. As classes populares desta maneira se tornaram classes de apoio ao governo Chávez. Sabemos que o nacionalismo, defendido pela nova pequena burguesia, defende o reformismo, o individualismo e o fetichismo do poder e busca a autodeterminação do Estado (ALMEIDA, 1995).

Na Venezuela, onde predomina a direção da pequena burguesia, da burocracia e o burocratismo, o projeto político, contraditoriamente, atende aos interesses de setores populares e da burguesia, mas não propõe uma ruptura radical com o capitalismo, mas, mesmo assim, avança na luta das massas.

O conflito com os EUA também foi observado pelo rompimento do contrato em 2007 pela Conoco Philips e Exxon Mobil que não aceitaram as conversões dos antigos contratos para os novos em forma de empresas mistas. Entretanto, os contratos rompidos com a PDVSA só foram realizados dentro da Venezuela, já que aqueles contratos com as filiais da PDVSA feitos no exterior foram mantidos. Também observamos que este rompimento foi só num setor, o de exploração de poços, na medida em que a rescisão foi feita em concórdia entre os grandes trustes do petróleo que estão na Venezuela, política comum desempenhada nesta etapa do capitalismo, como vimos também no capítulo I.

Durante a pesquisa, observamos o importante papel desempenhado pela burocracia (camadas médias) no Estado, que defende a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, de acordo com os moldes da concepção desenvolvida por Prebisch na Cepal, mas na prática podemos ver que ocorre um desenvolvimento associado ao capital internacional. Avaliamos mudanças na política interna devido à correlação de forças, o que possibilitou um maior espaço para as classes populares, mas não na política macroeconômica que continua sendo rentista petroleira.

A grande especificidade do governo Chávez do ponto de vista político é a grande politização do movimento operário e popular. Percebemos isso por meio da criação dos Conselhos Comunais, das ocupações de fábricas, da liberdade de manifestação na TV comunitária etc. Como sabemos, a abertura às classes populares significa um perigo para a burguesia, já que elas podem se organizar e se rebelar. Assim sendo, mesmo havendo aumento

dos direitos sociais, o Estado controla as diferentes organizações: Conselhos, partido, ocupações, etc. Quando os trabalhadores reagem de forma crítica em relação ao governo, ele reage com a força, reprimendo militarmente os movimentos.

Concluimos, portanto, que, durante o governo Chávez, apesar de haver um posicionamento ideológico e político anti-imperialista contra os EUA, porque defende os interesses políticos da nova pequena burguesia nacionalista, no plano econômico este conflito não se realiza na medida em que os contratos com os trustes internacionais do petróleo ainda são realizados, até pelo lugar ocupado pela Venezuela na divisão internacional do trabalho. O processo chamado por muitos teóricos e pelos chavistas de “revolução bolivariana”, em seu limite, demonstra uma nova correlação de forças e conformação do bloco no país, mas não um processo de revolução socialista.

Por isso as classes trabalhadoras na Venezuela devem ter consciência da contradição existente neste período, o de que a democracia no país, em seu limite, atualmente abre espaço para sua organização. Além disso, a tomada do poder de estado via eleitoral, com a ideologia de transformar o Estado por dentro, não se concretiza na medida em que existe o limite estrutural do Estado capitalista. Por isso há a necessidade da supressão violenta do Estado capitalista na Venezuela.

A revolução pela via institucional se mostrou inconcebível na história. A classe burguesa mesmo com as diferenças de interesses específicos das frações não vai ceder, pela via institucional pacífica, o poder para os trabalhadores.

Se entendermos revolução, do ponto de vista marxista, como acima mencionado, como as bases necessárias para a construção do Socialismo, pela dominação política da classe explorada, a tomada do poder estatal de forma violenta e sua destruição, então, a Venezuela, durante o governo Chávez, em seu limite, abre espaços para este caminho por meio de uma maior conscientização e organização das classes trabalhadoras, principalmente no que se refere às ocupações de fábrica.

Podemos concluir também que a ocupação de fábricas no sistema capitalista, e aí se insere a Venezuela, tem um limite, que é o limite estrutural do próprio sistema capitalista. Ou seja, a fábrica ocupada pelos operários, aqui entrevistada, a Inveval, sofre um boicote do Estado sob o governo Chávez na produção e na circulação da mercadoria produzida, quando não entrega a matéria-prima necessária ou quando não compra as válvulas para a PDVSA, conforme contrato pré-estabelecido.

A intenção de aglutinar os interesses das classes populares no Estado, por meio da criação do PSUV, não demonstrou até agora ser suficiente para organização das classes

trabalhadoras, na medida em que este partido foi criado “de cima para baixo” e aglutina interesses burocráticos.

O governo Chávez faz parte da atual conjuntura, qualquer conclusão fechada não levaria em consideração a possibilidade da reversão por meio da luta de classes. Sabemos que um governo dirigido pela pequena burguesia pode ou girar para a abertura às classes populares, ou pode, como já aconteceu algumas vezes na história, se fechar para o fascismo, por exemplo.

Ou seja, para que na Venezuela o processo de revolução socialista seja realmente desenvolvido, faz-se necessário que as classes trabalhadoras se organizem e tomem consciência da contradição inerente ao sistema capitalista em regimes democráticos. A derrota da dominação burguesa só é possível na Venezuela pelo proletariado, que é a única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de realizar esta tarefa.

O objeto desta dissertação é um processo que ainda está em curso, assim sendo não temos como denominar nem caracterizar, já que, em aberto, podem acontecer diferentes situações. Buscamos com esta dissertação contribuir para uma análise crítica do atual processo bolivariano, do ponto de vista da luta de classes. Como já dissemos, o rumo deste processo só a história e a luta de classes poderá nos dizer.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BOLIVARIANA DE NOTÍCIAS. 10/02/2009 Disponível em: <www.abn.info.ve>. Acesso em: 14 abr. 2009.

AGUILAR, V.C. La tortuosa configuración hegemônica en Venezuela. *Revista Herramienta*, E. Antídoto: Buenos Aires, año VII, n. 21, 2002. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-imprensa/revista-herramienta-n-21>>. Acesso em: 27 out. 2006.

_____. El Caracter de La ofensiva Del capital y su incidência en Venezuela. *Revista Herramienta*, E. Antídoto: Buenos Aires, año VIII, n.25, 2004. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-imprensa/revista-herramienta-n-21>>. Acesso em: 27 out. 2006.

_____. *Entrevista a Mariana de Oliveira Lopes (Durante II Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina, 2006. Entrevista realizada no Centro de Letras e Ciências Humanas CCH-UEL. 20/09/2006).*

ALMEIDA, L.F. Apontamentos sobre imperialismo, soberania e anti-imperialismo na alvorada do século XXI. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.9/10, p.67, 2003.

_____. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.

AMORIM, C.S. *Arbitragem como mecanismo alternativo na solução de conflitos pertinentes a contratos de concessão no Brasil junto ao setor de petróleo e gás natural*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Fundação Dom Cabral, Rio de Janeiro, 2006.

ARAÚJO, R.P. *Por uma análise comparativa dos hodiernos processos políticos da Bolívia e Venezuela: liderados respectivamente pelos mandatários Evo Morales e Hugo Chávez*. 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213034609_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2008.

AYERBE, L.F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

AUKEN, B.V. *As perspectivas da América Latina (Parte 2)* 2006. Disponível em: <www.wsws.org>. Acesso em: 21 ago. 2006.

BANCO CENTRAL DA VENEZUELA *Balanço geral sistemas bancários*. 2006. Disponível em: <www.bcv.org.ve>. Acesso em: 30 out. 2006.

BAPTISTA, A. El capitalismo rentístico petrolero: elementos cuantitativos de la economía venezolana. *Cuadernos Del CENDES*, ano 22, n.60 p.95-111, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BLANCO, C. *Revolución y desilusión: Venezuela de Hugo Chávez*. Madrid: Catarata, 2002.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E.(Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07BOITO Jr..pdf>>. Acesso em: 30 out. 2006.

_____. A difícil formação da classe operária. In _____. et al. (Org.). *Marxismo e Ciências Humanas*, Cemarx, Xamã, São Paulo: 2003. p. 329-347.

_____. Neoliberalismo e burguesia no Brasil. *Revista PUCVIVA*, n.19, 2002. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r19_r12.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

BORGES, A. *Venezuela: originalidade e ousadia*. São Paulo: Anita, 2005.

_____. Venezuela: conquistas e revolução. *Rebellion*, 11 ago. 2004. Disponível em: <www.rebellion.org/noticias/2004/8/3190.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2009.

_____. ; CARVALHO, J.R. O nascimento do PSUV na Venezuela. *Correio da Cidadania*, 18 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1325/>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

BOUÉ, R.C. *El programa de internacionalización de petróleo de Venezuela S.A.* 2006. Disponível em: <www.pdvsa.com>. Acesso em: 30 out. 2006.

CABALLERO, M. *La gestación de Hugo Chávez: 40 años de luces y sombras en la democracia venezolana*. Madrid: Cataratas, 2000.

CAMPANO, E.M *Qué es y hacia donde va la revolución bolivariana?* Caracas: Imprenta de Mérida; IMMECA, 2006.

CÂMARA AUTOMOTRIZ DA VENEZUELA. 2007. Disponível em: <<http://blog.newscomex.com/2007/11/venezuela-limita-importao-de-carros.html>>. Acesso em

CANO, W. Venezuela: limites para uma nova política econômica. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.11, n.1, p.95-127, 2002. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/download/revista_18/04-Cano.pdf>. Acesso em: 30 out. 2006.

_____. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

CARQUEZ, F. *Critica a la experiencia histórica Del 23 de enero*. Caracas: UCV, 1989.

CATANI, A. M. *O que é imperialismo*, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

CHAVEZ. H.R.F. Pacto de Punto Fijo: El fin. *Rebellion* 2004. Disponível em: <www.rebellion.org>. Acesso em: 30 out. 2006

CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação financeira. *Revista Praga*, São Paulo: Hucitec, n. 3, p. 19-46, 1997.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE-CEPAL. *Anuario Estadístico de America Latina e Caribe*, 2008. Disponível em: www.cepal.org.br. Acesso em: 5 fev. 2009.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. [Caracas]: M. Cultural, 2000.

CORONADO, R.D.R. *Informe Del Comisario De PDVSA*, Ejercicio económico del año de 1999, Fondo Editorial Dario Ramirez. Disponível em: < www.pdvsa.com >. Acesso em: 18 out. 2006.

DEL ROIO, M. *O capital além do imperialismo*, ([200_?]). Disponível em: <http://www.mhd.org/artigos/delroio_imperialismo.html>. Acesso em: 18 out. 2006.

DIRETOR do banco central da Venezuela descarta fim da autonomia. *Folha Online*, São Paulo, 9 jan. 2007. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113579.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

ELLNER, S. Las estrategias “desde arriba” y “desde abajo” Del movimiento de Hugo Chávez. *Cuadernos Del Cendes*, año 23 n. 62, p. 73-93 mayo/ago., 2006.

_____. ; HELLINGER, D. (Ed.). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

_____. *Neoliberalismo y antineoliberalismo en America Latina: el debate sobre estrategia*, Caracas: Editorial Tropykos, 2005.

EUA querem "justa" compensação a conoco phillips e exxonmobil na venezuela. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1573638-5602,00.htm>> . Acesso em: 26 nov. 2008.

FAZIO, C. *O golpe contra Chávez com cheiro de petróleo*. Tradução de Fernando Fortes. México, 2002. Publicado na Tribuna de Imprensa, 2004. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/04/venezuela.html>>. Acesso em: 18 out. 2006

FEDECAMARAS, *Boletim Econômico Mensal*, ano 1 n.1, 2006. Disponível em: <www.fedecamaras.org.ve>. Acesso em:

FELICIO, C. Bancos se dão bem no socialismo de Chávez. *Valor Online*, 04 abr. 2008. Disponível em: <http://www.ituassu.com.br/as_valor4.pdf>. Acesso em 04 ago. 2008.

FRANZ LEE, *Venezuela: Sin teoría no habrá partido político socialista ni vanguardia obrera de La revolución*. Caracas: Mérida; IMMECA, 2008.

_____. ; SCHIMITT, J. *Venezuela: la revolución bolivariana pasando el Rubicón*. Venezuela: Caracas Imprenta de Mérida; IMMECA, 2006.

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS. *Muller Rojas: formação do PSUV é um fato inédito na política venezuelana*. 2008. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/internacional/39-noticia/274-mueller-rojas-formacao-do-psuv-e-um-fato-inedito-na-politica-venezuelana>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

GOTT, R. O Murdoch da Venezuela. *New Left Review*, n.39, 2006. Disponível em: <www.newleftreview.net> Acesso em: 30 out. 2006.

GUERRA, J. *Los pecados de Merentes*, 2006. Disponível em: <www.analitica.com>. Acesso em: 18 out. 2006.

HARNECKER, M. *Um homem um povo*, Entrevista concedida por Hugo Chávez Frias. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HARNECKER, M. *Venezuela uma revolução sui generis*. Tradução de José Colaço Barreiros. Intervenção Seminário de LAC, Forum Social Mundial, 3. 2003.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola: 2004.

HEREDIA, R.; ALVAREZ, A., PENFOLD, M. GOMEZ, E. *Fórum: Es Venezuela um Petro-Estado?* 2000. Disponível em: <http://www.analitica.com/va/research/foros_y_entrevistas/7140736.asp>. Acesso em: 18 out. 2006.

HEMERY, D.; DEBEIR, J.C.; DELÉAGE, J.P. *Uma história da energia*. Brasília: EdUnb, 1993.

HERNANDEZ, P. *El verdadero golpe de PDVSA*. Caracas: Mérida: Imprenta Internacional C.A., 2006.

_____. *Revolución chavista: la gran estafa del siglo XXI*. 2005. Disponível em: <http://www.soberania.org/Articulos/articulo_1636.htm>. Acesso em: 27 out. 2006.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J.A., *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Abril, 1983.

KLARE, Michael T. *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt & Company, Incorporated, 2001.

LANDER, L.E. Venezuela: la búsqueda de un proyecto contrahegemonico. In: CECEÑA, Ana Esther . (Comp.). *Hegemonia y emancipaciones em el siglo XXI*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2004. p.224. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/lander.rtf>>.

LANDER, L.E.; MAYA, M. Venezuela, petróleo e golpe. *Revista OSAL*, n.7, 2002. Disponível em: <www.osal.clacso.org>. Acesso em: 10 jan. 2007.

LARSEN, P. *Venezuela: a luta contra a escassez de alimentos continua*. 2008. Disponível em: <<http://www.marxist.com/venezuela-luta-contra-escassez-alimentos-continua.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sobre o Estado. Tradução de Joam Castanheira. *Pravda*, n.15, 1929. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 18 out. 2006.

LEONE, J.A.R.; ACOSTA, M.Q. Estado-seguridad y Fuerzas Armadas en La era de La globalizacion: una aproximación a Venezuela. *WP*, Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, n.256, 2007. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/worpaper/2006/hdl_2072_4068/ICPS256.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2007.

LUZARDO, L.G.P. *Mensagem de fim de ano do presidente*. 2005, Disponível em: <www.bcv.gov.ve>. Acesso em: 10 jan. 2007.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MAGDOFF, H. *A era do imperialismo*. São Paulo: Lucitec, 1978.

MARINGONI, G. *A Venezuela que se inventa: poder petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Escala, 2007.

_____. *O capital: a contribuição da crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômicos- filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). p.323-404.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 1988.

MAYA, M. L. Venezuela, la rebelion popular del 27 de febrero de 1989, resistencia a la modernidad? *Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales*, Caracas, n.5. p. 177-199, 1999.

MAYA, M.L. La Venezuela en la encrucijada. *Revista OSAL*, Caracas: CLACSO, n. 9, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/maya.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2006.

_____. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemônica. In: CAETANO, G. (Org.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina: onsejo Latinoamericano de ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MEDINA, M. *El elegido Presidente Chávez: un nuevo sistema político*. Bogotá: Aurora, 2001.

MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOMMER, B. La Orimulsion: verdades científicas y mentiras políticas. *Interciencia*, v.29, n.1, 2004. Disponível em: <www.pdvsa.com/interface.sp/database/fichero/article/525/2.pdf>. Acesso em:

_____. *Petróleo subversivo*. 200-? Disponível em: <www.pdvsa.com/interface.sp/database/fichero/article/524/1.pdf>. Acesso em: 18 out.2006.

MONIZ BANDEIRA, M. A. Globalização e ultra-imperialismo. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 2, n. 23, 2003a. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/023/23bandeira_kautsky.htm>. Acesso em: 18 out. 2006.

_____. Os EUA e a crise na Venezuela. *Espaço Acadêmico*, ano II, n.20, Jan, 2003b. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/023/23bandeira_kautsky.htm>. Acesso em: 18 out. 2006.

_____. *Conflito e integração na América Latina: BR, Argentina e EUA*, Rio de Janeiro: Revan, 2003c.

MOREIRA LEITE, P. *Sinais autoritários no país de Chávez*. 2007. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2007/01/28/int-1.93.9.20070128.22.1.xml>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

O'CONNOR, H. *O petróleo em crise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1962.

PARANAGUÁ, P. Os bons negócios da família Chávez. Tradução Jean-Yves de Neuszille. *Le Monde*, 28 jun. 2007. Disponível em: <<http://lists.indymedia.org/titermail/cmi-ssa/2007-july/0705-05.html>>. Acesso

_____. *Na Venezuela: “viva La corrupción”*. 2009. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=imprensa&subsecao=mundo&artigo=20070102=&=bra>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. *Chávez dá um giro a direita*, 2008. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7962&ida=0>. Acesso em: 18 jan. 2009.

PDVSA. *Documento sobre divulgacion del conocimiento relacionados con las actividades del negocio petrolero*. Gerencia Tecnica de Construccion y mantenimiento de pozos, Abril, 2007.

PEIXOTO, A. C. Decomposição política antecede Chávez. In: Gramsci e o Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=680&page=visualizar>>. Acesso em: 10 out. 2009.

PETRAS, J. *Imperialismo y barbárie global. El lenguaje imperial, los intelectuales y las estupedices globales*. Bogotá: Ed. Pensamiento Critico, 2001.

_____. *Clase, estado y poder en el tercer mundo: Casos de conflictos de clases en America Latina*, México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. *Supremacia do capital financeiro e autoritarismo*, 2006 Disponível em: http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=348&Itemid=2 Acessado em 27/06/2006.

_____. América Latina: quatro blocos de poder, In *revista Lutas Sociais*, n. 17/18, NEILS PUC São Paulo, 2007.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

_____. Clases sociales In Zentino, R.B. (org.). *Las Clases sociales em America Latina: Problemas de conceptualización* (Seminário de Mérida, Yuc) Ciudad de México: Siglo xxi. 1975b.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal Grécia, Espanha*: Trad. Lia Zatz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Poder Político e classes sociais*, Trad. SILVA, F.: Martins Fontes, 1977.

RODRIGUEZ, A.A. La reforma petrolera venezolana de 2001. *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, v. 8, n. 2, p. 189-200, may/ago., 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/rvecs/araque.pdf>>. Acesso em 5 jul.2009.

SAES, D. *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. IFCH/UNICAMP, 1(1): 1-195: Campinas, 1998.

_____, *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SINDLAB. Venezuela limita importação de carros e pode afetar exportações brasileiras. 06/11/2007. Disponível em: <<http://sindilab.org/noticias02.asp.noticia=153242>>. Acesso em:

TRINKUNAS, H.A. *A revolução bolivariana da Venezuela*. Revista Military Review, p.31-36, 2005.

URRUTIA, E.G. *Las dos etapas de La política exterior de Chávez*. In Revista Nueva Sociedad 205, p.159-171, 2006.

VENEZUELA: Era Chávez promove redução da pobreza. 2009. Disponível em: <<http://blogdeumsem-mdia.blogspot.com/2009/01/venezuela-era-chaves-promove-reducao.html>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

VENEZUELA suspende relações com Exxon. 2007. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080213.exxonvenezuela1cj.shtml>. Acesso em: 26 nov. /2008.

VILLA, R.D. *Venezuela: mudanças políticas na era Chávez*. In Estudos avançados vol.19 n.55 São Paulo, 2005.

WOODS, A. *Venezuela: A revolução agrária- Realismo revolucionário versus utopia reformista*, 2005 In, www.marxist.com/venezuela-revolucao-agraria-utopia-reformista.htm.

WRIGHT, E. O. *Classe, Crise e Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Sites Consultados

www.mindefensa.ve

www.mpp.gov.ve

www.infraestructura.gov.ve

www.mf.gov.ve

Apêndice A - Entrevistas realizadas durante viagem à Venezuela para pesquisa de campo.
Julho de 2008

ENTREVISTADO	LOCAL	DATA
Vladimir Aguilar Castro	Mérida	07/2008
Vladimir Perez	ULA-Mérida	07/2008
Eduardo Molina Campano	Mérida	07/2008
Jose Sanz Roz	PSUV- Mérida	07/2008
Membro Conselho Comunal	Montoya, Mérida	07/2008
Leonardo Graterol	PDVSA, Caracas	07/2008
Rafael Belizário	Intevep-PDVSA, Los Teques	07/2008
Margarita López Maya	UCV- Caracas	07/2008
Ligia Helena Luque	CatiaTV, Caracas	07/2008
Miguel Lopez	CatiaTV, Caracas	07/2008
Will	CatiaTV, Caracas	07/2008
Rafael Montilla	Inveval, Miranda	07/2008
Eduardo	Inveval, Miranda	07/2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)